

**Universidade Federal de Minas Gerais
Instituto de Geociências
Programa de Pós-graduação em Geografia**

Erika Lopes

**O Projeto Linha Verde e a remoção de cinco vilas: um estudo de caso da prática do
desfavelamento de novo tipo no espaço urbano de Belo Horizonte**

**Belo Horizonte
Agosto de 2010**

ERIKA LOPES

O Projeto Linha Verde e a remoção de cinco vilas: um estudo de caso da prática do *desfavelamento de novo tipo* no espaço urbano de Belo Horizonte

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação do Departamento de Geografia, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia

Área de concentração: Organização do Espaço

Orientador: Professor Doutor Geraldo Magela Costa

Belo Horizonte
Departamento de Geografia da UFMG
2010

L864p
2010

Lopes, Erika.

O Projeto Linha Verde e a remoção de cinco vilas [manuscrito] : um estudo de caso da prática do desfavelamento de novo tipo no espaço urbano de Belo Horizonte / Erika Lopes. – 2010.

170 f.: il., fots. (algumas color.), gráfs. (color.), tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2010.

Área de concentração: Organização do Espaço.

Orientador: Geraldo Magela Costa.

Bibliografia: f. 157-162.

Inclui anexos e apêndices.

1. Planejamento urbano – Belo Horizonte (MG) – Teses. 2. Espaço urbano – Belo Horizonte (MG) – Teses. 3. Favelas – Belo Horizonte (MG) – Teses. 4. Cidades e vilas – Teses. 5. Participação popular – Teses. I. Costa, Geraldo Magela. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências. III. Título.

CDU: 711.4(815.1)

Dedicatória

Ao grande Mestre, sempre presente na materialização de todos os meus sonhos.

À Ricardo, Miguel e Arthur (que chegou ao mesmo tempo em que o mestrado).

Ao meu pai, sempre confiante nas minhas vitórias.

À minha mãe que não está mais aqui, mas é lembrança e exemplo constante.

Agradecimentos

Somente quando se chega ao término de uma pesquisa é que definitivamente percebe-se com muita alegria que ela foi feita a várias mãos. Das mais variadas formas, a família, os professores, os colegas de mestrado, os amigos de sempre e também os colegas de URBEL, se tornaram pessoas que contribuíram para tecer, remendar ou desfazer, as idéias contidas nesta dissertação. É nesse sentido que agradeço singelamente a todos:

Às famílias que tive a oportunidade impar de entrevistar e conversar, eu agradeço pela atenção, confiança e carinho que me dispensaram. A história de vida de vocês e a luta cotidiana por um espaço (de terra, de dignidade, de sobrevivência, de esperança) na cidade de Belo Horizonte merecem todo o meu respeito e admiração. Esta dissertação é uma pequena tentativa, como eu dizia para vocês no início de cada entrevista, de “dar voz” à quem não teve espaço ou chance, de expressar o significado de um processo de remoção por aquele que foi retirado de sua casa e de sua vila.

A toda família: Miguel e Arthur, vocês são a expressão do amor em minha vida. Ricardo, obrigado por ter suportado a minha ausência em vários momentos e por não ter desistido dessa caminhada comigo. Selma, obrigado pelas constantes palavras de apoio e admiração.

Ao Colegiado de Pós-graduação em Geografia pela oportunidade e pela acolhida.

Ao meu orientador Geraldo Magela, pela paciência e pelas preciosas correções que proporcionaram ao texto maior clareza e profundidade.

Aos professores Sérgio Martins, Heloísa, Cássio Hissa, pelo aprendizado e pelas contribuições, e a Doralice pelas contribuições valiosas no Seminário de Dissertação.

Ao professor João Gabriel ou simplesmente Japão, obrigada pelo incentivo e por acreditar em mim desde à Especialização.

À FAPEMIG pela concessão de bolsa de estudo por um ano.

À Paula da Secretaria que sempre de forma atenciosa me forneceu informações necessárias.

Aos amigos de antes e de sempre: Dalton, obrigado por compartilhar os momentos em que tentamos através do debate de idéias, fazer do espaço dessa cidade, um lugar mais

democrático e justo. Vamberto, obrigado pelos momentos compartilhados no Projeto Linha Verde e por acreditar também que outro projeto de cidade é possível.

Aos amigos de URBEL: em especial aos da DVRS (Marina, Luis, Daniele, Cida Botelho e Tânia) pelo solidário empréstimo da escuta nas horas de angústias dessa caminhada e pelas sugestões de idéias. À Alessandra, obrigada pela possibilidade da redescoberta de uma amizade sincera e fraterna. À Wanja, obrigada pelo carinho, pela força nos momentos em que pensam em desistir e pelas contribuições inestimáveis para com os textos. Ao Davidson, obrigada pela atenção valiosa com a tradução.

E por fim, agradeço à Bárbara pela revisão que possibilitou uma leitura mais clara e coerente do texto.

RESUMO

Esta dissertação tem como foco a análise da remoção de população residente em vilas e favelas para execução de grandes projetos urbanísticos, como um tipo especial de intervenção urbana que tem se tornado prática de várias municipalidades.

Esses projetos modificam determinadas parcelas do espaço urbano, dispondo para o mercado áreas antes desvalorizadas comercial e socialmente.

Algumas questões chamam a atenção para a ocorrência do fenômeno de remoção de população em Belo Horizonte. A primeira é o fato de que esse tipo de intervenção pública tem existido no espaço urbano da capital mineira desde os anos de sua fundação, 1897, como forma de expulsar aqueles que não faziam parte do projeto oficial da cidade. A segunda é que, se de um lado esse tipo de prática deixou de ter o cunho de limpeza social respaldada por ações policiais, as remoções de vilas e favelas continuam resultando em consequências como a expulsão dos pobres para a periferia de Belo Horizonte. A terceira questão que se agrega às demais é o fato de que a partir dos anos de 1990, a variável participação popular, vem sendo incorporada como componente que tornaria mais democrático esse tipo de intervenção urbana.

O projeto escolhido foi o Projeto Linha Verde, intervenção viária implementada no espaço urbano de Belo Horizonte, entre os anos de 2005 a 2007. O objeto de pesquisa é a análise de como se dá a representação de cidade, dos processos de remoção e maneiras de participação da população diretamente atingida por esse tipo de projeto. Foi objetivo também da dissertação pensar formas de enfrentamento a esse modelo de urbanização, de modo que o exercício do direito à cidade se dê no desenvolvimento da prática do dissenso como variável legítima e democrática de se planejar coletivamente a produção e apropriação do espaço urbano.

Palavras-chave: cidade; remoção e reassentamento; vilas e favelas; participação popular.

Abstract

This dissertation focuses on the analysis of the removal of population residing in slums for implementation of major urban projects, as a special type of urban intervention that has become practice in many municipalities.

These projects modify certain portions of the urban space, offering to the market areas that were previously undervalued commercial and socially.

Some questions draw attention to the phenomenon of removal of the population in Belo Horizonte city. The first is the fact that such government intervention has existed in the urban capital of Minas Gerais since the years of its founding in 1897 as a way to repel those that were not part of the project officer of the city. The second is that if in one hand such a practice no longer has had the stamp of social cleansing supported by police actions, the removal of slums continue resulting in the expulsion of the poor to the outskirts of Belo Horizonte. The third issue that adds to the other is the fact that from the 1990s, the variable popular participation has been incorporated as a component that would make it more democratic type of urban intervention.

The project chosen was the Green Line Project, intervention implemented in the urban road from Belo Horizonte, between the years 2005 to 2007. The goal of research is examining how to give a representation of the city, the removal processes and the participation of the population directly affected by this type of project. The goal of the dissertation was also thinking about ways of coping with this model of urbanization, so that the right to the city takes in developing the practice of dissent as legitimate and democratic variable of planning collectively the production and appropriation of urban space.

Keywords: city; removal and resettlement; slums; popular participation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Vista da Rua Araguari em 1948	72
Figura 2 – Foto de parte do conjunto residencial operário do Matadouro construído no final da década de 1940	99
Figura 3 – Um das primeiras casas construídas na Vila São Paulo (ao fundo) e a presença de máquina de extração de areia	101
Figura 4 – Local de extração de areia	102
Figura 5 – Córrego Cachoeirinha na década de 1960	103
Figura 6 – Foto da vila São Paulo cortada ao meio pelo córrego Cachoeirinha em 2005	105
Figura 7 - Foto de moradias localizadas debaixo do viaduto da BR-262 em processo de desocupação	106
Figura 8 - Comércio na vila Maria Virgínia de frente à Avenida Cristiano Machado em 2005	108
Figura 9 - Comércio de motores elétricos na vila Maria Virgínia de frente à Avenida Cristiano Machado em 2005	109
Figura 10 - Comércio de acessórios para veículos na vila Maria Virgínia de frente à Avenida Cristiano Machado em 2005	109
Figura 11 - Foto da Avenida Cristiano Machado em 1984.	115
Figura 12 - Foto de um dos becos da Vila São Miguel/Vietnã em 2006	116
Figura 13 - Foto da via usada como retorno para veículos que acessavam uma das pistas do Anel Rodoviário (sentido BH-Vitória).	119
Figura 14 - Foto do encontro entre os dois retornos de entrada e de saída para a Avenida Cristiano Machado e Anel Rodoviário, em frente à vila São Miguel/Vietnã	119
Figura 15 - Foto aérea do restante da vila Carioca após as remoções pelo Projeto Linha Verde	123
Figura 16 - Vista parcial da vila Carioca após o término do Projeto Linha Verde.	124
Figura 17 - Localização das famílias entrevistadas residentes no bairro São Paulo, Belo Horizonte – MG	139

Figura 18 - Localização das famílias entrevistadas residentes no bairro Primeiro de Maio, Belo Horizonte-MG 140

Gráfico 1 – Migração por Região 134

LISTA DE TABELAS

1 – Demonstração do crescimento de construções nas zonas urbanas, suburbanas, ex-colônias e vilas – Belo Horizonte (1924 a 1929)	67
2 – Evolução das remoções entre 1971 e 1982 em Belo Horizonte	79
3 – Número de Remoções por obras de 1995 a 2006	92
4 – Convênios realizados entre PBH e outras instituições para remoção de famílias em Belo Horizonte	94
5 – Pagamento realizados pelo Projeto Linha Verde em 2006 e 2007 por modalidade de reassentamento	128

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEIS – Área Especial de Interesse Social
AMAVIS - Associação dos Moradores e Amigos da Vila Suzana
BNH - Banco Nacional da Habitação
CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos
CEF - Caixa Econômica Federal
CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais
CHISBEL - Coordenação da Habitação de Interesse Social
CODEMIG - Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
COHAB - Companhia de Habitação
COPASA - Companhia de Saneamento
CREAR - Centros de Referência em Área de Risco
DER - Departamento de Estradas de Rodagem
DMHBP - Departamento Municipal de Habitações e Bairros Populares
DMS - Divisão de Mobilização Social
DVMV - Diagnóstico Vila Maria Virgínia
DVSMV - Diagnóstico Vila São Miguel/Vietnã
DVSP - Diagnóstico Vila São Paulo
DVRS - Divisão de Reassentamento
EUA - Estados Unidos da América
FCP - Fundação da Casa Popular
FEAM - Fundação Estadual de Meio Ambiente
FIAT - Fabbrica Italiana Automobili Torino
IAPI - Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários
MG - Minas Gerais
ONGs - Organizações Não Governamentais
ONU - Organização das Nações Unidas
OP - Orçamento Participativo
OPH - Orçamento Participativo da Habitação
PBH - Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
PEAR - Programa Estrutural em Área de Risco
PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB - Partido Comunista do Brasil

PGE - Plano Global Específico

PLAMBEL - Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

PROAS – Programa de Reassentamento de famílias removidas em decorrência da execução de obras públicas

PRODECOM - Programa de Desenvolvimento de Comunidades

PROFAVELA - Programa Municipal de Regularização de Favelas

PROSAM – Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Belo Horizonte

PRR - Plano de Remoção e Reassentamento

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC- Pontifícia Universidade Católica

PV – Partido Verde

RFFSA – Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima

RMBH - Região Metropolitana de Belo Horizonte

SIT - Setor de Informações Técnicas

SLU - Superintendência de Limpeza Urbana

SUDECAP - Superintendência de Desenvolvimento da Capital

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UGP - Unidade de Gerenciamento

URBEL – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte

ZAR - Zona de Adensamento Restrito

ZEIS – Zona de Especial Interesse Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	PROCESSO DE FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DAS CIDADES CAPITALISTAS: A REMOÇÃO DE POPULAÇÕES COMO UM FENÔMENO RECORRENTE.....	25
2.1	A cidade e suas interpretações.....	25
2.2	Dos lugares remexidos e das pessoas removidas – a remoção de população como fenômeno das cidades.....	35
2.2.1	Dos espaços do <i>devido</i> devidamente estimatizados para as remoções.....	38
2.2.2	Da “requalificação” dos espaços do <i>devido</i> – as remoções como instrumento e objeto para um modelo de cidade.....	42
2.3	Os removidos e seus “ruídos”: participar para apropriar.....	47
2.3.1	Participação cidadã para avançar no pressuposto da democracia.....	50
3	(RE) CONTANDO A HISTÓRIA DOS ESPAÇOS NA CIDADE DE BELO HORIZONTE – A OCORRÊNCIA DE REMOÇÕES DE POPULAÇÃO DE 1899 ATÉ 2005.....	57
3.1	As primeiras intervenções na cidade: de sua fundação até os anos de 1940.....	59
3.2	O Estado e o mercado na consolidação das intervenções urbanas em Belo Horizonte – dos anos 1940 até os anos 1970.....	69
3.3	Do “boom” das remoções de favelas em Belo Horizonte ao seu reconhecimento institucional – dos anos de 1970 a 1988.....	76
3.4	A remoção de população dentro do contexto democrático: de 1988 a 2005 – retrocesso ou avanço para um modelo de gestão do espaço urbano?.....	82
3.4.1	Da idéia de incluir para se transformar – pequenas remoções para virar vila e depois bairro.....	82
3.4.2	Gestões democráticas e a prática das remoções: “Remover agora só por obras ou risco”.....	85
3.4.3	“Remover agora só por obras ou risco” – mas vilas e favelas continuam no caminho, o que fazer?.....	89

4	O PROJETO LINHA VERDE E A REMOÇÃO DE CINCO VILAS: UMA HISTÓRIA A SE (RE)CONTAR A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS REMOVIDOS.....	96
4.1	No caminho do Linha Verde existiam cinco vilas.....	98
4.1.1	Vila Maria Virgínia e Vila São Paulo: histórico de ocupação e perfil socioeconômico das famílias residentes.....	99
4.1.2	Vila Suzana I e Vila São Miguel/Vietnã: histórico de ocupação e perfil socioeconômico das famílias residentes.....	111
4.1.3	Vila Carioca: uma vila a parte.....	122
4.2	Projeto Linha Verde: o discurso deslocado da realidade ou uma realidade consensuada através do discurso?.....	124
4.2.1	A remoção de cinco vilas: aspectos de um processo contraditório entre o discurso democrático e a <i>participação orientada</i>	124
4.2.2	Pesquisa sobre o índice de satisfação dos removidos com o Projeto Linha Verde: desdobramentos de uma política de reassentamento.....	129
4.3	A percepção das remoções feitas pelo Projeto Linha Verde por famílias removidas: a lógica de uma cidade não vivida sobreposta a uma vida real.....	137
4.3.1	Notas sobre a metodologia de pesquisa de campo.....	137
4.3.2	<u>A cidade, a vila e a casa</u> : compreendê-las para entender o significado do processo de remoção.....	144
5	CONCLUSÃO.....	151
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	157
	APÊNDICE A.....	163
	ANEXO A.....	166
	ANEXO B.....	167
	ANEXO C.....	168
	ANEXO D.....	169
	ANEXO E.....	170

1 INTRODUÇÃO

A cidade de Belo Horizonte, assim como várias outras cidades do Brasil e do mundo, passa por modificações e transformações em seu espaço urbano praticamente desde o momento de sua construção, no final do século XIX. A literatura¹ que discorre sobre os tipos e as formas de intervenções urbanas que se materializam por meio de ações do Estado é vasta. Elas tratam não só da própria formação físico-territorial das cidades², mas também da construção de cidades planejadas e projetadas, passando pelo “aburguesamento”³ de seu espaço urbano, assim como pelos processos de “gentrification”⁴. A presente dissertação se propõe a analisar um tipo especial de intervenção urbana que tem se tornado prática de várias municipalidades: a de remoção de população para execução de grandes projetos urbanísticos, que modificam determinada parcela do espaço urbano, quase sempre devolvendo-a para o mercado mais valorizada e com novas funções.

Projetos de intervenção urbana que preveem a remoção e o reassentamento involuntário de população ou de comunidades fazem parte de um modelo de modernização pensado, a princípio, pelos agentes detentores do capital. Entretanto, no decorrer dos tempos, esse modelo de modernização de cidade não só foi incorporado e propalado pelos artífices do espaço urbano, mas também por parte da população – inclusive por aquela alvo da remoção –, como passo necessário para se alcançar o tão almejado progresso. Um exemplo emblemático no Brasil de intervenções urbanas projetadas para atender às necessidades de saneamento e modernização do sistema viário, de acordo com Costa

¹ Ver entre outros Benévolo (1981), Lefebvre (1999, 2000), Jacobs (2000), Berman (2007).

² Segundo Cardoso (1975, p.135-138), “[...] na acepção plena do conceito, a cidade nasceu como um fenômeno da civilização ocidental exatamente porque, embora em distintas civilizações e em momentos diversos da história os homens tivessem construído casarios em áreas espacialmente contíguas, só no mundo ocidental ocorreram dois processos simultâneos que permitem caracterizar com propriedade o assentamento populacional como uma cidade: o mercado (e as regulamentações da política da economia urbana) e a autoridade político-administrativa que sujeitava a eles (ou, pelo menos, a um grupo deles) certos direitos relativos a seu destino político”.

³ Nas palavras de Berman (2007), ao se referir às reformas urbanas do século XIX em Paris, planejadas por Haussmann.

⁴ O termo aparece pela primeira vez nos escritos de Ruth Glass, socióloga inglesa, no início dos anos de 1960, para denominar aqueles processos que resultam na expulsão de população de baixa renda de certos bairros centrais da cidade, na sua substituição por moradores de classe média e a consequente renovação das moradias, transformando complementemente a forma e o conteúdo social desses espaços urbanos (SILVEIRA, C.E.R, 2007,p.07).

(1997), foi a realizada pelo Prefeito Pereira Passos no Rio de Janeiro, no início do século XIX.

Uma justificativa bastante difundida no final do século XX para a remoção involuntária de famílias de áreas passíveis de intervenção urbana, no Brasil, era a perspectiva de melhoria da qualidade de vida da população, principalmente das residentes em vilas, favelas, áreas de risco (geológico) e também para as que ocupavam áreas de servidão de rodovias e ferrovias. Soma-se a essa perspectiva a ideia consensual de desenvolvimento econômico para as cidades, vinculado à execução de obras de grande porte e impacto.

Em Belo Horizonte, a remoção de populações para intervenções públicas existe desde os primeiros anos de sua fundação, 1897. O processo de remoção de populações pobres – a maior parte delas residentes em favelas – deixa oficialmente o viés da limpeza social e de ação policial a partir dos anos de 1990, passando a objetivar a revalorização espacial de áreas antes comercial e socialmente desprezadas. Nesse sentido, as remoções vêm sendo tratadas muitas vezes pelos poderes públicos (Estado e município) como necessárias para a viabilização de determinados projetos de infraestrutura urbana. Em que pese essa estratégia não ser nova, os seus propósitos vêm se alterando ao longo dos tempos e passaram a incorporar, mais recentemente, o componente da participação popular no processo de discussão desses projetos. A participação comunitária, institucionalizada em algumas esferas, como fóruns, conselhos e audiências públicas, tem sido a base de um discurso hegemônico em que se apregoa que o fato de garantir espaços de discussão que incluam a população alvo de processos de remoção, por si, garante o exercício pleno da democracia. Nesses processos, duas questões preocupam: a pouca atenção dada aos impactos sociais, econômicos e emocionais sobre as populações removidas e o uso da participação comunitária como elemento institucional e socialmente legitimador desse tipo de intervenção urbana, usada muitas vezes para dispor para o mercado espaços antes desprezados por ele.

Num primeiro momento, a erradicação de uma favela ou de uma ocupação “irregular” tinha como princípio a “limpeza” de um local para a realização de grandes obras. Assim, o pensamento urbanístico do início do século XX no Brasil não permitia, dentro do projeto da nova capital mineira, a presença de população pobre, inculta e sem higiene na parte central da cidade. Nos dias atuais, após essa “limpeza” e a retirada da

população, os terrenos ou os espaços onde havia vilas e favelas são quase sempre entregues ao mercado imobiliário com um valor agregado muito maior, pois foram “revitalizados”, “requalificados”. Entretanto, Lago (2006, p.47) acrescenta a essa questão um sentido mais amplo, dizendo que “urbanizar, ordenar, regular e ‘limpar’ os centros urbanos foram, e continuam sendo, ações de redirecionamento daqueles que estão ‘fora do lugar’”. Para Maricato (2000), o redirecionamento daqueles que sempre estiveram “fora do lugar” faz parte da matriz de planejamento urbano modernista, a qual ignora a parte “informal”, tomando como realidade concreta somente uma parte da cidade, que se torna formal e oficial para os efeitos de investimentos. Ressalta também que é nessa parte, aceita como “representação legal da cidade”, que se concentra a população de alta renda, os formadores de opinião, assim como os melhores serviços de infraestrutura urbana.

A preocupação ora esboçada nesta dissertação consiste em refletir sobre as relações que se estabelecem entre o que Lefebvre (2008) chama de “crise teórica e prática das cidades” e as práticas de remoção de população pobre de parcelas do espaço urbano, caracterizados como lugares que se formaram à margem do planejamento do poder público, sendo essas ações referendadas justamente por aqueles que são alvo desses processos. As cidades, segundo esse autor, perderam seu caráter de *polis*, de *urbe*, a qual podia ser percebida e vivida como uma realidade potencialmente criadora, passando a ser sentidas e produzidas então como um “produto” pronto para ser comercializado. Essa é a consequência, segundo o autor, do espalhamento dos processos de industrialização por todo o espaço urbano.

À medida que essas parcelas do espaço urbano (as favelas) se desenvolvem, durante o processo de formação socioespacial das cidades, sem infraestrutura urbana ou serviços sociais, sofrendo todo tipo de carências, é possível qualificá-las como espaços do *devido*. Esses espaços passam por processos de “naturalização” da falta, que propicia as condições necessárias para que possam ser remexidos e remodelados pelo poder público, a fim de adquirir funções produtivas e lucrativas.

É nesse contexto que se faz necessário entender como se dá a participação de uma população alvo de projeto de remoção, para identificar as possibilidades de enfrentamento desse modelo de modernização de cidade. Ao que tudo indica, o que vem

acontecendo é que, quando entra em cena a participação comunitária para as questões afeitas à execução dos grandes projetos de intervenção viária, as próprias instâncias de discussão culminam por fazer desta uma *participação orientada*. Ou seja, uma participação dirigida e determinada para cumprir um propósito – às vezes pré-requisitos oficiais – posto pelo próprio poder público, na qual não se encontram muitas “brechas” que permitam outro redirecionamento para o projeto.

Para aprofundar essa análise, optou-se por tentar identificar o momento no qual a presença desses indivíduos se fez necessária para que os idealizadores desses projetos pudessem cumprir os trâmites democráticos, privilegiando, aqui, a fala e a percepção da própria população removida. Um elemento a ser desenvolvido será o tempo, o grau e o potencial da participação das famílias removidas nas etapas do projeto de intervenção, como pré-condição para a apropriação, pelo sujeito, do futuro espaço de moradia após o processo de remoção e reassentamento. Ou seja, pressupõe-se que, se o sujeito participa de forma ativa de todas as etapas de um projeto, em que um dos objetivos é reassentá-lo da melhor forma possível, ele poderá assimilar melhor todas as mudanças decorrentes do processo. Objetiva-se, também, verificar a “necessidade” de remoção de população de um determinado espaço, historicamente disponível para ser modificado, como condição para que um modelo de desenvolvimento de cidade ocorra. Modelo de desenvolvimento este que não considera ou não vê a cidade como espaço de realizações, de conflitos e de possibilidades, mas que a enxerga como um produto, uma mercadoria que se deseja ofertar para aqueles que podem pagar mais. Dessa forma, importa compreender, em síntese, como se dá a representação de cidade, de processos de remoção e maneiras de participação para uma população diretamente atingida por esse tipo de projeto.

Em Belo Horizonte, nas duas últimas décadas (de 1990 até o momento), as sucessivas administrações da cidade têm incorporado, em sua metodologia de gestão, a participação da população - historicamente excluída das decisões acerca das políticas públicas (urbanas e sociais) -, em diversas questões de seu interesse. Ressalta-se que a inclusão desses sujeitos de direitos nas esferas de participação elaboradas pelo poder

municipal deve-se, em muito, às lutas sociais de vários movimentos, que resultaram na chamada Constituição Cidadã de 1988⁵.

Desde as intervenções urbanas propostas por programas como o PRODECOM⁶, o PROFAVELA⁷, o Programa Alvorada⁸, o Planão⁹ e, mais recentemente, o Projeto Vila Viva¹⁰, parcelas do espaço urbano de Belo Horizonte, tais como vilas, favelas e conjuntos habitacionais, têm sido objetos constantes de um tipo de urbanização que visa, em versões variadas, implementar um modelo de morar, de “integrar” esses espaços à cidade formal e, por fim, erradicar¹¹ em outros moldes. A isto designamos aqui de *desfavelamento de novo tipo*. Esse movimento pode ser entendido como a materialização, nos dias atuais, de políticas, projetos ou programas públicos que, aprimorados pela retórica da urbanização planejada e participativa, promovem a contínua retirada das favelas (ou de partes delas) do lugar em que se encontram, transformando aquele local num espaço revitalizado e mais atraente para o mercado financeiro.

As favelas hoje, talvez mais do que nunca, são a expressão da contradição existente entre um modelo preconizado de cidade moderna (onde não haveria esse tipo de

⁵ Para esse ponto, ver Brasil (2004), Santos e Avritzer (2005), Sader (2005) e Souza (2003).

⁶ Programa do governo do Estado de Minas Gerais que previa intervenções em vilas e favelas também na cidade de Belo Horizonte, durante os anos de 1979 a 1982 (CONTI, A. 2004, p.192).

⁷ Programa Municipal de Regularização de Favelas, criado em 1983 sob égide da Lei Municipal nº 3.235, que previa a urbanização e legalização da posse em favelas (CONTI, A. 2004, p. 194).

⁸ Programa criado durante o governo de Eduardo Azeredo (1989-1992), que previa a realização de estudos urbanísticos sobre favelas (elaborados pela URBEL). “Esses estudos enfocavam a favela como um organismo unitário, integrando problemas e soluções dentro de uma visão sistêmica. Eram desenvolvidos geralmente sem a participação das comunidades, partindo do pressuposto de que as soluções para os problemas de natureza jurídico-legal e urbanística dessas áreas eram eminentemente técnicas” (CONTI, A. 2004, p.198).

⁹ “Plano Estratégico de Diretrizes e Intervenção em Vilas e Favelas e Conjuntos Habitacionais de Interesse Social”, como exigência do Plano Diretor da cidade de Belo Horizonte (Lei Municipal nº 7.165, de 1996). Tinha como objetivo traçar diretrizes para as intervenções, de modo que os PGEs (Planos Globais Específicos) das vilas tivessem um quadro institucional que pudesse ser tomado como referência” (CONTI, A. 2004, p. 204).

¹⁰ O Programa Vila Viva, de intervenção estrutural em assentamentos precários, é uma ação integrada de urbanização, desenvolvimento social e de regularização dos assentamentos existentes [...] Consiste na execução progressiva de transformações profundas nos diversos núcleos habitacionais, através da implantação e melhoria de sistema viário, das redes de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de drenagem, de melhorias habitacionais, remoções e reassentamentos, de regularização fundiária até o nível da titulação [...]. Disponível em www.pbh.gov.br (texto biblioteca virtual vila viva), acesso em 20/02/2010.

¹¹ Entende-se erradicar como retirar aquilo que não se aceita como forma de um viver, de sociabilidades, de práticas cotidianas e, até mesmo, de organização do espaço social. Na impossibilidade de conviver com um modo de vida, com práticas cotidianas talvez menos marcadas por relações mercantilizadas (informais) a perspectiva é retirar para readequar, reutilizar, reorganizar.

assentamento) e o resultado de décadas de uma brutal exploração da força de trabalho, que se acentua através da exclusão socioespacial.

Em concomitância com essas variadas formas de intervenção urbana, processa-se também, ao longo da história de Belo Horizonte, a remoção de populações – em sua maioria pobres – de áreas públicas para a realização de grandes projetos viários¹².

O foco desta pesquisa está nas formas de participação de uma população que foi removida de suas moradias para a execução de projetos viários no espaço urbano de Belo Horizonte. No caso em questão, a opção foi pelo Projeto Linha Verde, um complexo de obras viárias executado durante os anos de 2005 a 2007, que tinha como objetivo revitalizar áreas, duplicar vias que dão acesso ao Aeroporto Tancredo Neves e articular o vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Áreas centrais, como aquelas próximas à estação rodoviária e ao Parque Municipal, também passaram por intervenções como parte do projeto.

Para que a pesquisa se tornasse viável foram feitos alguns recortes. O primeiro recorte se deu em função do trajeto previsto para a execução da obra pelo Projeto Linha Verde. Optou-se por estudar somente um dos trechos de intervenção, qual seja, a interseção entre a Avenida Cristiano Machado e o Anel Rodoviário (BR-262), local em que ocorreu a remoção total de três vilas¹³ e parcial de duas, somando cerca de 990 imóveis (tanto residenciais quanto comerciais) e uma população de mais de 2.000 pessoas. O segundo recorte se deu em relação à população a ser pesquisada. Novamente por questões da própria dinâmica da pesquisa, a escolha recaiu na parcela das famílias removidas e reassentadas pelo Projeto Linha Verde que, dentro das modalidades ou opções de reassentamento dadas pelo poder público, puderam “escolher”¹⁴ de forma

¹² Houve um verdadeiro “boom” de remoções nas décadas de 1970 e 1980 para construção de grandes corredores viários, tais como a Avenida Raja Gabaglia (região centro-sul da cidade), quando parte da favela Morro do Querosene ou Vila Monte São José foi removida. Outro exemplo foi quando da construção da Via Expressa (que faz a ligação entre a parte central da cidade de BH e a cidade de Contagem) e da Estação do Metrô do Bairro Calafate e Carlos Prates (região oeste), em que parte da Vila dos Marmiteiros foi removida.

¹³ As três vilas que tiveram sua população totalmente removida foram as Vilas São Paulo, Vila Vietnã/São Miguel e Vila Maria Virgínia. As que não tiveram toda sua população residente removida foram as Vilas Suzana e Vila Carioca. Ressalva-se que, posteriormente, a Vila Carioca, em função de alagamentos ocorridos no primeiro semestre do ano de 2008, foi totalmente removida.

¹⁴ As aspas se justificam na medida em que o termo escolha não significa uma indicação livre de critérios técnicos e financeiros; ao contrário, a escolha por uma nova moradia implicava primeiramente estar

monitorada o local da nova moradia. Essa escolha ocorreu também porque somente famílias que se encaixavam na modalidade de reassentamento citada tinham seu endereço de destino arquivado nos registros da URBEL.

Objetivou-se verificar também a implicação dessa possibilidade de “escolha” para uma maior apropriação do novo espaço de moradia e descobrir a relação dessa apropriação com o tempo de permanência da família no imóvel. Uma pesquisa¹⁵ feita com 99 famílias para verificar os níveis de satisfação e adaptação e os impactos causados pelo processo de remoção e reassentamento constatou que 76% dos removidos e reassentados das vilas ainda permaneciam morando na casa escolhida um ano após o processo.

As reflexões desenvolvidas nesta dissertação resultam, além da pesquisa em si, da minha experiência profissional no Projeto Linha Verde como técnica social¹⁶, e de uma breve incursão no tema, por meio de monografia desenvolvida em um curso de especialização pela UFMG, na qual analisei alguns aspectos dos impactos sentidos por famílias removidas e reassentadas pelo Projeto Linha Verde.

Esta dissertação se estrutura em quatro capítulos, além da Conclusão. A Introdução proporciona ao leitor uma visão geral do trabalho e das questões importantes que serão tratadas no decorrer dos demais capítulos.

No capítulo 2 são expostos os pressupostos teóricos nos quais se assentam os demais capítulos. Nele, a discussão se dá em torno da importância das cidades a partir da Revolução Industrial, privilegiando as análises de Cardoso (1975) e de Lefebvre (2008, p.21), que identifica nesse processo uma “crise teórica e prática das cidades”. Para

dentro de padrões, assim como implicava estar compatível em termos de valores e avaliações técnicas condizentes com as diretrizes da URBEL e do Governo do Estado de Minas Gerais.

¹⁵ Pesquisa intitulada de “*Relatório Final do Projeto Pós Morar – Interseções na Avenida Cristiano Machado - Linha Verde*”, realizada durante o 2º semestre de 2007, sob coordenação da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte – URBEL.

¹⁶ Atuei na função de técnica social no Projeto Linha Verde de dezembro de 2005 até dezembro de 2007, quando do término das etapas de remoção e reassentamento. A função englobava trabalhos de atendimento, negociação com as famílias residentes nas vilas atingidas, assim como a interlocução com a rede de serviços sociais, tanto dos locais de origem dos moradores, quanto dos locais (regiões) onde já estava se concentrando a maior parte de famílias que se encaixavam na modalidade de reassentamento monitorado. Ressalto que quando me incorporei à equipe, as etapas de elaboração do PRR (Plano de Remoção e Reassentamento) e da audiência pública já haviam passado.

Lefebvre, a crise teórica e prática das cidades se manifesta na “formação de centros de segregação, de decisão, de riqueza, de poder, de informação, de conhecimento”. As cidades se encontram rachadas, partidas em “pedaços de centros”, restando para aqueles que não estão incluídos nas benesses desses centros os espaços periféricos. Lefebvre acrescenta que a extensão da sociedade urbana leva, segundo certos racionalistas tecnicistas, a desordem ao espaço urbano, e este precisa ser tecnicamente “tratado” e planejado. É pensando em como as cidades e seus cidadãos vão conseguir compreender esse espaço, para assim poder reordená-lo, que se apresentam alguns pressupostos sob a ótica de um dos autores da Escola de Chicago. É por meio de Robert Ezra Park (nome expoente dessa escola) que se entende a importância da aplicação das análises sobre segregação residencial para respaldar processos de remoções de população. Soma-se a essa variável uma outra, introduzida tanto por Goffman (2004), quanto por Bourdieu (1997), que discorrem sobre a relação entre lugar de moradia e processos de estigmatização (territorial e social). Mais um elemento que se soma são as afirmações feitas por Castells e Borja (1996) e muito criticadas por Harvey (1996) e Vainer (2000), de que as cidades assumem o papel protagonista de realizar acordos e parcerias, de modo a conseguirem se sobressair em meio às avalanches do mercado mundial e globalizado.

Por fim, recorre-se também às análises de Brasil (2004) e Rancière (1996), na tentativa de compreender a participação popular consensual como instrumento de realização da política institucionalizada, sugerindo que a prática do dissenso seja, talvez, um caminho a ser adotado para que se consiga superar a *participação orientada*.

O capítulo 3 contém uma análise de cunho histórico sobre as intervenções espaciais ao longo da história da cidade de Belo Horizonte e se estrutura em quatro seções. A primeira trata da formação socioespacial da cidade, destacando tanto os processos de remoção de população, que vão desde sua fundação até meados da década de 1940, quanto a ação do Estado nesse tipo de intervenção. Os primeiros anos da fundação da capital, até meados da década de 40, podem ser interpretados como um momento no qual a capital foi se adequando aos tempos e imprimindo na sua forma espacial os princípios da modernidade, tais como a abertura de ruas e avenidas largas que comportassem o transporte de moradores e visitantes, a provisão da iluminação, do abastecimento de água e da higienização da área central. Essas ações indicam como,

naquele momento, a prefeitura preparava e conduzia a construção espacial da cidade, para a chegada do desenvolvimento e do progresso.

A segunda seção trata de um período que vai de 1940 até os anos de 1970, no qual se percebe que a presença e a atuação do Estado na formação e consolidação de um modelo de intervenção urbana são marcantes: o Estado aparece não só como planejador, mas também como executor de uma nova política de produção do espaço urbano. Segundo Guimarães (1991), o poder público passa a deter o controle do uso e da ocupação do solo para que Belo Horizonte assumira uma nova função, qual seja, a de centro industrial. Para isso, o poder público passou a se utilizar do planejamento urbano como um instrumento de contenção da então “desordem” urbana e como propulsor do processo de industrialização. Nesse processo havia o pressuposto de que as cidades, para se tornarem modernas, necessitavam superar com toda a racionalidade técnica os problemas urbanos que a sociedade industrial lhes havia deixado como legado.

Na terceira seção, que trata do período que vai do final dos anos 1970 até 1988, procura-se analisar o “boom” ou a “explosão” de vários processos de remoção de populações pobres de áreas públicas, para a construção de grandes obras de infraestrutura, tais como a Avenida Raja Gabaglia¹⁷, para cuja abertura foi “necessária” a remoção de parte da favela Morro do Querosene. Para a construção da Via Expressa¹⁸ e da Estação do Metrô do Bairro Calafate e Carlos Prates, houve a remoção de grande parte da Vila dos Marmiteiros; para a abertura da Avenida dos Andradas¹⁹ foi necessária a remoção da Favela do Perrela e outras. Uma das leituras sobre esse período é a que identifica a consolidação da presença do poder público, nas suas várias instâncias, e suas estruturas de atuação, assim como do mercado, por meio de seus diversos agentes, na conformação do espaço urbano. Por outro lado, assiste-se ao crescimento da participação popular, após o fim do regime ditatorial, agora de forma institucionalizada por meio de conselhos e instâncias de discussão acerca dos problemas da cidade.

¹⁷ Localizada na região centro-sul de Belo Horizonte, assim como a favela citada.

¹⁸ Faz a ligação entre a parte central da cidade de Belo Horizonte e a cidade de Contagem, passando pela região oeste.

¹⁹ Faz a ligação entre a parte central da cidade de Belo Horizonte (Praça da Estação) passando pela região leste e terminando nos limites de Belo Horizonte com a cidade de Sabará.

A seção quatro abrange o período que vai do início dos anos 1990 até o ano de 2007 (ano de término das obras de remoção e reassentamento do Projeto Linha Verde), no qual continua o fenômeno de remoções de população, agora também referendado pela participação popular, apoiado no discurso do progresso e do desenvolvimento econômico. Além disso, é introduzida a variável urbanização de favelas, através de programas institucionais, os quais são executados também por meio da remoção de população pobre, quando necessário.

O capítulo 4 se subdivide em três subitens e é desenvolvido na perspectiva de se analisar o Projeto Linha Verde, contextualizando a sua elaboração, execução e término, a partir dos pressupostos teóricos relativos ao modelo de cidade que se quer; das remoções como fenômenos desse modelo e da participação da população removida e reassentada. Mas introduz também a perspectiva de se registrar a história das vilas, como um elemento a mais para a análise do significado de um lugar que hoje não existe mais, pelo menos da forma como se manifestava em passado recente. O encerramento desse capítulo baseia-se na análise de entrevistas feitas com algumas famílias removidas e reassentadas, que ainda residem nos locais “escolhidos” e comprados pelo poder público.

Por fim, na Conclusão, são retomadas questões iniciais sobre representação de cidade, participação e apropriação do espaço urbano em Belo Horizonte, não no sentido de propor conclusões fechadas, mas de possibilitar releituras acerca de discursos e práticas cotidianas, tanto do poder público, quanto de um público quase sem poder.

2 PROCESSO DE FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DAS CIDADES CAPITALISTAS: A REMOÇÃO DE POPULAÇÕES COMO UM FENÔMENO RECORRENTE

2.1. A cidade e suas interpretações

Os inúmeros estudos referentes aos processos de transformação no espaço urbano - Lefebvre (1999, 2001), Benévolo (1981), Velho (1973), Jacobs (2000), Berman (2007) - apontam que estes podem ser percebidos a partir da própria formação econômica, social e política de um território, o qual se convencionou chamar de *cidade*. De acordo com Oliven (1980), as cidades já se faziam presentes há milhares de anos, em sociedades com diferentes modos de produção. No entanto, sua importância aumentou em dois períodos históricos mais recentes:

O primeiro começou no final da Idade Média e estava relacionado com as transformações que ocorreram no sistema feudal europeu com o desenvolvimento do capitalismo; o segundo começou no final do século XVIII com a Revolução Industrial e estava relacionado com a formação de um modo de produção capitalista (p.13).

Sobre o surgimento das cidades, Cardoso (1975, p.135) destaca dois eventos como fundamentais para a caracterização de uma cidade, quais sejam: o advento do mercado e da autoridade político-administrativa, não obstante a existência de casarões construídos em espaços contíguos nos diversos períodos da história do mundo ocidental.

As origens históricas das cidades são distintas, ainda segundo Cardoso (1975, p.137-138): “algumas nasceram dentro de senhorios territoriais, outras para atender o consumo de funcionários patrimoniais e outras tantas criadas por piratas, intrusos e comerciantes nativos”. No entanto, o que interessa mostrar é que, independentemente da forma, até mesmo para “nascerem” e se tornarem funcionais para o modo de produção existente em determinado contexto, o espaço (físico e social) que as cercava e as compunha foi modificado e alterado pelas relações sociais vigentes, as quais, em uma relação dialética, são também modificadas por aquele espaço transformado.

Lefebvre (2001, p.12), ao analisar a “problemática urbana”, parte do princípio de que as cidades podem ser compreendidas como locais de vida social e política, onde não se acumulam apenas riquezas, mas também conhecimentos e obras. Para ele, a cidade é a própria obra, pois tanto uma quanto outra deveriam ter valor pela possibilidade de seu uso. Ele quer, na verdade, se contrapor à ideia predominante de associação da cidade como um produto, “coisa” pronta a ser comercializada, vendida ou trocada. Acrescenta que essa inversão do entendimento sobre o que seria cidade só foi possível com a total “tomada” ou “invasão” das cidades pelo processo de industrialização, o qual introduziu um diferencial para a compreensão do que Lefebvre (2001, p.21) chamou de a “crise teórica e prática das cidades”. Segundo ele, a crise é *teórica* no que tange ao seu conceito, pois este é “composto de fatos, de representações e de imagens emprestadas à cidade antiga (pré-industrial, pré-capitalista), mas em curso de transformação e nova elaboração”; e ela é *prática*, porque o seu “núcleo urbano (parte essencial da imagem e do conceito da cidade) está rachando e, no entanto, consegue manter-se transbordando”.

Dessa forma a “crise” talvez esteja naquilo em que as cidades oriental, arcaica e medieval²⁰ se transformaram, principalmente a última, com a chegada do processo de industrialização. Se, na Antiguidade, “o sistema urbano era fechado, acabado, conservando um caráter orgânico de comunidade, que lhe vinha da aldeia”, no contexto urbano a cidade deixa de ser percebida como realidade, potencialmente criadora e transformadora, no momento em que há o rompimento dos núcleos e das relações sociais no seu cotidiano, bem como o espalhamento do urbano. Esta passa então a ser compreendida como sociedade urbana (rede de cidades que tem como função produzir), perdendo características do campo e da urbanidade, pois expulsa os proletários²¹ para

²⁰ “a cidade oriental, ligada ao modo de produção asiático; a cidade arcaica, grega ou romana, ligada à posse de escravos, e depois a cidade medieval, numa situação complexa: inserida em relações feudais mas em luta contra a feudalidade da terra. A cidade oriental e arcaica foi essencialmente política: cidade medieval, sem perder o caráter político, foi principalmente comercial, artesanal, bancária” (LEFEBVRE, 2008, p.11).

²¹ Lefebvre (2008) fala da situação de Paris na metade do século XIX, onde a burguesia dirigente, classe não homogênea, progressista, toma a seu cargo o crescimento econômico, substituindo a *obra* pelo *produto*: Depois de 1848 os camponeses afluem, instalam-se ao redor das “barreiras”, das portas, na periferia imediata. Antigos operários e novos proletários moram em pardieiros, casas alugadas. Nessa “desordem”, os operários ameaçam os novos ricos.. É entre 1848 e Haussmann que a vida de Paris atinge sua maior intensidade: não a “vida parisiense”, mas a vida urbana da capital. No transcorrer do século XIX, a democracia de origem camponesa, cuja ideologia animou os revolucionários, poderia ter se transformado em democracia urbana. Como a democracia urbana ameaçava os privilégios da nova classe dominante, esta impediu que a mesma nascesse. Como? Expulsando do centro urbano e da própria cidade o proletariado, destruindo a “urbanidade” (p. 22- 23).

fora de seus limites, de seus centros, do seu habitat²². Apesar da “descamponização” das aldeias e do deslocamento da população para as periferias produtivas, há a permanência conflituosa das essencialidades daquilo que constituía o modo de vida camponês, mas agora sob uma forma folclórica²³.

Na obra “*Espaço e Política*”, Lefebvre prossegue sua análise sobre a problemática do espaço, e sua reflexão sobre a crise da teoria e prática da cidade se evidencia, pois para ele:

A cidade é uma mediação entre uma ordem próxima e uma ordem distante. A próxima é aquela do campo circundante que a cidade domina, organiza, explora, extorquindo-lhe o sobretabalho. A distante é da sociedade no seu conjunto (escravista, feudal, capitalista). Enquanto mediação, a cidade também é o local onde as contradições da sociedade se manifestam por meio dos diferentes grupos sobre os quais esse poder se estabelece (2008, p. 82).

Presencia-se então, a partir do processo de industrialização, segundo ele, o começo da “era urbana”, de uma “tendência que já se manifesta”, características de um momento histórico e de uma “realidade urbana”. Apesar de alguns elementos permanecerem, mesmo com a chegada da industrialização e com a presença do poder do Estado, adquirem novos significados e re-significados.

Lefebvre (2001, p.28), ao analisar criticamente a situação conflitante “caracterizada pelo fim da cidade e pela ampliação da sociedade urbana, mutilada, deteriorada,” conclui que a indústria e o processo de industrialização “assaltam e saqueiam a realidade urbana, até destruí-la pela prática e pela ideologia”. Dessa forma, “a urbanização se amplia, e a sociedade urbana faz-se conhecer como realidade sócio-econômica”. Para os “racionalistas tecnicistas”, “o resultado imediato dos processos examinados representa apenas um caos”, e eles não são capazes de reconhecer nessa existência “desordenada” um ordenamento, pois seus olhos não pertencem àqueles corpos que vivem e sobrevivem nessa “desordem”. A única pergunta que conseguem

²² É interessante a diferenciação feita por Lefebvre em *Espaço e Política* (2008, p.21) entre *Habitat* e *Habitar*. Segundo ele o *Habitar* era o participar de uma vida social, de uma comunidade, aldeia ou cidade, e, quando o espaço das cidades é reordenado em função do modo de produção, no caso capitalista, o *Habitar*, o modo de vida, é reduzido a uma função que é determinada, localizável em nome de uma prática de bases e ações calcadas na burocracia estatal.

²³ O que era na verdade “natural”, no sentido de ser correspondente, apropriado aos hábitos de vida comuns, se torna não próprio, diferente, uma realidade folclorizada, não pertencente aos novos costumes.

fazer é: como pôr “ordem” nesse caos? Lefebvre (2001, p.30) acredita que esses técnicos que se consideram “médicos da sociedade moderna se veem como médicos de um espaço doente”, e que o remédio está na coerência, no racionalismo, que vem para instaurar e restaurar a “ordem”. Mas o autor não está interessado em “restaurar” qualquer ordem que seja, e sim “confrontar e superar os descompassos do real em relação ao possível”. Reorientar as necessidades da sociedade urbana não para o consumo, mas para as potencialidades criadoras dos indivíduos, de forma que estes consigam, por meio de “um conhecimento de uma produção do espaço, da vida cotidiana”, reapropriar-se do tempo e do espaço. Para ele, o direito à cidade é muito mais do que a difusão ou distribuição “das conquistas materiais da sociedade”, é “o direito dos cidadãos-citadinos e dos grupos que eles constituem, de figurar sobre todas as redes e circuitos de comunicação, de informação, de trocas”.

Segundo Lefebvre, é no contexto anterior de tentativas de ordenamento desse novo espaço, agora definitivamente regido pelas relações sociais e pelo modo de produção capitalista, que se insere a perspectiva dos teóricos da Escola de Chicago²⁴, tida como a primeira Escola de Sociologia Urbana, que compreendem a cidade em transformação como sendo:

[...] não somente o local de moradia e trabalho do homem moderno, mas o centro iniciador e controlador da vida econômica, política e cultural que atraiu as localidades mais remotas do mundo para dentro de sua órbita e interligou diversas áreas, os diversos povos e as diversas atividades num universo (VELHO, 1973, p.91).

Para os teóricos da Escola de Chicago, o grande desafio era compreender a construção da democracia, a pobreza e a imigração na sociedade americana do início do século XX. Pensar formas de se estudar a cidade e seus problemas sociais fez da Escola de Chicago uma referência na inovação em termos metodológicos (tanto quantitativos como qualitativos) da pesquisa empírica. A produção do conhecimento sobre a cidade, fazendo dela objeto central de pesquisa, serviu para desenvolver as bases de uma sociologia urbana. Um dos nomes que encabeçam a primeira geração de intelectuais

²⁴ A Escola de Chicago foi criada em 1892, através de uma grande doação financeira feita pela Fundação Rockefeller e com a participação de um grupo de intelectuais de origem protestante, os quais estavam preocupados com as consequências das transformações que vinham ocorrendo na cidade de Chicago. Assim, foi fundado o primeiro departamento de sociologia dos EUA. Uma influência fundamental na produção desta escola refere-se especificamente à questão do crescimento acelerado das cidades da América do Norte, e, em especial, do próprio contexto da cidade de Chicago dos anos de 1920.

dessa escola é Ezra Park, que percebeu rapidamente que a cidade de Chicago poderia servir como um laboratório social, pois, para ele, “hoje o mundo inteiro ou vive na cidade ou está a caminho da cidade: então, se estudarmos as cidades, poderemos compreender o que se passa no mundo”. Os pressupostos da matriz teórico-epistemológica da Escola de Chicago baseavam-se no chamado Darwinismo social²⁵; no Pragmatismo americano²⁶ e no Neo-kantismo²⁷. É provável que nesse primeiro momento os trabalhos de Park tenham proporcionado maior visibilidade para a própria escola, a partir do desenvolvimento de uma área chamada de Ecologia Humana. Essa área, segundo Park (1948, *apud* DA SILVA, 1993), propunha:

uma tentativa de investigação dos processos pelos quais o equilíbrio biótico e o equilíbrio social se mantêm uma vez alcançados e dos processos pelos quais, quando o equilíbrio biótico e o equilíbrio social são perturbados, faz-se a transição de uma ordem relativamente estável para outra (p.31).

Os estudos de Park, que, a partir da aplicação da matriz teórica darwinista, entende a cidade como um tipo particular de comunidade, “baseada na semelhança das comunidades vegetais, arraigadas territorialmente e com unidades de indivíduos vivendo em relação de interdependência mútua”, proporcionam o entendimento e a justificativa que era apresentada à época para a questão da segregação residencial.

De acordo com Da Silva (1993, p.29), “a origem da segregação residencial remonta ao aparecimento das cidades e das classes sociais, mas no capitalismo essa questão assume dimensão maior devido à fragmentação das classes sociais”. Com o advento da industrialização, a chegada de novos meios de transportes urbanos (bondes, ferrovias) e meios de comunicação, houve uma mudança profunda naquilo que poderia ser considerado como uma estrutura urbana mais estável.

Essa instabilidade na estrutura urbana das cidades é percebida por Park como uma competição “pelos diferentes usos e localizações da terra pelas classes sociais” que lutam pela sua sobrevivência. Para Park (1948, *apud* DA SILVA, 1993, p.33), o

²⁵ “[...] aplicação dos conceitos de Darwin na análise e funcionamento da sociedade. Ele transplanta para a vida econômica-social a teoria da seleção natural, segundo a qual os mais aptos sobrevivem”(DA SILVA, 1993, p.30).

²⁶ “[...] visão de que o conhecimento é sempre fundamental para a prática” (DA SILVA, 1993, p.30).

²⁷ “visão de Windelband e Rickert deu a base da concepção de Park para o sistema de ciências...que as dividiam em idiográficas ou nomotéticas” (DA SILVA, 1993, p.30).

momento da competição por melhores espaços, inclusive os de moradia, leva necessariamente a um período de equilíbrio mais ou menos estável. Nos momentos de conflitos sociais, segundo Da Silva (1993, p.33), surge um “processo de dominação em que algumas lutas pelo uso da terra determinam a localização ótima de um determinado uso” e outros não tão bons. Os espaços entendidos como não ótimos são considerados, segundo Park (1948), como “áreas naturais”²⁸. Essas áreas representam, nas cidades, a segregação espacial, resultante de um processo de competição, o qual dá origem a vários espaços específicos, onde há a dominação de diferentes grupos sociais com diferentes características. O elemento dominação é então considerado por Park (1948, *apud* DA SILVA, 1993) como fator potencializador da segregação residencial. Ou seja, as áreas de maior dominância são aquelas em que o valor dos terrenos urbanos é mais alto e onde, segundo Park (1948, *apud* DA SILVA, 1993), se encontram os habitantes mais qualificados para nelas viverem. Já a formação das áreas naturais é determinada não só pelo processo de competição, mas também pelos indivíduos mais qualificados para ali se adaptarem, o que acaba influenciando na diminuição do valor do terreno à medida que se aproximam da periferia.

Para Velho (1973, p.94), em resumo, a preocupação dos teóricos da Escola de Chicago pautava-se na tentativa de identificar, por meio de pesquisas, a capacidade que a cidade e suas instituições tinham em moldar o caráter da vida social à sua forma especificamente urbana. O termo moldar é aqui entendido como a saída para a problemática surgida com os recém-chegados ou os imigrantes que vieram para a cidade de Chicago e eram considerados como os não integrados, os excluídos. Estes seriam naturalmente aqueles indivíduos mais propensos, após um processo de competição pelo uso do espaço urbano, a irem residir nas “áreas naturais” da cidade.

De acordo com Costa (1997, p.1423), essa perspectiva de conformar, adaptar os imigrantes às regras do urbano visando a uma harmonização da cidade pautava-se no pressuposto de que o desenvolvimento tecnológico gerava crescimento populacional e, conseqüentemente, concentração urbana, os quais se tornam elementos propiciadores da “desorganização social”, da desintegração como um “sistema” orgânico (pressuposto da

²⁸ Consideradas como “unidade na estrutura física da cidade, tipificada por uma individualidade do povo que está segregado dentro dela com atitudes, sentimentos e interesses característicos (Zorbaugh,

Ecologia Humana). Os teóricos de Chicago pretendiam, acima de tudo, “entender a transformação que se processava no interior da sociedade, com a passagem de um modo de viver em pequenas comunidades para o modo de vida urbano”. Essa perspectiva demonstra que os membros dessa escola buscavam modelos de “planejamento” que poderiam ser aplicados a todas as cidades que se encaixassem na definição sociológica de cidade²⁹, de modo a encontrar soluções para os problemas (aumento populacional, mistura étnica, emprego, moradia, criminalidade) advindos da industrialização e da urbanização crescentes.

Uma das principais críticas que se faz a essa linha é que a busca por modelos calcados no empirismo (traço marcante da chamada Sociologia Urbana) e na pesquisa de base etnográfica não considera as características específicas de cada cidade (contexto histórico, político, social ou econômico). Costa (1997,p.1423,1424) afirma que as análises da Escola de Chicago, relacionadas à não integração dos migrantes à cidade grande, repercutiram, inclusive, nas “primeiras leituras sobre o “problema” urbano “favela”, no Brasil, em especial no Rio de Janeiro, onde a “convicção era de que o favelado era socialmente desintegrado na grande cidade”. O surpreendente é que, passadas várias décadas em relação a essas primeiras concepções e análises sobre as cidades, estas ainda são tidas como modelo arquitetônico, de relações sociais e de possibilidades, às quais a favela, o seu oposto em termos de padrões sociais, econômicos e culturais, deve se “integrar”, se “juntar” para que consiga ter uma visibilidade menos negativa.

Nesta dissertação é intenção mostrar que intervenções e transformações no espaço urbano - inclusive para viabilizar essa perspectiva de “integração” da favela ou das vilas à cidade³⁰, utilizando a prática de remoção de população -, fazem parte de sua própria

1948,p.344), e são consequência do processo ecológico de competição/dominação”(DA SILVA, 1993, p.32).

²⁹ Wirth, em seu texto “O urbanismo como modo de vida” (1938, p.96, *apud* Velho, 1973), afirma que: “Para fins sociológicos, uma cidade pode ser definida como um núcleo relativamente grande, denso e permanente, de indivíduos socialmente heterogêneos. Com base nos postulados que essa definição tão pequena sugere, poderá ser formulada uma teoria sobre urbanismo à luz dos conhecimentos existentes, relativos a grupos sociais”.

³⁰ A “integração da favela” à cidade por meio de obras de infraestrutura urbana (alargamento de becos e sistema de saneamento básico), que, muitas vezes, só se viabilizam com a retirada de famílias que moram na própria favela ou vila, esteve presente em algumas cidades como Belo Horizonte e Rio de Janeiro, a partir dos anos 80.

constituição como lugar³¹ que conseguiu reunir a tudo e todos, reproduzindo social e espacialmente o capital. Porém, como será visto adiante, ao se tratar de intervenções no espaço urbano no Brasil e, mais especificamente, na cidade de Belo Horizonte a partir do século XX, desmistifica-se o discurso dominante de planejadores, administradores e políticos, no qual se afirma que remover famílias ou comunidades no espaço urbano é um “mal necessário” que viabiliza o processo de modernização e urbanização das cidades capitalistas. Na medida em que grande parte das intervenções públicas que culminam na remoção de população para “viabilização” de grandes obras acontece em *lugares* cujas características se assentam na ausência de políticas sociais e urbanas, assim como altas taxas de analfabetismo, subemprego e de renda baixa, expõe-se o fato de que há um processo socioespacial baseado na produção e reprodução desigual do próprio espaço.

Um dos aportes para o discurso usado por planejadores e gestores das cidades, que tenta (e consegue em grande medida) justificar a remoção de população desses espaços caracterizados como favelas ou vilas, parte do pressuposto da naturalidade desse tipo de intervenção urbana, como ação que faz parte e que é própria do processo de progresso e desenvolvimento das cidades. Nesse discurso pode-se antever a ideia de que, para se conquistar determinado nível de desenvolvimento (geralmente ditado pelos países ricos), as cidades devam passar por fases e seguir “receitas” de como se administrar de forma eficiente para que alcancem esse tão almejado lugar. Trata-se de uma visão não só etapista, mas, principalmente, evolucionista de crescimento das cidades.

Apesar de ser claro que as transformações urbanas no âmbito das sociedades capitalistas são levadas a cabo em contextos históricos diferentes, da mesma forma que são variados os seus propósitos, o que se argumenta é que remover, deslocar populações pobres de um lugar para outro se tornou uma prática constante na história da formação espacial das cidades contemporâneas, por isso “natural” de ocorrer. Talvez o prudente não seja investigar por que esse fenômeno se tornou “natural” a ponto de ser internalizado hoje não só por gestores, mas também pela população de forma geral, pois os objetivos das transformações urbanas ao longo da história da formação das cidades foram diferentes, da mesma forma como são diferentes as contradições do espaço nas sociedades

³¹ Na inferência de Oliven (1980, p.13), a cidade é “o lugar onde a burguesia primeiro conseguiu florescer e onde mais tarde a industrialização criou raízes”.

capitalistas. Interessante é identificar as similaridades nos processos de remoção em relação aos sujeitos que são submetidos à expulsão de seus lugares. As similaridades estão exatamente na recorrência do sujeito que é removido e na lógica segregadora do espaço urbano. Lefebvre (2008, p.10) afirma que “os expulsos para as periferias desurbanizadas são aqueles considerados os incômodos, os inconvenientes, ou mesmo ameaçadores”. Segundo ele, esse movimento é justificado por uma “racionalidade” segregadora que, obstinada na ideia de ordenamento espacial, termina por dispersar, distanciar os trabalhadores dos centros urbanos, o que resulta na extensão de uma cidade segregada em seus aspectos econômico, cultural, social e outros.

Embora sabendo que a remoção de famílias não é um fenômeno novo e que acontecia desde o século XVIII na Europa³², esse processo se intensifica no momento em que, em função da expansão da industrialização, as cidades têm seu espaço reconfigurado por meio de intervenções promovidas pelo Estado, que objetivam adequar o território à expansão do modo de produção capitalista. O que ocorre é um conjunto de transformações no modo de vida econômico e social de vários países que modifica não só a relação existente entre cidade e campo, mas muda também a forma de utilização do solo e da paisagem urbana.

De acordo com Junior (2006), o fenômeno de retirada de famílias ao longo do século XX tendeu a se agravar, devido principalmente à urbanização abrupta e desordenada das cidades. Entende-se, diferentemente desse autor, que essa análise é mais uma das inúmeras justificativas que não auxiliam a descortinar a origem e as consequências dessa prática. No momento em que se considera que o advento da industrialização no espaço urbano é o fator gerador de “desorganização urbana e social”, concorda-se também que, em um período histórico anterior (por exemplo, o feudalismo), o espaço das cidades se constituiu de forma ordenada, sem disputas ou contrastes, e que o espaço urbano atual deve ser reordenado. Monte-Mór (2008, p.6), ao traçar um panorama histórico e analítico da influência das correntes do urbanismo no Brasil, fala sobre os culturalistas e os progressistas e conclui que ambas as correntes tinham a mesma visão

³² Se, na Paris de Haussmam (Berman, 2007), as reformas urbanas podem ser analisadas como um aburguesamento do espaço da cidade, no sentido de que a retirada de várias habitações pobres propiciou a expansão de negócios locais e a valorização do tráfego nos novos bulevares; no Brasil as experiências de remoção de população pobre, no caso a favelada, desde o início do século XX até o presente momento, apontam para propósitos como higiene social e extinção do lugar “favela”.

sobre “desordem” urbana e a necessidade de se buscarem “modelos” que pudessem ser empregados em outros contextos. Ou seja, a “não ordem” era provocada por um crescimento desordenado e espontâneo das cidades, que ocasionava problemas que só seriam solucionados através da racionalidade técnica, da ordenação funcional e adequada do espaço urbano. Mas ele acrescenta que essas duas visões de planejamento urbano elaboravam suas concepções sobre ordenamento espacial sob esses princípios, pois não conseguiam “reconhecer na cidade o espaço precípua da luta de classes”.

Das várias interpretações ou leituras em relação ao processo de formação das cidades capitalistas, é interessante identificar, para este trabalho, o que pode haver de comum nas análises dos autores referenciados acima, ou seja, qual o diálogo possível entre eles. Nesse sentido, conclui-se que as cidades existiram nos diferentes modos de produção (escravista, feudal, capitalista), mas, como afirma Cardoso (1975), adquiriram importância quando, no mundo Ocidental, ocorreram dois processos de forma simultânea: a presença do mercado e do Estado, passando estes a caracterizar o assentamento³³ populacional como cidade.

Já para Lefebvre (2008), a preocupação não passa exclusivamente pela estruturação da cidade como categoria em si, pois esta, da forma como o autor entende, está em crise, teórica e prática, crise que surge com a chegada do processo de industrialização, o qual rompe com os núcleos e com relações sociais inscritas no cotidiano dos cidadãos. A crise representa para ele o fim das cidades, vistas como obra, local do uso e não somente da troca, e a ampliação da sociedade urbana, entendida como aquela realidade social que nasce à nossa volta com o advento da industrialização e traz consigo o espalhamento do urbano. A extensão do fenômeno urbano sobre grande parte das cidades significa a “proliferação” e, ao mesmo tempo, um “escape” e apropriação, pelos cidadãos, de *elementos* (“eletricidade, gás, televisão, utensílios plásticos, mobiliário moderno”) e *costumes* típicos do modo de vida urbanos, ou, visto de outra forma, informações e situações que se tornaram parte estrutural do viver em cidades (2008, p.19).

³³ Para Rosa (2005, p.670), o termo “assentamento” corresponde à materialidade dos produtos – habitações e equipamentos de infraestrutura e de serviços voltados ao provimento das necessidades sociais específicas da coletividade em foco – e à concretude das relações diretamente referentes à vida provida dos meios materiais no rumo da própria superação quanto às limitações da natureza [...].

A preocupação de Lefebvre se baseia na necessária reflexão acerca do espaço (social) como produto (social) diante de todas as mutações pelas quais passam as cidades industriais. Sabe-se que a entrada do capital nas cidades reparte, recorta o espaço e o divide entre contrários (dentro e fora, público e privado, micro e macro), o que culmina por reorientar o próprio modo de apropriação desse espaço pelos cidadãos, que, no caso das sociedades capitalistas, se efetua de forma privada. A transformação pela qual passam as cidades pode, segundo o autor, significar, inclusive, o seu fim. Mas pode ser benéfica na medida em que indica a possibilidade de algo novo, de algo que pode vir a ser, construído através de uma nova prática espacial³⁴ e social, a qual intervém para a produção de um espaço novo.

2.2. Dos lugares remexidos e das pessoas removidas - a remoção de população como fenômeno das cidades

A remoção de população de favelas, vilas e cortiços como uma das formas de se intervir no espaço urbano e remodelá-lo, apesar de ter se tornado uma prática do poder público ao longo da formação das cidades, é um tema ainda pouco destacado na literatura. Quando é tratado, seu foco muitas vezes se dá sobre as causas e consequências desse processo para aquela população³⁵, sem que se reflita, anteriormente, sobre o por que de essas ações terem se tornado tão naturais nesses lugares, e não em outros. O que se quer afirmar é que alguns espaços dentro das cidades, como favelas e cortiços, foram vistos, durante décadas e muito mais naturalmente do que outros, como lugares objeto de ações de readequação e requalificação.

A ideia preponderante de que esses espaços – favelas, vilas, cortiços – são passíveis e naturalmente propícios à intervenção física e social faz com que, em muitos casos, a

³⁴ [...] “no Neo-Capitalismo ou no capitalismo moderno, ela engloba a produção e reprodução, associa estreitamente o espaço *percebido*, à realidade cotidiana e a realidade urbana, que inclui em si a separação exacerbada entre esses lugares que ela religa. Uma prática espacial deve possuir uma certa coesão, não necessariamente coerência” (p.42).

³⁵ Valladares (1980, p.227), citada por Cardoso (2007), diz que: “pesquisas mostraram o impacto da remoção na desestruturação das condições de vida da população afetada, com queda da renda familiar por aumento dos gastos com transportes e com habitação, e com elevação dos níveis de desemprego dada a distância entre os locais de moradia e de trabalho”. Ainda segundo Cardoso (2007, p.227), “destaca-se a desestruturação dos laços de sociabilidade e vizinhança que permitiam melhores condições de reprodução social das famílias faveladas”.

remoção de populações leve até mesmo à supressão completa desses espaços . Esse tipo de prática é um dos reflexos de uma idealização do espaço urbano, o qual se presume organizado, ordenado, com crescimento controlado, com paisagem e estética condizentes com uma cidade que se quer ver inserida na modernidade do século XX.

Não obstante ser o lugar favela o local em que historicamente há maior incidência de processos de remoção de população, pelo menos no Brasil³⁶, o que se propõe discutir é que esse tipo de intervenção urbana se dá em espaços que são “escolhidos” pelo Estado muito mais por interesses ligados ao sistema viário, sistema imobiliário, sistema financeiro, de lazer e de serviços, do que propriamente por características físicas, ambientais ou de localização. De acordo com Mejía³⁷, um processo de remoção de população em áreas urbanas tem causas ou circunstâncias que determinam a necessidade de esse tipo de intervenção acontecer. Para ela, a criação de espaços para implantação de empreendimentos (corredores de transporte, indústrias, comércios, instalações governamentais) e para a instalação e/ou melhoria de serviços públicos é típica de intervenções que resultam na remoção de população. Ressalta também outras circunstâncias, tais como a criação de espaços para implantação de áreas verdes, urbanização e melhoramento de favelas, assim como projetos de prevenção contra riscos naturais e adoção de soluções habitacionais para famílias sem local de moradia.

A visão e os argumentos expostos acima refletem nitidamente o pensamento e a lógica como ONGs, instituições financeiras e, muitas vezes, o Estado - os quais planejam, financiam e executam projetos de intervenção urbana - lidam com esse espaço, que, por não se encaixar no modelo de cidade preconizado pela modernidade, por si só, justifica a necessidade de ser readequado ou reorientado para novas funções.

Uma questão a ser pensada é se há uma relação entre a forma como esses espaços se desenvolveram ao longo do processo de formação das cidades e o que se denomina de “naturalização” do fenômeno de remoção de famílias em certas parcelas das áreas urbanas. Ou seja, desenvolver-se às margens dos investimentos do poder público, o que

³⁶ Para essa referência ver Guimarães (1991), Valladares (1978), Fix (2001).

³⁷ Segundo a autora, o texto foi elaborado com o objetivo de contribuir para o Seminário “Involuntary Urban Resettlement and Rehabilitation in Latin América – A Workshop”, ocorrido na cidade de Ouro Preto – MG, Brasil, em 1995, o qual recolheu experiências de equipes técnicas ligadas a organismos

significa crescer sem planejamento e sem infraestrutura, implica que determinados lugares tenham uma pré-disposição natural³⁸ a serem remexidos, readequados?

É de conhecimento geral, e a literatura trata bem desse aspecto, que os lugares denominados favelas, vilas, cortiços, cresceram e se desenvolveram tanto em dimensão espacial, quanto em costumes, cultura e modo de vida, sem nenhum planejamento ou direcionamento do Estado, por várias décadas no Brasil. Ressalta-se aqui que as intervenções feitas em cortiços e favelas no início do século XX, já mencionadas por Valladares (1978), Guimarães (1991) e Costa (1997), tinham um caráter de higienização e limpeza social. Mais tarde, outras intervenções para expulsão da população favelada eram executadas, em determinadas áreas, por força policial, sem nenhum tipo de política pública que previsse um local onde aquela população pudesse se abrigar.

Uma análise sobre a possível relação entre a “naturalização” do fenômeno de remoção de população de espaços como favelas e cortiços e a ausência do poder público como agente planejador e organizador da ocupação desses lugares consiste em perceber que, ao longo da história da formação das cidades no Brasil, o Estado priorizou o planejamento de seus investimentos em áreas centrais e com potencial para a exploração do mercado. Uma das resultantes da não opção do Estado em implementar um planejamento urbano nas áreas menos centrais e atrativas e com pouco ou nenhum valor comercial foi a total exclusão da população residente nesses lugares dos serviços e equipamentos urbanos e sociais.³⁹ Na verdade, a ausência do Estado se restringe aos aspectos de planejamento urbano e direitos sociais, pois é sabido que, durante décadas, este se fez presente nas vilas e favelas através de seu aparato policial, reprimindo e expulsando os ocupantes daquelas áreas, como já foi salientado.

Dessa forma é possível afirmar que espaços urbanos relegados à própria sorte por várias décadas se constituem como lugares que estão sempre disponíveis “naturalmente” para que atuem sobre eles intervenções públicas objetivando a remoção de população, já que se desenvolveram sem a tutela do Estado. Ou seja, se um determinado espaço não

encarregados de projetos de “reinstalação de população” com financiamento pelo Banco Mundial, no âmbito da América Latina e de outras regiões. Este trecho se encontra em Junior (2006, p.17).

³⁸ O sentido dado à palavra natural é, de acordo com Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, de 1986: referente à natureza, próprio, peculiar, aquilo que é conforme a natureza”.

³⁹ Para esse exemplo ver Afonso e Azevedo (1987).

seguiu uma lógica organizativa de expansão e crescimento coordenada por aqueles que detêm a técnica e o saber para tal, significa que esses locais adquirem uma “carência” de atributos positivos. É nesse sentido que remover, remodelar parcelas do espaço urbano, como vilas e favelas, a qualquer momento e sob qualquer pretexto⁴⁰, se justifica para minimizar essa “carência” adquirida “naturalmente”.

2.2.1 – Dos espaços do *devido* devidamente estigmatizados para as remoções

Pensar no sentido da “carência” atribuída a essas parcelas do espaço urbano (vilas, cortiços, favelas) como coisa natural é apontar para uma nova denominação desses lugares como espaços que se formam devendo e necessitando de algo que os torne aceitáveis e suficientes para um projeto de cidade concebida a partir dos preceitos da modernidade. Designam-se, então, esses espaços que naturalmente se formam e se conformam tendo atributos de necessidade, de carecimento, como espaços do *devido*. O significado da palavra *devido*, de acordo com o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, deriva do verbo dever, ao qual é atribuído o sentido de obrigar, carecer, necessitar e precisar. Entende-se então que os espaços de vilas, favelas, cortiços etc. são portadores de carências, de faltas, que os qualificam a receber a denominação de espaços do *devido*.

Esses espaços do *devido* cresceram e se expandiram como parcelas “desordenadas” dentro do espaço das cidades, com a total ausência do Estado (inclusive daqueles que projetaram, regularizaram e venderam aquele espaço denominado favela). Para Bourdieu (1997), a imagem que fica desse processo é a de um lugar que cresceu e se constituiu como “órfão” do aparato estatal, tendo que organizar, a seu modo, uma cultura, um espaço e leis próprias.

Bourdieu, ao tratar do significado de lugar, em seu texto *Efeitos do lugar* (2003), revela que a localização espacial e a posição social dos que ali residem está diretamente ligada

⁴⁰ Um exemplo de pretexto descabido por parte do poder público para efetuar uma remoção é citado por Afonso e Azevedo (1987, p.120) em 1972, em Belo Horizonte (MG), realizou-se uma remoção sob o argumento de que era necessário ampliar o canil municipal.

a uma estrutura hierarquizada. A hierarquia baseia-se na posse ou não de capitais (econômico, social ou simbólico) como elementos que irão compor um rol de pressupostos sobre aquele espaço, resultando no reforço de características objetivas de segregação, de exclusão e de estigmatização relacionadas a esses lugares. O autor volta a salientar o papel do Estado como agente que tem “imenso poder sobre o espaço”, no que se refere a uma melhor distribuição de bens (capital social), incentivando a construção de grupos mais homogêneos, menos desiguais, exercendo o que ele chama de “verdadeira política do espaço”.

[...] o valor das diferentes regiões do espaço social reificado depende ou está diretamente ligado à distribuição no espaço físico, dos diferentes agentes individuais ou grupos, assim como a distribuição dos bens ou de serviços nesse mesmo espaço. Ou seja, lugares no espaço onde há concentração ou maior presença de pessoas com maior nível de renda, provavelmente são lugares que também possuem no espaço físico, maior distribuição de bens e serviços. Muitas vezes esses lugares de densa concentração de propriedades positivas ou negativas (estigmas) constituem armadilhas para o analista que não pode se ater somente às aparências, pois podemos ter lugares que parecem ser ou representar uma coisa e não são (p.161).

Goffman, em “*Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*” (1988), cita o que pode ser considerado outra abordagem possível para explicar a “naturalização” da intervenção nesses espaços dentro das cidades, por meio de projetos de remoção de população, além da justificativa do seu desenvolvimento ter se dado sem o ordenamento formal e técnico do Estado. O autor se preocupa em saber como a sociologia poderia contribuir para esclarecer de modo conceitual a relação entre estigma e desvio a partir de trabalhos populares sobre o tema.

Segundo Goffman (1988, p.04), desde os gregos que formularam o termo estigma⁴¹, “a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias”, tornando a identificação de uns perante os outros uma identidade social. Esses atributos, embora nem sempre verbalizados socialmente, se tornam “pré-concepções”, traduzidas como expectativas normativas ou exigências rigorosas para que aquele indivíduo possa

⁴¹ O estigma, que é uma característica imputada ao indivíduo pelos outros, representa a sua identidade social, virtual; a característica ou atributo que ele prova possuir representa sua identidade social, real. O estigma não só é usado para referenciar um atributo depreciativo, como também para legitimar, confirmar a normalidade de outrem.

ser mais ou menos desejável para o convívio com os demais. Goffman classifica o estigma em três tipos, sendo o primeiro relacionado às “abominações” do corpo, o segundo relacionado às “culpas de caráter individual⁴²” e o terceiro aquele referente aos estigmas ligados à origem de raça, nação e religião que são transmitidos através de linhagem, podendo se estender a todos os membros de uma família.

No mesmo trabalho, Goffman (1988, p.64) fala também de três tipos possíveis de lugar onde os grupos estigmatizados conseguem, em sua rotina diária, estabelecer formas de manipular sua identidade. Segundo ele, há lugares onde os estigmatizados são proibidos de ir devido ao próprio estigma, este geralmente associado a raça ou nacionalidade. Um segundo tipo de lugar é aquele onde o estigmatizado é tratado de forma respeitosa, onde o seu estigma não o desqualifica ou o impede de transitar livremente, geralmente lugares públicos institucionais, como repartições públicas ou museus. E um terceiro tipo de lugar é aquele onde o estigmatizado pode se expor, sem precisar esconder ou disfarçar seu estigma, por serem lugares retirados, onde ele, além de ser um estranho, é um desconhecido. Na análise de Goffman sobre as tramas sociais possibilitadas nas interações entre os indivíduos na vida cotidiana e o papel do estigma nesse processo, o indivíduo estigmatizado é a categoria principal, não se adotando necessariamente a estigmatização de certos espaços sociais como eixo de análise.

Entende-se, apesar disso, que é possível fazer uma espécie de transposição de uma análise sobre o estigma centrado no indivíduo para uma reflexão que considere os espaços do *devido*, visto que são socialmente construídos, como espaços dotados de estigmas ou de propriedades negativas. Da mesma forma que a um indivíduo estigmatizado se atribui uma característica de quase não humano, como recurso social para sua não interação e conseqüente exclusão, assim também acontece com os espaços do *devido*, aos quais são atribuídas características negativas e impróprias para o habitar, que não condizem com um modelo moderno de cidade. Na medida em que se compreende o espaço como algo além de um produto, sendo mais um elemento que intervém, interpenetra e, portanto, estabelece uma relação dialética com todas as outras estruturas da vida social, este adquire nessa relação características antes dadas somente

⁴² Ele menciona, também dentro desse segundo tipo, “as paixões tirânicas ou não naturais, as crenças falsas e rígidas, a desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de distúrbio mental,

aos indivíduos. Considera-se, assim, que os espaços do *devido* passam por um processo de absorção de valores negativos, como longe, tortuoso, íngreme, desordenado, sujo, violento, os quais se tornam “marcas” ou estigmas que não se desfazem com o tempo. Na condição de “marcas”, características, esses estigmas se tornam símbolos de um espaço que estará sempre “fora” do “lugar” cidade, que está sempre disponível para ser remexido, para dar lugar ou ceder espaço para algo mais limpo, mais perto, mais ordenado, mais plano. Há, portanto, uma internalização no imaginário coletivo da associação entre “coisas” negativas socialmente e os espaços que são alvo de processos de remoção de população. Os espaços do *devido* passam a incorporar então o estigma da falta (de recursos), da carência (de um ordenamento) e da necessidade (de intervenção urbanística).

Ainda sobre os lugares estigmatizados dentro da cidade, uma análise que amplia aquela feita por Goffman em relação aos três tipos de estigmas é de Loïc Wacquant (2008, p.28), segundo a qual, entre os tipos citados, aquele que “mais se aparenta com os estigmas territoriais são os transmitidos via linhagem, contaminando a todos por igual, mas podendo ser dissimulado e atenuado pela mobilidade geográfica”. Segundo Paiva (2007) citando Wacquant (2005):

o estigma territorial funciona como um signo que demarca modos preestabelecidos de distinção socioespacial dos moradores urbanos, não podendo sua força ser subestimada, pois manifesta inúmeros efeitos negativos nas comunidades estigmatizadas (p.05).

A análise de Wacquant se centra numa comparação “metódica da evolução do gueto negro americano e do subúrbio operário francês na virada do século XX”, procurando detalhar a transformação dos bairros, sua relação com o que chama de *marginalidade avançada* e com a formação do precariado⁴³ urbano. Sua percepção sobre os efeitos da estigmatização territorial pode servir, num primeiro momento, como mais um elemento a ser analisado, referendando a relação entre estigma e “naturalização” do fenômeno de remoção de população.

prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical” (1988, p.06).

⁴³ Segundo Wacquant (2008, p.35), precariado é, para Bourdieu (1977, p.04), “aquela parte da população chamada por ele de “franja” precária do proletariado – aqueles que ainda não ascenderam sequer ao estatuto de classe enquanto objeto”.

A princípio, o que fica perceptível na análise de Wacquant é que não há uma relação de determinação entre atributos que tornam um lugar estigmatizado territorialmente e indivíduos que se tornam estigmatizados por ali residirem, mas sim um entrelaçamento entre as duas categorias, que são determinadas pelas novas configurações do próprio sistema capitalista pós-industrial. À medida que os espaços socialmente construídos vão se reconfigurando devido à necessidade, idealizada dos planejadores urbanos, de serem inseridos no mercado imobiliário, um discurso que justifica essa prática de renovação urbana consiste justamente em priorizar a remoção de populações de lugares onde já estejam presentes estigmas da degradação ambiental e violência generalizada, por exemplo. Assim, como afirma Bourdieu (2003):

[...] o bairro estigmatizado degrada simbolicamente os que o habitam, e que, em troca, o degradam simbolicamente, porquanto, estando privados dos trunfos necessários para participar dos diferentes jogos sociais, eles não têm em comum senão sua excomunhão. A reunião num mesmo local de uma população homogênea na despossessão tem também como efeito redobrar a despossessão, principalmente em matéria de cultura e de prática cultural [...] (p.166).

2.2.2 – Da “requalificação” dos espaços do *devido* – as remoções como instrumento e objeto para um modelo de cidade

Seguindo com os questionamentos, outra perspectiva de explicação acerca dos significados e representações que conformam esses espaços, antes e depois de processos de remoção, é entender, acima de tudo, a relação existente entre a cidade e o espaço urbano que se quer e o processo de ressignificação e valorização comercial por que esses lugares passam, como num passe de “mágica”. Tenta-se então entender o tipo de cidade, dentro dos marcos de um projeto de modernidade, que hoje se apresenta como preponderante, e de que modo a viabilização desse modelo de cidade implica necessariamente que o espaço urbano seja reconfigurado através de intervenções, fazendo-o adquirir novas formas e significado.

Parte-se então do pressuposto de que há um modelo de cidade proposto e disseminado mundialmente desde os anos 1960 (em cidades de países de capitalismo avançado), que é incorporado em cidades de países do capitalismo periférico (América Latina, por

exemplo), mais especificamente a partir dos anos 1990. Esse modelo de cidade baseia-se numa nova concepção de se planejar a gestão pública, que passa a exercer papel fundamental na reorientação e requalificação do espaço urbano. Um instrumento utilizado para a efetivação desse modo de se pensar o urbano seria o chamado “planejamento estratégico”⁴⁴ ou “empresariamento urbano”, muito aplicado atualmente em gestões públicas locais. Esse modelo de planejamento urbano é concebido como instrumento capaz de “gestar” as novas formas urbanas, que já se configuravam a partir dos processos de reestruturação produtiva e de flexibilização da economia, juntamente com a crise de paradigmas relativos aos modelos de Estado socialista e de Bem-Estar Social.

Esse modelo encontra ardorosos defensores, como Manuel Castells e Jordi Borja (1996), que, ao visualizarem as cidades como “atores” políticos, terminam por atribuir-lhes um papel de protagonistas ativos diante de um contexto desafiador imposto pelo mercado globalizado e pela crescente onda de privatizações. Alguns problemas, inclusive conceituais, são percebidos quando se confere à categoria cidade a capacidade para uma ação protagonista, ao fazer acordos e parcerias internacionais extrapolando fronteiras, sobrepondo-se inclusive ao próprio Estado ou país. Essa questão pode ser analisada a partir da reflexão feita por Harvey (1996, p.50). Segundo esse autor, no momento em que se aceita que o Estado Nação não tem mais capacidade e nem poder para controlar o fluxo monetário multinacional, e que a maneira de se investir se torna cada vez mais negociação entre capital financeiro internacional e esferas do poder local, a tendência é a maximização dos aspectos atrativos das cidades, voltadas exclusivamente para o melhor desenvolvimento do capitalismo.

Uma segunda questão derivada dessa nova conceituação sobre o que seriam as novas funções da cidade, voltadas para um ordenamento do espaço urbano, é que, no que se refere à práxis urbana, a reificação ou “coisificação” da cidade explicita uma representação desta como uma localidade de bons negócios e de investimentos seguros

⁴⁴ “Inspirado em conceitos e técnicas oriundos do planejamento empresarial, originalmente sistematizados na Harvard Business School, o planejamento estratégico, deve adotado pelos governos locais em razão de estarem as cidades submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas” (VAINER, 2000, p.75).

para o capital financeiro especulativo⁴⁵. A cidade, dentro dessa perspectiva, deixa de ser vista como espaço resultante de uma gama de processos sociais, os quais se manifestam em um ambiente dialeticamente construído, para se tornar mais um objeto disposto em meio a vários outros no mercado de consumo, para aqueles que têm mais posse de capital, para que dela se apropriem.

Para Vainer (2000), o “planejamento estratégico” está calcado no discurso articulado entre três analogias, “a cidade mercadoria, a cidade empresa, a cidade pátria”. O autor indaga, de forma contundente, até que ponto a adoção desse modelo seria o único meio eficaz para que as cidades e os poderes locais façam frente à nova conjuntura imposta pela globalização, ou se não iria ser simplesmente mais um modelo para disputar o mercado de “modelos”. Vainer diz que a ideia de se conceber uma cidade como mercadoria é praticamente “transformá-la em objeto de luxo” para que possa ser vendida e comprada. Dessa forma, o caminho para as lideranças locais (que são incumbidas dessa missão) é descobrir todas as “potencialidades” que a cidade possa oferecer como atrativos para o capital e projetá-las através de um *marketing* intenso, a fim de que esta consiga competir com outras, buscando ganhar cada vez mais usuários “solventes” (aqueles que têm capacidade de pagar pela “mercadoria”).

Para que essa ideia se materialize há a necessidade de que a cidade seja gerida aos moldes de uma empresa, e o primeiro pressuposto é que ela seja negada como *polis*, como espaço político. A cidade e, obviamente, tudo que se inscreve no espaço urbano passam a ser concebidos como mercadoria e administrados pelas gestões públicas locais sob uma ótica empresarial, seguindo rigidamente a lógica de mercado capitalista, cuidando para que vários de seus pressupostos (competitividade, lucratividade, racionalidade, funcionalidade) sejam garantidos.

⁴⁵ A retórica que envolve a áurea do “planejamento estratégico” é bastante sedutora e empolgante, pois atrela questões que são de ordem estrutural (sistema viário, habitação, produção de resíduos sólidos, por exemplo) oriundas de um determinado modo de produção e consumo, e reduzem a solução desses problemas a uma forma “inovadora”, que se baseia nas parcerias público-privadas. Acrescente-se a essa fórmula “mágica” o ingrediente da participação do cidadão, que vai ajudar na criação de uma imagem ou modelo de cidade, onde todo o desenvolvimento social, urbano, cultural é possível, na medida em que haja uma difusão de um sentimento de pertencimento entre os cidadãos, onde o consenso é buscado como princípio e fim das coisas.

Para entender o que significa a produção e a reprodução desses espaços que se tornam “alvos” do Estado empreendedor, na lógica de reprodução das relações sociais de produção capitalista, parte-se da afirmação de Lefebvre (2000, p.09) segundo a qual o modo de produção vigente organiza e produz, ao mesmo tempo, tanto as relações sociais que lhe darão meios de produção, quanto seu espaço e seu tempo. Ele projeta essas relações no espaço, o qual também reage sobre ele. O autor diz não poder afirmar que o modo de produção capitalista tenha, desde seus primórdios, “ordenado” por “inspiração ou inteligência na sua extensão espacial” todo o espaço existente. No entanto, considera que houve por parte dos capitalistas a utilização de todo o espaço possível (“vias aquáticas, estradas, autoestradas e aeroportos”) e disponível, dele se apropriando e organizando-o para se obter lucro.

Dessa forma, há o entendimento de que a sociedade capitalista, no momento em que organiza o espaço preexistente objetivando o lucro, produz, se apropria e reproduz de forma desigual parcelas desiguais do espaço para segmentos distintos da sociedade. Ou seja, espaços físicos e socialmente mais estruturados em termos de bens de capital, mais próximos aos centros de produção e consumo, são destinados para as parcelas da população detentoras do capital, cabendo à parte pobre o restante, os espaços degradados, de difícil acesso e permanência, geralmente caracterizados como periferias, vilas e favelas.

É importante perceber a profundidade da colocação de Lefebvre (2000, p.32;42-43), pois, na medida em que, no modo de produção atual, “o espaço produzido assume o mesmo status que a mercadoria”, podendo ser consumido, vendido, trocado, ele se imbuí, segundo o autor, de uma característica que é a da instrumentalidade, a qual é utilizada pelos “artífices” da sociedade, como meio de “controle, produção, portanto de dominação e poder”.

Reinterpretando o autor, entende-se que a instrumentalidade que o espaço (social) adquire se vê objetivada no que ele denomina de “espaço concebido”⁴⁶, que, além de ser aquele espaço projetado e construído para a estruturação de uma concepção de cidade, é

⁴⁶ É aquele onde há as representações do espaço pelos cientistas, planejadores, urbanistas, tecnocratas, de certos artistas próximos da cientificidade. O espaço concebido é dominante numa sociedade. As

também instrumentalizado, manipulado, para dominar, controlar e subordinar o “espaço vivido”⁴⁷, que é daqueles que realmente produzem, vivenciam com o corpo, mas não se apropriam de forma global desse espaço. O espaço (social) é então instrumentalizado, segundo Lefebvre (2008), para vários fins, tais como:

dispersar a classe operária, reparti-la nos lugares prescritos, subordinar o espaço ao poder; controlar o espaço e reger, tecnocraticamente a sociedade inteira, conservando as relações de produção capitalistas (p.08).

É justamente pensando nesse poder de instrumentalização sobre o espaço que os detentores do “espaço concebido” utilizam o discurso da técnica, da eficiência, para tornar disponível toda e qualquer parcela do espaço que possa ser utilizada para a produção e reprodução do modo de produção capitalista. Com isso está se dizendo que espaços, lugares (favelas, vilas, ou cortiços) que se formaram fora dos “espaços concebidos” se tornam disponíveis a qualquer tempo para ações de intervenção que reorientam as funções antigas, como a de moradia, para novas funções⁴⁸, assim como as praças, as rodovias.

Por fim, o autor aponta para a possibilidade de se pensar outro tipo de apropriação do espaço e uso para o espaço (social) que não seja específica e predominantemente o modo privado (espaço como produto). Esta se daria na alteração da prática espacial no espaço do vivido por aqueles que vivenciam e percebem o espaço através da sua realidade cotidiana.

apropriações do espaço concebido são idealizadas (fabricadas) por “esses” artífices (planejadores, arquitetos, urbanistas) da sociedade, e tendem a ser elaboradas intelectualmente (LEFEBVRE, 2007, p.42).

⁴⁷ É aquele representado por meio das imagens que o acompanham; é, portanto, o espaço dos habitantes”, dos “usuários”, é também o espaço dominado, portanto, suportado, que a imaginação tenta modificar e apropriar.

⁴⁸ Lefebvre vai falar, em Espaço e Política (2008), sobre essas novas funções quando o espaço adquire o *status* de mercadoria, e exemplifica como o mar, as montanhas, até mesmo desertos, passam a ser consumidos como espaços de lazer, divertimento, turismo. Os espaços, hoje tidos como especificamente ou com características do rural, da natureza inóspita ou virgem, eram lugares que, antes da chegada da industrialização, eram somente lugares de vida de alguma comunidade, ou lugares de travessia, de passagem ou simplesmente não tinha nenhum desses usos de hoje. Há de se pensar que esses lugares (de lazer, de consumo, por exemplo) adquiriram esse atributo porque o processo de industrialização e, conseqüentemente, o de urbanização, invade e se apodera, de tal forma que há nitidamente uma quebra, ou uma ruptura com os traços do rural, da natureza. O que era na verdade “natural”, no sentido de ser correspondente e apropriado aos hábitos de vida comuns, se torna não próprio, diferente, uma realidade folclorizada, não pertencente aos novos modos da vida urbana.

Portanto, é necessário entender os objetivos dessas novas funções atribuídas ao espaço a partir de um modelo que conceba a gestão das cidades no âmbito da lógica do privado, assim como perceber a maneira como se dá a apropriação do espaço urbano por aquela população que é alvo de processos de remoção. Compreender a relação dialética que se estabelece entre aquela população removida, tanto com o espaço que ora está sendo reorientado e readequado para novas funções quanto com os novos espaços que serão futuras moradias, é fundamental para avaliar os impactos sentidos, devido ao processo de remoção, por aqueles que na verdade percebem, usam e produzem o espaço social.

Mais até do que avaliar impactos de um processo de remoção de população, importa analisar um elemento que tem se tornado a tônica para a legitimação desse fenômeno, que é a participação daqueles que serão atingidos pelos projetos, nas instâncias de negociação desse processo. Refletir sobre a forma de participação ou não dessa população nas esferas de decisão sobre a necessidade desses grandes projetos é desenvolver um questionamento acerca do tempo, do grau e da potencialidade dessa participação no sentido da apropriação do projeto de intervenção. Juntamente com essa reflexão, objetiva-se verificar a “necessidade” de remoção de população de um determinado espaço de moradia como condição para que um modelo de desenvolvimento de cidade se dê.

2.3 – Os removidos e seus “ruídos”⁴⁹: participar para apropriar

Nos dois tópicos anteriores, discutiu-se como o processo de entrada do capital nas cidades reorienta não só o modo de sua reprodução, mas também a forma de apropriação do espaço social pelos cidadãos. A transformação de um modelo de cidade visto como obra e realização, em outro, no qual ela é vista como mercadoria que requalifica espaços, de modo que possam ser vendidos e comprados pelos investidores do capital, conjuga-se com projetos de intervenção urbana que objetivam a remoção de

⁴⁹ Palavra próxima à utilizada por Rancière (1996), ao se referir à prática do dissenso, entendido nos seus termos como sendo a possibilidade de se visualizar dois mundos (dos que falam ou governam e dos que não falam, somente “mugem”) num só, o mundo onde existe e se reconhece uma luta de classes; para se desenhar outras possibilidades de cidade.

população de lugares que “naturalmente” necessitam dessa requalificação. Nesse novo contexto, a remoção de população se torna um fenômeno natural, que tem por base uma ideia evolucionista do processo de formação das cidades que foram absorvidas pela industrialização no final do século XIX.

A tentativa de explicação do fenômeno das remoções por meio da “naturalização” do seu processo agrega elementos necessários para sua compreensão, tais como papel do Estado, estigmatização dos espaços do *devido* e modelo de cidade moderna. Esses componentes juntos formam um rol explicativo que necessita, no entanto, da análise de outro, que é o da existência ou não da participação da população alvo nas esferas de planejamento e decisão desses projetos.

Para isso, num primeiro momento é importante identificar e conhecer quem é essa população moradora dos espaços do *devido*, de forma que se estruture a base da pesquisa empírica desta dissertação. Analisa-se, então, se há ou não a participação de famílias removidas nas instâncias de discussão desses projetos, assim como objetiva-se verificar a existência ou não de apropriação dos novos espaços de moradia por aquela população removida e reassentada.

Além de caracterizar quem é a população ocupante das vilas, favelas e cortiços, para, a partir daí, analisar a existência e o tipo de participação em projetos de remoção, importa salientar que vários foram os fatores sociais, econômicos e históricos que influenciaram no tipo e no resultado do processo de ocupação desses lugares.

Um dos fatores mais comuns que resultou na ocupação de lugares denominados de favelas e vilas, ou, para este trabalho, espaços do *devido*, é o processo de construção do próprio espaço urbano, como o caso da construção da cidade de Belo Horizonte (MG) a partir do final do século XIX. Naquele momento, grande parte dos trabalhadores que vieram para edificá-la, ao não encontrar uma alternativa de moradia, pois esta possibilidade não estava prevista no projeto da cidade, passa a ocupar parcelas do espaço urbano sem infraestrutura e longe da área central da cidade. Outra característica dessa população que veio trabalhar na construção de Belo Horizonte, além da exclusão socioespacial, é a sua origem. Guimarães (1991), ao falar sobre os trabalhadores que vieram para construir a nova capital, Belo Horizonte, na última década do século XIX,

informa que os primeiros “favelados” (que eram esses trabalhadores) compunham uma mão-de-obra estrangeira, em substituição à escrava. Da mesma forma, como salienta Caldeira (2000), no caso do processo de ocupação do município de São Paulo, não só a população que formou os primeiros cortiços, até 1940, era composta por imigrantes, mas também o resultado socioespacial desse tipo de ocupação foi um padrão de segregação que se estabeleceu em suas periferias. Infere-se, então, que grande parte da população que termina por ocupar os espaços do *devido* é aquela gama de indivíduos e famílias resultante de processos de espoliação urbana, de expulsão dos lugares de origem, enfim, pessoas pobres e excluídas.

Dessa forma, fatores como a busca por melhores condições de vida e emprego, conjugados com um modelo de cidade em que a moradia para trabalhadores recém chegados e pobres não estava prevista, levaram a que, não havendo alternativa, essa população fosse ocupar as áreas mais distantes do centro e sem infraestrutura.

Constata-se, então, que a população ocupante dos espaços do *devido* é composta por indivíduos que, em um determinado momento da formação do espaço urbano, chegaram para construí-la e, com o decorrer dos anos, terminaram por compô-la. Mas a compuseram e a formaram justamente naquela parte que foi e permanece alijada do processo de apropriação dos bens socialmente produzidos e distribuídos espacialmente.

Além dessa caracterização, importa compreender neste momento como se forma a representação de cidade, de processos de remoção e maneiras de participação, para a população diretamente atingida por esse tipo de intervenção. Parte-se então de uma premissa mais geral, também apontada por Murta⁵⁰ (2006, p.90), de que “a apropriação de um espaço construído a partir de uma escolha da população implica novos

⁵⁰ O objeto de pesquisa da autora é o estudo da produção e da apropriação do espaço urbano de determinados bairros da cidade de Belo Horizonte – Minas Gerais, a partir das obras definidas através do processo do Orçamento Participativo entre 1994 e 2004. Segundo ela, foi no governo municipal do prefeito Patrus Ananias, em 1993, que teve início um processo mais democrático de gestão, instituindo-se a participação popular na metodologia de tomada de decisão sobre o planejamento e gestão da cidade (MURTA, 2006, p.20). Basicamente, Murta investigou se a horizontalização dos processos de tomada de decisão participativos interferiu na apropriação do espaço urbano.

significados para a palavra apropriação, tais como: afetividade, simbolismo, identidade, direitos de cidadania”. Murta, apoiando-se em Lefebvre, acredita que:

[...] quando um indivíduo ou um grupo se apropria de um espaço deixa de ser apenas o local onde ocorrem as atividades sociais para se tornar o local onde esse indivíduo ou grupo tenha a possibilidade de se inserir nas relações sociais, na medida em que é reconhecido como meio e instrumentos de ação. [...] Reforça-se a afirmativa Lefebvrina, de que, em determinadas circunstâncias no espaço urbano, o uso pode predominar sobre a troca, resultando em apropriação (p.90).

A ideia é que a forma e a intensidade com que determinado indivíduo ou grupo se insere em processos onde há a possibilidade de escolha e decisão sobre o futuro de determinados lugares implique diretamente um sentimento de apropriação daquele espaço. Ou seja, a hipótese levantada é de que, quanto maior a inserção, a participação do indivíduo ou grupo em projetos que visem à modificação ou à readequação de espaços urbanos, maior apropriação e sentimento de pertencimento por parte dos participantes em relação àquele lugar.

Analisar a forma, o tipo e o potencial da participação de uma população atingida por projetos de remoção implica avaliar até que ponto houve uma possibilidade real de apropriação dos novos espaços de moradia, começando pela apropriação do próprio projeto de intervenção, em todas as suas fases, a saber, planejamento, execução e avaliação de seus resultados.

2.3.1 – Participação cidadã⁵¹ para avançar no pressuposto da democracia

Ao se discutir o ressurgimento da democracia⁵² participativa no final do século XX, após a derrota de regimes autoritários em países tanto da América Latina quanto da Europa Oriental, um discurso envolto na aura da participação se acopla como elemento

⁵¹ Termo usado por Brasil (2004, p.35), referenciando-se em Santos e Avritzer (2002), para designar as novas conformações de um tipo de participação, denominada de ampliada, que engloba diversos atores sociais em processos decisórios no nível de administrações locais, possibilitando ultrapassar os limites usuais da agenda pública no Brasil da década de 1990. Refere-se, assim, à intervenção dos agentes sociais no curso das atividades públicas de diversas formas, que permitem sua influência nas decisões estatais ou na produção de bens públicos, constituindo expressão de interesses sociais.

⁵² De acordo com Santos e Avritzer (2002, p.39), entre o ser desejado pela democracia, até a primeira metade do século XX, e a condição estrutural para sua aplicação, o que predominou depois da 2ª Guerra

estruturante do novo contexto do espaço das cidades. Os inúmeros problemas sociais e econômicos decorrentes dos processos de reestruturação produtiva e de flexibilização das economias, assim como a crise de paradigmas relativos aos modelos de Estado socialista e de Bem-Estar Social, fizeram com que a participação social se tornasse um instrumento complementar aos modelos de democracia representativa, como nova proposta do Estado para “gestar” com mais eficácia, eficiência e transparência as cidades. Para esse processo foi necessário que a participação social se tornasse uma prática institucionalizada, regulamentada e com certa periodicidade nas várias esferas dos governos. Na verdade, o que se tem, segundo Brasil (2006, p.39), referenciando-se em Santos (2002), são “duas vertentes analíticas que aportam concepções bastante diferenciadas quanto aos termos e ao papel da participação institucional”.

A primeira concebe a participação de forma instrumental, como meio de assegurar a governabilidade, para tanto, visando à eficiência por meio do “redirecionamento das formas de protesto e pressão dos movimentos sociais para formas controladas de participação”. Situa-se, assim, em uma perspectiva da participação como meio de reforçar a tendência de des-responsabilização do Estado. A segunda corrente enfatiza as dimensões pública e política da participação cidadã. Nesses termos, as instâncias participativas constituem espaços de publicização de conflitos, de negociação de interesses distintos dos segmentos sociais, e de afirmação e (re) construção de identidades coletivas. A participação configura, assim, um ponto de partida para a democratização das políticas públicas e vincula-se à perspectiva da garantia dos direitos sociais e da possibilidade de redução das desigualdades (p.17-19).

Afora essas duas leituras acima - a primeira, que vê na instrumentalização da participação social uma forma de assegurar a governabilidade, inserindo nas esferas institucionais, de forma controlada, os descontentes, e a segunda, que entende a participação como possibilidade de surgimento de novas relações sociais no momento em que conflitos e negociações são postos na mesma arena -, outra leitura necessita ser mencionada.

Ao lembrar a análise feita por Vainer (2000), que faz um paralelismo entre as perspectivas de gerenciamento de uma empresa e os procedimentos constantes no modelo atual de planejamento das cidades, o elemento participação do cidadão se insere como mais um ingrediente indispensável para que uma nova concepção de cidade se

foi sua implementação restrita em torno de procedimentos eleitorais objetivando o consenso para formação de governos eleitos.

estabeleça. Segundo ele, a participação do cidadão ajudaria na criação de uma imagem ou modelo de cidade em que todo o desenvolvimento social, urbano e cultural é possível, na medida em que haja a difusão de um sentimento de pertencimento entre os cidadãos e o consenso seja buscado como princípio e fim das coisas. Para ele, o elemento chave dessa forma de gerenciamento do espaço urbano pelo Estado, visto que é seu pilar ideológico, é o patriotismo, ou a visão de cidade como pátria. Essa ideia passa a ser assimilada de forma subjetiva entre os cidadãos por meio da difusão de uma “sensação de crise” que assola o mundo e, para que a sua cidade possa superar e sair “vencedora” (visto que está em uma competição), é preciso que todos os cidadãos interrompam temporariamente os conflitos internos e busquem o consenso e a paz social. Dessa forma, a participação dos cidadãos se torna uma participação instrumentalizada e voltada para um fim específico, qual seja, o consenso.

A discussão que se apresenta é em torno da busca do consenso como princípio da democracia e única forma legitimada de se fazer a política. Entende-se que a problemática não é a busca do consenso em si, necessário na vida prática de qualquer sociedade, mas, sim, a forma como esse processo é geralmente buscado nas esferas institucionalizadas da participação social.

É necessário observar que o uso do consenso como categoria investida da qualidade de ser meio e fim de realização da política, inclusive para garantir sua racionalidade, culmina por confundir processo (meio) e resultado (fim) como coisas que se sobrepõem. Afirma-se que, num primeiro momento, há uma instrumentalização da categoria consenso, compreendido e difundido pelo senso comum como o resultado de um processo em que os conflitos (de classe, gênero, origem, renda etc.) devem ser eliminados ou superados. Vainer (2000) diz que esse tipo de procedimento leva necessariamente ao desaparecimento da política, pois esta, segundo ele:

sempre representou no imaginário coletivo a ideia de conflito, e este visto de seu ponto negativo e não positivo. A proposta é banir a política da cidade para que esta possa voltar a ser estável, proporcionando condições para a produtividade e competitividade (p.96).

Transmite-se então a ideia de que situações e momentos em que está presente a disputa entre interesses contrários e onde esses debates remetam a discussões (conflitos)

resultam na manifestação de certo tipo de irracionalidade ou de formas arcaicas de resolução de problemas, como guerras e lutas armadas, por exemplo. A conclusão “consensual” é de que essas práticas (os debates) devem ser evitadas.

É justamente aqui que a análise de Rancière (1996, p.368) se faz decisiva para um contraponto necessário. Para esse autor, o que se entende comumente por política tem como princípio dois modelos clássicos da razão política: o aristotélico e o hobbesiano. O primeiro vê a política como “reunião de indivíduos ligados entre si, seja por sociabilidade natural, seja por necessidade de superar sua insociabilidade natural a fim de assegurar sua conservação”. O segundo, ao enxergar no homem um animal político, que implementa a “luta de todos contra todos”, insere a perspectiva do contrato de modo a pôr fim a essa luta. Prosseguindo, ele propõe que se deve partir de uma racionalidade própria da política que não esteja alicerçada nesses modelos, mas que se baseie na ruptura de toda lógica da dominação legítima⁵³. Romper com essa lógica de dominação legítima é vivenciar na prática o conceito de democracia, no qual esta não fica reduzida a um regime político ou à simples e errada menção de um governo do povo, e, sim, numa prática social onde o dissenso seja possível e legítimo. Para ele, a política “é um modo de ser da comunidade que se opõe a outro modo de ser, um recorte dentro do mundo sensível”, do mundo fenomênico, onde as aparências são sua forma de expressão. Rancière (1996) entende a política como:

conjunto das atividades que vêm perturbar a ordem da polícia⁵⁴ pela inscrição de uma igualdade de qualquer ser falante, quando sai do lugar daqueles que simplesmente “mugem”, fazem ruídos, e se aceitem enquanto seres falantes iguais a todos (p.373-374).

Compartilha-se com Rancière a ideia de que é através da prática do dissenso, da divergência consciente dos falantes, que a política, assim como a democracia, pode ser

⁵³ Esta pode ser entendida como a gama de títulos requeridos àqueles que vão governar e simetricamente para aqueles que serão governados. Os títulos atribuídos a cada parte culminam por legitimar as ações de um e de outro. Segundo Rancière (1996, p.369), esses títulos passam por três categorias. A primeira se refere aos títulos tradicionais de autoridade, que remetem a uma diferença de natureza (nascimento, geração, classe econômica). A segunda seriam títulos que distinguem entre aqueles que detêm a ciência e o conhecimento e o ignorante. E, por último, os títulos concedidos aos governantes e governados por meio do acaso, da sorte. É nesta última categoria que se insere a democracia, onde a decisão de quem será governante e governado não é dada nem por meio natural, nem por meio da ciência, mas do imprevisto, do acidental.

⁵⁴ Rancière (1996, p.372) propõe que todo o conjunto de conceitos que consensualmente são aceitos como política (processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, organização

materializada e vivenciada, visualizando dois mundos num só, o mundo onde existe a luta entre duas classes. Entende-se que a inclusão da prática do dissenso como processo (meio) é salutar para que se consiga estabelecer na arena do debate político o princípio da igualdade.

Baseados no princípio da igualdade entre todos os cidadãos nos espaços de debates institucionalizados, alguns autores, como Araújo e Costa (2007, p.07), avaliam a importância do conceito habermasiano de racionalidade comunicativa, como forma de contribuir para o entendimento das formas mais recentes de participação popular. Segundo eles, “o conceito habermasiano de racionalidade comunicativa tem sido amplamente utilizado como fundamentação teórica para os instrumentos e metodologias de participação popular nos processos de planejamento e gestão de questões urbanas e ambientais”.

Partindo-se do pressuposto que o discurso é uma articulação entre o conhecimento e o poder, e que se materializa por meio da fala, da linguagem, compreende-se por que Habermas adotou a linguagem como um novo paradigma filosófico, qualificando o processo comunicativo (razão comunicativa) como caminho possível para se chegar à emancipação social. Para ele, era através desse processo linguístico que uma ação social poderia ser orientada “na promoção do bem comum”. Brasil (2004, p.36), ao tratar da renovação das políticas públicas no Brasil nos anos 1990, relacionando-a às possibilidades de influência dos atores coletivos, salienta que um pressuposto central apresentado por Habermas consiste em ver a linguagem como um “elemento de coordenação interpessoal da ação que permite o estabelecimento de acordos interpretativos a partir de argumentações, questionamentos e debates que sustentam a noção de deliberação”. Seria por meio dessa racionalidade comunicativa que os cidadãos teriam a possibilidade de “problematizar questões, negociar e redefinir problemas, normas e tradições culturais”.

Pelo exposto, há que pensar que esse conceito funciona bem em sociedades onde alguns déficits sociais já foram superados, tais como baixo nível de escolarização, pouco ou nenhum acesso a meios de comunicação. O conceito habermasiano aparentemente não

dos poderes e gestão das populações, a distribuição dos lugares e das funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição) sejam chamados de polícia, formas do espaço em que o comando se exerce.

apresenta uma sustentação empírica, por exemplo, se o pusermos em diálogo com o proposto por Rancière. Para o autor, é necessário que, no momento da interlocução política, da problematização, da situação de fala, esta esteja constituída com seus interlocutores e seus objetos, e, para isso, é preciso que a igualdade de lugar entre os falantes também esteja constituída. No entanto, o que se tem é que esse princípio de igualdade durante o processo argumentativo já foi quebrado em sua origem, no momento em que um dos lados, que poderia argumentar em pé de igualdade, simplesmente não está apto, pois um conflito sobre a representação do mundo da forma como os envolvidos o percebem já estava estabelecido desde o início.

Da mesma forma, Araújo e Costa (2007, p.07) retomam o assunto ressaltando as dificuldades de se trabalhar com o conceito habermasiano da ação comunicativa, em termos da “viabilidade de aplicá-lo em contextos democráticos marcados por assimetrias socioeconômicas e culturais tão acentuadas”. Seria quase uma ingenuidade pensar que, através de um processo argumentativo apenas, interesses antagônicos pudessem ser resolvidos e que um processo de emancipação social fosse daí resultante.

Talvez ancorados nesse princípio argumentativo proposto por Habermas é que inúmeros processos onde há o pressuposto da participação cidadã, aquela que envolveria vários atores ou indivíduos de expressões sociais distintas, resumam-se a momentos que satisfazem meramente o pragmatismo de instituições governamentais.

Questiona-se, a partir daqui, em que medida, nesse novo contexto democrático estabilizado em vários países da América Latina, e no Brasil, por exemplo, existe participação de populações que são retiradas ou convidadas a sair de seus espaços (moradias) nas diversas etapas de projetos de intervenção urbana.

A princípio, o que se deduz das inferências acima é que essa população moradora dos espaços do *devido*, com um histórico de exclusão socioespacial de décadas e estigmatizada em várias esferas de sua vida cotidiana, já teve a sua prática participativa quebrada quase de início. Ou seja, se o argumento da participação se baseia no princípio da igualdade (em qualquer nível), este já está quebrado por não haver o mesmo compartilhamento de visão de mundo entre os participantes, pois existe uma disputa entre classes sociais. Se o argumento da existência da participação se ancora em

uma razão comunicativa possibilitada por processos de interação e debate político, os déficits sociais não sanados, por si sós, já estabelecem diferenças nas possibilidades de participação.

Insistir numa práxis política onde o exercício do dissenso esteja presente durante o processo de debate se torna salutar para que se materialize a possibilidade da “divergência consciente dos declarantes”, no caso em questão, da população alvo de projetos de remoção no espaço urbano.

3 (RE) CONTANDO A HISTÓRIA DOS ESPAÇOS NA CIDADE DE BELO HORIZONTE – A OCORRÊNCIA DE REMOÇÕES DE POPULAÇÃO DE 1899 ATÉ 2005

Neste capítulo pretende-se analisar a formação e a consolidação do espaço urbano de Belo Horizonte, através da prática de remoção de população como uma das estratégias para a viabilização de grandes projetos urbanísticos. Essa perspectiva se apresenta, hoje, como um diferencial nas recentes temáticas relacionadas às transformações urbanas nas sociedades capitalistas, visto que se insere num rol de discussões variadas, que vão desde processos de gentrificação até discussões sobre outros instrumentos urbanísticos, como as operações urbanas, que comumente são associados à revitalização de espaços nas metrópoles.

Objetiva-se mostrar também como a formação socioespacial da cidade de Belo Horizonte, desde a concepção de seu projeto original, teve como características elementos fundantes para o que se denomina de espaço urbano segregado, hierarquizado e excludente. A análise de tal concepção mostrará que o espaço urbano se constituiu em categoria estruturante da produção e reprodução desigual da riqueza socialmente produzida, tornando-se ao mesmo tempo produto e produtor dessa desigualdade.

Nessa perspectiva, toma-se Lefebvre (2007) como referência. O autor critica uma concepção do espaço compreendido e analisado somente como resultado, produto pronto e acabado de uma das etapas do processo de produção de mercadorias. Para ele, “o espaço não pode mais ser concebido como passivo, vazio, ou então, como os “produtos”, não tendo outro sentido senão o de ser trocado, o de ser consumido, o de desaparecer” (LEFEBVRE, 2007, p.05). O autor acredita que o espaço tem que ser compreendido como produto socialmente construído, que interage e retroage, intervindo na própria organização da produção. Assim, o espaço passa a ser percebido como um elemento em contínuo movimento dialético de interação, interferência e criação.

Para uma análise sobre intervenções no espaço urbano, em especial aquelas que ocorrem por meio de remoções de população, é fundamental compreender o processo de

construção e consolidação das cidades através de uma visão na qual o espaço é percebido como elemento que intervém, interpenetra e, portanto, estabelece uma relação dialética com todas as outras estruturas (força produtiva, divisão do trabalho, relações de propriedade) da vida social.

A análise das concepções e ideias que fundamentam ações de remoção de população implementadas pelo poder público nos mostra que este é um processo social construído em cima de certezas plenas, balizadas pela técnica, pela racionalidade científica e pelo discurso democrático que, ao final do século XX, se torna parte do eixo estruturador das políticas urbanas implementadas pelo Estado. Uma das questões centrais que será discutida ao final deste capítulo é relativa às motivações e argumentos para que a retirada de populações do caminho certo e reto do progresso e do desenvolvimento econômico fosse sempre um imperativo ao longo da história da constituição do espaço urbano de Belo Horizonte.

Um elemento que se agrega ao rol dos discursos que tentam justificar processos de remoção involuntária de populações é a ideia, “consensual” entre os gestores do espaço urbano, de desenvolvimento econômico vinculado à execução de grandes obras. A intenção seria, de acordo com Junior (2006, p.10), a de “promover a melhoria das condições de vida da população, em virtude da precariedade ou inexistência de urbanização e de serviços públicos, da localização em áreas de risco, [...] e áreas de servidão de rodovias e ferrovias”.

Entende-se que o movimento das forças sociais em direção ao desenvolvimento⁵⁵ econômico se baseia na ideia assumida no processo de modernização das cidades, dentro do qual o progresso é idealizado como algo a ser buscado. Dessa forma, a ideia de progresso se materializa muitas vezes por meio das grandes intervenções espaciais, que criam condições para que o espaço urbano incorpore a função de viabilizar a produção de novos espaços, com novas atribuições e valores.

⁵⁵ Segundo Peets, R. e Watts, M. (1996), o termo “desenvolvimento” surge na língua inglesa do século XVIII com origens constituídas num sentido de “abertura”. No entanto, a expressão ganhou vida nova durante a expansão colonial europeia e com o espalhamento do ideal de bem-estar ocidental pelo mundo. O “desenvolvimento” era então a consagração da modernidade, uma condição maior que poderia ser

O pressuposto chave é de que lugares onde ocorrem intervenções urbanas por meio de remoção de população só passam a ter viabilidade econômica para os agentes do capital, de forma que se efetive a reprodução ampliada da riqueza, quando há a “desobstrução” do “caminho” por aqueles que se tornam entraves para esta reprodução.

Neste capítulo, a análise do desenvolvimento socioespacial de Belo Horizonte, a partir de intervenções urbanas que tiveram como tônica a remoção de população, será realizada em quatro momentos. Para essa análise, priorizou-se a leitura dos documentos intitulados “Relatórios Anuais da Prefeitura”, de 1899 até o ano de 2005. Entende-se que esses documentos representam não só a fala oficial dos administradores e planejadores da cidade, mas também retratam o pensamento e a política urbana implementada pela elite belorizontina, no que se refere à realização de grandes projetos arquitetônicos ou de engenharia ao longo de um século. A leitura desses documentos centrou-se na perspectiva de identificar, no seu conteúdo, leis, decretos e resumos de atividades que pudessem indicar a remoção de população como prática, as circunstâncias em que esta ocorria e, se possível, visualizar o discurso oficial embutido em tais ações.

3.1. As primeiras intervenções na cidade: de sua fundação até os anos de 1940

Muito já se falou e se escreveu sobre a construção e fundação da cidade de Belo Horizonte, que nasce como a segunda⁵⁶ cidade brasileira criada de forma planejada, com o intuito de ser o Centro Político e Administrativo do Estado, já que, até então, a capital do Estado era a cidade de Ouro Preto. Vários são os trabalhos⁵⁷ que ressaltam a relação intrínseca da construção da cidade com o processo de formação de favelas, já dando sinais de um planejamento urbano (mesmo não tendo essa nomenclatura) que segrega e fragmenta a cidade. Outros estudos⁵⁸ direcionam seu olhar para a formação e o papel de movimentos sociais e associações de favelados, os quais questionavam a política de

alcançada por quem estivesse disposto a submeter sua cultura e estilo de vida ao pensamento e ritmo de trabalho vindo das metrópoles.

⁵⁶ A primeira foi Teresina, em 1852.

⁵⁷ Guimarães, 1991; Somarriba 1984; Teulières, 1957.

⁵⁸ Valadares, 1984; Afonso e Azevedo 1984; Pomper Mayer, 1988; Prates, 1982.

desfavelamento, muito empregada por vários governos que passaram pela capital até meados da década de 1980, em que a situação era tratada como caso de polícia. Há ainda outros trabalhos⁵⁹ que se debruçam sobre as várias vertentes da questão habitacional, regularização de favelas, relações entre poder público e movimentos sociais em Belo Horizonte. São contribuições de grande importância, não só pelo seu conteúdo, mas também por refletirem os vários momentos históricos da nossa capital, o que incentiva e estimula reflexões para os diversos campos das ciências humanas.

No entanto, o que se propõe analisar aqui se baseia em outro olhar sobre a formação socioespacial de Belo Horizonte, a qual já “nasce” de um processo de remoção, primeiramente de algumas fazendas e, posteriormente, de população pobre e operária. De fato, processos de remoção de populações por meio de grandes intervenções urbanas são históricos e recorrentes, podendo ser observados quando do surgimento, construção e consolidação de várias cidades⁶⁰. Como afirma Junior (2006):

A remoção de famílias não é um fenômeno novo. Na Europa, com o rápido crescimento industrial e consequente processo de urbanização, ocorrido a partir de meados do século XIX e ao longo do século XX, a retirada de famílias de suas moradias contra a sua vontade, especialmente em áreas urbanas, aumenta em volume e complexidade. A necessidade de reordenação das cidades em áreas urbanas, com a implantação de novas vias de circulação viária, de linhas de metrô, redes de água e de esgotamento sanitário, provoca, inevitavelmente, a remoção de construções que interferem na execução das obras necessárias. Nos países de Terceiro Mundo, e particularmente no Brasil, essa necessidade ganha significativa relevância à medida que o processo de urbanização se deu de forma rápida, abrupta e desordenada (p.09).

A nova capital de Minas Gerais, pensada e planejada pela Comissão Construtora, teve seu início marcado pela desapropriação de várias propriedades (fazendas⁶¹) e lugarejos, os quais deram lugar às primeiras ruas, grandes avenidas e prédios públicos.

⁵⁹ Fernandes, 1998; Guimarães e Teixeira 1996; Costa, 1994.

⁶⁰ O que se procura afirmar aqui é que intervenções, transformações no espaço urbano das cidades, fazem parte de sua própria constituição como lugar que conseguiu concentrar tudo e todos, reproduzindo social e espacialmente o capital, ou na inferência de alguns, “o lugar onde a burguesia primeiro conseguiu florescer e onde mais tarde a industrialização criou raízes” (OLIVEN, 1980, p.13).

⁶¹ Fazenda do Barreiro; Fazenda do Pião; Fazenda do Jatobá; Fazenda Bom Sucesso; Fazenda São João Batista; Fazenda das Mangabeiras; Fazenda do Leitão; Fazenda Ilydio Ferreira da Luz; Fazenda da Baleia; Fazenda Boa Vista; Fazenda do Taquaril ou Jonas Veiga; Fazenda Capitão Eduardo; Fazenda do Retiro ou Estivo; Fazenda da Ressaca; Fazenda do Barreiro Grande. Mais informações, ver Decreto nº .127 de 06 de dezembro de 1898. referente às desapropriações. www.pbh.gov.br/acpbh.

No entanto, essa região conhecida como Curral del Rei não desapareceu totalmente, e várias fazendas e áreas rurais permaneceram no entorno da cidade, como forma de prover alimentos aos construtores da nova capital. A permanência dessas áreas rurais mais afastadas do centro, prevista no projeto inicial, foi fundamental porque, além de alimentos, fornecia também materiais, como madeira, tijolos e lenha, necessários à construção e manutenção da cidade.

A intenção expressa na planta original da cidade já demonstrava todos os pressupostos de um modelo urbanístico hierarquizado, elitista, funcional e excludente de planejamento. Assim, como afirma Guimarães (1991, p.07), o plano elaborado por Aarão Reis “imprime a ideia de ordem e funcionalidade ao espaço sob a influência do modelo de L’Enfant⁶² (Washington) e de Haussman⁶³ (Paris)”.

Quando se trata da discussão relacionada à ordenação, reordenação, ressignificação e, mais tarde, revalorização das áreas urbanas, é emblemático o texto de Berman (2007), que exemplifica esse processo através do poema baudelairiano sobre a expulsão de famílias inteiras de bairros que foram destruídos para a construção dos bulevares por Haussmann e Napoleão, em Paris. O tráfego de cavalos e, mais tarde, de carros é priorizado em detrimento do tráfego dos pedestres, dos homens e mulheres comuns.

Os novos bulevares permitiram ao tráfego fluir pelo centro da cidade e mover-se em linha reta, de um extremo ao outro...[...] Além disso, eles eliminaram as habitações miseráveis e abriram “espaços livres” em meio a camadas de escuridão e apertado congestionamento. Estimularam uma tremenda expansão de negócios locais, em todos os níveis, e ajudaram a custear imensas demolições municipais, indenizações e novas construções...[...] Por fim, criaram longos e largos corredores através dos quais as tropas de artilharia poderiam

⁶² Segundo Monte-Mór, no texto “As teorias urbanas e o planejamento no Brasil” [...] O plano de Pierre Charles L’Enfant para Washington D.C, em 1791, resgatava o sentido barroco das cidades absolutistas, que foi retomado na Paris haussmanniana do século XIX e em Belo Horizonte, três décadas mais tarde. O plano de Nova York, em 1811, nega toda a tradição urbanística anterior, adotando um traçado rígido e simplificado, em ruas e avenidas ortogonais sem qualquer perspectiva barroca e que responde às necessidades ultra-liberais e pragmáticas do espírito empreendedor capitalista norte-americano.

⁶³ Barão Georges-Eugène Haussmann, em Paris, administrador do Sena entre 1853 e 1869, que projetou e implantou o que é considerado o primeiro plano regulador para uma metrópole moderna. Haussmann se apoiou, de um lado, nos trabalhos de engenharia urbana desenvolvidos desde o início do século na Escola Politécnica e que se fortaleceram enormemente a partir da Revolução de 1848 e, de outro, na força política e no interesse de Napoleão III, tão engajado no processo que a ele muitas vezes tem sido atribuída a autoria do esquema geral de racionalidade urbanística imposto a Paris, demolindo e construindo milhares de casas, implantando infraestrutura e parques, abrindo grandes avenidas e dando à área central da cidade o sentido majestoso e a organização administrativa em vinte *arrondissements*, o que perdura até hoje.

mover-se eficazmente contra futuras barricadas e insurreições populares (p.180).

No caso da nova capital mineira, para a construção de seus primeiros edifícios, prédios públicos, pontes, ruas e avenidas, símbolos de sua inclusão nos princípios da modernidade⁶⁴, em tese não seria necessária a retirada de população, até porque não havia no Curral del Rey número expressivo de pessoas ou de construções que atrapalhasse a construção das primeiras edificações. No entanto, de acordo com o pensamento urbanístico preponderante nos fins do século XIX na Europa e adotado aqui no Brasil, a estrutura urbana na qual se projetava a nova capital não poderia admitir a presença da população pobre, inculta e sem higiene na parte central e nobre da cidade.

Essa corrente urbanística que influenciou bastante o planejamento urbano no Brasil, conhecida como racionalista/progressista, e que tem nomes como Le Corbusier, Gropius, Garnier e Rietveld como referências, contestava as consequências trazidas pelo processo de industrialização, o qual teria gerado “desordem social e urbana” para as cidades que se desenvolviam no final do século XIX. Para resolver os “problemas urbanos” gerados pela industrialização, a ideia era planejar cidades onde o espaço deveria se estruturar de forma ordenada, funcional e eficaz para responder às demandas do mercado, das classes dirigentes e do Estado.

Para atender aos interesses do mercado e das classes dirigentes, aos pobres, operários e migrantes cabia o lugar oposto ao centro, a periferia ou, no caso de Belo Horizonte, as zonas suburbana e rural. É importante lembrar, para não transparecer que o pensamento urbanístico simplesmente paira sobre a cidade, que o grupo de profissionais (arquitetos, engenheiros) que pensavam e planejavam as cidades modernas eram ligados à classe dominante.

A partir de registros históricos como os encontrados nos Relatórios Anuais da Prefeitura a partir de 1899, observa-se a “necessidade de a Comissão Construtora permitir que os

⁶⁴ Lefebvre, no Prefácio de *A produção do Espaço*, (2007, p.07), ao falar dos teóricos do espaço moderno (Le Corbusier, Gropius), coloca de forma clara as características do espaço da “modernidade”: homogeneidade-fragmentação-hierarquização. Ele tende para o homogêneo por diversas razões: fabricação de elementos e materiais – exigências análogas intervenientes – métodos de gestão e de controle, de vigilância e de comunicação. [...] paradoxalmente (ainda) esse espaço homogêneo se fragmenta: lotes, parcelas. Em pedaços! O que produz guetos, isolados, [...]. Com uma hierarquização estrita: espaços residenciais, espaços comerciais, espaços de lazer, espaços para marginais etc.

operários estabelecessem na zona urbana grandes núcleos de cafuas e barracões, provisoriamente construídos”, como forma de manter a mão de obra perto dos trechos das obras. Esses lugares, com o decorrer do tempo, converteram-se em cortiços, que deveriam ser demolidos e ter seus habitantes removidos, tão logo o governo fosse para ali transferido. Ou seja, o fato de não terem sido previstos, na planta original, locais para moradia dos trabalhadores e familiares encarregados da construção da cidade, os quais, no início, ocuparam a zona urbana, aliado ao discurso higienista e sanitarista⁶⁵, forneceu as bases que justificariam as várias remoções que iriam ocorrer dali em diante. No entanto, uma questão que deve ser discutida é que, afora o discurso mais atual, de remover para ceder espaço a projetos urbanísticos importantes para o progresso da cidade, essa prática aconteceu, no caso do início da construção de Belo Horizonte, independentemente da falta de espaço físico para que o projeto se efetivasse.

É curioso, no entanto, que, apesar das tentativas do poder público de impedir, por meio de leis⁶⁶, o crescimento da ocupação na zona urbana pelos indesejados (pobres, mendigos e, até mesmo, os operários) nos primeiros anos de existência da nova Capital, estas não conseguem materializar o desejo da prefeitura. O trecho extraído do Relatório Anual da Prefeitura de 1911-1912 é emblemático, no momento em que expõe o problema que o poder público estava enfrentando em torno das consequências do adensamento da área central.

A medida⁶⁷ era pois necessária a bem da conservação das nossas boas condições sanitárias, da moral e do conforto a que tem direito os habitantes da área urbana onde a vida é muito mais cara que nos subúrbios. Será sempre preferível uma população menos numerosa na área urbana, porém saudável e cercada de todas as garantias da higiene, [...] a vermos no coração da cidade verdadeiros bairros chineses, habitat predileto de todas as moléstias infecto-contagiosas (p.26).

O “problema” do crescimento da população e do adensamento na zona urbana volta a ser mencionado no Relatório Anual da Prefeitura (1923, p.10-11), quando a cidade se expande, e decretos e leis são editados para a regularização das vias públicas. Nos

⁶⁵ No Relatório Anual da Prefeitura de 1903, o prefeito diz que: “o povoado do Barro Preto ocupado quase exclusivamente por operários e sem condições exigidas pela higiene, constitui uma ameaça à saúde pública, e deve ser dali removido em breve” (p.46).

⁶⁶ Lei nº 53, de 1911, que resolve “taxar os barracões pesadamente”, para que os proprietários desistam de alugá-los. O objetivo era também fazer com que o proprietário investisse no barracão, tornando-o habitável ou, indiretamente, “transportar” aquela população inquilina para os subúrbios. Para a Prefeitura, os inquilinos tinham um caráter nômade, não queriam fixar residência, não buscavam adquirir uma casa, como os operários.

termos do Relatório, tais decisões são justificadas porque, pelo “traçado da cidade, no seu plano geométrico, racional e definitivo, é um crime admitir o chamado método natural de crescimento”, e a solução para a questão é a criação de vilas proletárias nos lugares denominados Barroca e Lagoinha⁶⁸.

É justamente a partir dessa lógica imperativa de sempre “acomodar” os indesejados, os cidadãos de segunda classe fora do perímetro urbano (área central), que um movimento quase espontâneo de ocupação e de crescimento da periferia ocorre. O ato de “acomodar” ou, mais claramente, expulsar os cidadãos com menos direitos das áreas mais urbanizadas de Belo Horizonte tem que ser entendido como o início de uma prática social do poder público. O discurso calcado no estigma territorial e na segregação já se faz notar. Paiva (2007, p.05), ao citar Wacquant (2005), afirma:

o estigma territorial funciona como um signo que demarca modos preestabelecidos de distinção socioespacial dos moradores urbanos, não podendo sua força ser subestimada, pois manifesta inúmeros efeitos negativos nas comunidades estigmatizadas.

Há que entender, a partir daqui, a formação de um movimento dialético em que o morador expulso, excluído social e territorialmente das benesses da urbanidade, passa a ver a si próprio e ao lugar a ele destinado de forma estigmatizada. E não somente ele, mas a outra parcela da cidade, esta sim, incluída e com direitos, passa também a se referir aos lugares (cortiços e favelas) e aos seus moradores de forma cada vez mais negativa. Não se defende aqui que o promotor dos sentimentos e de ações baseadas em relações estigmatizadas seja a parte pobre e excluída da cidade. Isso seria de fato cair num engodo retórico. Entende-se que o agente propulsor dessa situação não é somente a adoção de um modelo de produção capitalista de cidade, mas também de um tipo de planejamento do espaço urbano, cujas premissas racionais e técnicas incluem a população pobre somente no momento de se produzirem bens sociais, e não no momento de se apropriar e usufruir deles.

Paralelamente, durante a formação socioespacial da nova Capital, encontra-se outro elemento, presente até os dias de hoje, que são as forças do mercado de terras, que ditam as regras do jogo, promovendo a especulação imobiliária. *Grosso modo*, esta pode

⁶⁷ Refere-se à Lei nº 53.

⁶⁸ Lei nº 178, de 1920, que cria as vilas proletárias na Lagoinha (Relatório Anual da Prefeitura, 1920, p.07).

ser compreendida como a reserva de terras ou lotes por um determinado tempo, à espera de que estas, num momento posterior, assumam um valor maior, seja por investimentos próximos a esses locais, seja pela indisponibilidade de áreas para edificar, fazendo com que essas terras se tornem um produto extremamente cobiçado no mercado imobiliário. Se, no período de construção da cidade, essa especulação foi propiciada pelo poder público, como afirma Guimarães (1991, p.02), o qual repassa “sob diversas formas áreas públicas para o setor privado”, depois, segundo a autora, “a consequência mais imediata desse procedimento foi a elevação de preços dos terrenos mais centrais provocando o fenômeno das invasões e a ocupação desordenada da periferia”.

Esse processo desordenado de ocupação do espaço urbano, através de várias construções clandestinas, segundo Guimarães (1991), fez com que o governo adotasse um comportamento dúbio, que:

ora permitia que as pessoas ocupassem uma área, até o momento em que se tornava necessária sua desocupação em decorrência do processo de crescimento da cidade e da valorização do terreno. A população expulsa invadia áreas mais distantes; anos depois era novamente removida (p.158).

Se essas ocupações ilegais são toleradas e até mesmo incentivadas pela prefeitura num primeiro momento, elas se tornam, no momento seguinte, um obstáculo ao modelo planejado de cidade. Mais tarde, passam a ser tratadas como caso de polícia.

Em um breve retrospecto, Guimarães (1992, p.02) afirma que “o poder público começa a se sentir ‘incomodado’ com a presença da população pobre na parte nobre e designa, em 1902, um local para a moradia do trabalhador – a Área Operária – e promove a primeira remoção de favelas”, a do Alto da Estação, localizada no Bairro de Santa Tereza, que existia desde 1895. Da mesma forma, remove a favela do Córrego do Leitão, localizada no Bairro Barro Preto, que data também dessa época. Apesar de a favela da Barroca, localizada no Bairro Barro Preto, existir desde 1902, de acordo com levantamento apresentado por Guimarães (1992), somente em 1925 ela é citada no Relatório Anual da Prefeitura como problema. O Relatório (1925, p.11) sublinha a necessidade de se manter fiscalização das construções clandestinas edificadas no Barro Preto e Barroca, sob a égide do discurso de “proteção ao patrimônio e a estética”, e alega também que essas edificações constituem “empecilho à boa marcha dos serviços técnicos municipais” e ao progresso. Para resolver o “incômodo” que a Barroca

causava, até porque estava dentro do perímetro da Avenida do Contorno, consta no Relatório Anual da Prefeitura de 1929 que “todos os possuidores de Cafuas que lá estavam, tivessem assegurados, por parte da prefeitura, a obtenção de lotes na Vila Concórdia⁶⁹”. Afirma também o Relatório (1929, p.30) que a prefeitura só tem “feito facilitar a todos que se transferem para tal Vila Operária, tudo quanto esteja ao alcance dela”. Entretanto, ela não dotou esses lugares de qualquer infraestrutura necessária para a população pobre e operária. É bom lembrar que, para os moradores da zona urbana, toda infraestrutura e serviços urbanos possíveis na época eram disponibilizados (água, luz, recolhimento de lixo, bondes). No entanto, para a população que iria habitar as vilas, o custeio de serviços como abertura de ruas, colocação de meios fios, abastecimento de água, era compromisso dos próprios moradores, de acordo com o Relatório Anual da Prefeitura de 1928. Isto não só era uma forma de o poder público aumentar sua receita, mas, na prática, indicava uma contradição em relação ao discurso de incentivo à criação das vilas, pois, com essas exigências, acabava por dificultar a instalação das pessoas. A fala do Prefeito constante no Relatório Anual da Prefeitura de 1928 evidencia claramente essa questão: “levantam-se Vilas por toda parte, até em pontos onde jamais poderão chegar serviços que compete ao poder público” (p.15).

No Relatório Anual da Prefeitura de 1929, consta que seriam construídos e fornecidos cinco tipos econômicos de habitação para os operários que fossem retirados da Barroca e encaminhados para a Vila Concórdia. Segundo o mesmo relatório, o número provável de cafuas construídas na Barroca era de 1.971 e, naquele ano (1929), já haviam sido demolidas 1.140. Tendo por média que a favela Pedreira Prado Lopes (surgida em 1920) tinha, em 1940, cerca de 3.000 habitantes morando em 483 “casebres”⁷⁰, o que dá mais ou menos seis pessoas por casa, pode-se estimar que, na favela da Barroca, por ser mais antiga, o número de habitantes estaria em torno 6.000.

Dessa forma, como o indicativo para a liberação da área onde se encontrava a favela da Barroca era a remoção de seus habitantes, a solução para a desocupação da favela da Pedreira Prado Lopes não poderia ser muito diferente. De acordo com o Relatório Anual da Prefeitura de 1940-1941, a prefeitura pensava em duas alternativas: “erguer ali mesmo, um bairro em condições técnicas satisfatórias ou a segunda, promover a

⁶⁹ Criada pelo Decreto nº 31, de 06 de setembro de 1928.

⁷⁰ Dados do Relatório Anual da Prefeitura de 1940-1941, p.76.

aquisição de terrenos fora da cidade, para neles localizar os moradores da Pedreira” (p.77). Para resolver o problema, foi promulgado o Decreto nº 75, de 1940, que criava uma saída para o que se considerava “centros populosos”, oferecendo como alternativa a construção de prédios de apartamentos destinados às classes populares. O objetivo era o de se ter um local que pudesse servir de moradia para os habitantes da Pedreira Prado Lopes. Mas um problema surgiu no caminho, que era o que fazer com aquela população, cerca de 3.000 pessoas, durante as obras de construção do Bairro Popular (nome dado ao local da construção do Conjunto IAPI- Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários). A escolha da prefeitura então foi a remoção da população da Pedreira e o seu assentamento, em 1941, nas áreas da então “Fazenda do Mato da Lenha”, que passou a ser chamada de “Vila Operária Fazenda Mato da Lenha”, atualmente Bairro Salgado Filho (região Oeste de Belo Horizonte). O curioso é que os antigos habitantes da Pedreira nunca chegaram a morar no Conjunto IAPI, construído em 1944, o qual acabou sendo destinado a funcionários da prefeitura e operários da indústria (os quais possuíam renda suficiente para concorrer à compra de um apartamento).

Como já dito, a preocupação da prefeitura com o crescimento para fora do perímetro urbano é justificada, quando se observam os números comparativos de construções nas áreas urbanas, suburbana e rural de Belo Horizonte na década de 1920, apresentados no Relatório Anual da Prefeitura (Tabela 1).

Tabela 1
Demonstração do crescimento de construções nas zonas urbanas, suburbanas, ex-colônias e vilas – Belo Horizonte (1924 a 1929)

Zona	Urbana	Suburbana	Ex-Colônias ⁷¹	Vilas
Ano				
1924	327	217	203	–
1928	523	628	459	–
1929	278	395	312	110
Total	1128	1240	974	110

Fonte: Sistematizado pela autora a partir dos Relatórios Anuais da Prefeitura de 1924;1928, p.102-C; 1929, p.83.

⁷¹ Exemplos de áreas que eram consideradas como colônias e que cresciam sem favores do governo, citadas no Relatório Anual da Prefeitura de 1899 -1902: Carlos Prates, Ribeirão da Matta, Afonso Pena, Bias Fortes e Adalberto Ferraz. É ressaltada nesse relatório a importância econômica dessas colônias para a cidade, pois são esses lugares que abastecem o centro de produtos da pequena lavoura.

Percebe-se que, somente no ano de 1924, o número de domicílios na zona urbana é maior do que nas outras áreas da cidade. A situação se inverte em 1928 e 1929, quando a zona suburbana e as ex-colônias crescem mais em número de domicílios do que a zona urbana, confirmando o que foi exposto anteriormente. Os domicílios nas áreas denominadas vilas só começam a ser contabilizadas oficialmente a partir de 1929, já com 110 edificações.

A década de 1920, de forma geral, é marcada também pela retomada da construção da cidade de Belo Horizonte – que permanecera paralisada em decorrência da Iª Guerra Mundial⁷² –, tornando-a “o pólo econômico e cultural do Estado, propiciando então o seu crescimento demográfico e espacial” (PLAMBEL, 1986, p.20). Durante essa década, várias obras de grande porte são inauguradas na cidade: o Viaduto de Santa Tereza, a nova Matriz da Boa Viagem, o Mercado Municipal. Esse crescimento urbano acelerado e não planejado resulta, nos anos de 1930, em uma crise urbana, a qual se expressa na carência de serviços urbanos, o que exige uma retomada do planejamento da cidade por parte do poder público nos anos seguintes.

A partir da leitura de todos os Relatórios Anuais da Prefeitura de 1899 a 1941, constata-se que as primeiras intervenções urbanas se constituíam em abertura de ruas e avenidas, construções de pontes, mercados, igrejas, praças e canalização de córregos. Não se verifica a realização de remoções de populações em virtude da realização de grandes empreendimentos urbanos, objeto de análise no presente estudo.

Importa mencionar que, nos Relatórios Anuais da Prefeitura a partir de 1923, uma figura jurídica crucial começa a ser usada: o ato de declarar terrenos urbanos como de utilidade pública para fins de desapropriação. O uso dessa figura jurídica vai desde a intenção de declarar de utilidade pública uma determinada área para preservação de mananciais de água⁷³, passando por decretos que autorizam desapropriação de terrenos necessários à instalação do Matadouro Modelo⁷⁴, até leis⁷⁵ que autorizam a

⁷² Segundo o PLAMBEL (1986, p.47), a paralisação das importações atinge “a cidade em construção, de maneira aguda, ocorrendo a recessão nas obras e empreendimentos econômicos e o desemprego, o que provoca a evasão maciça de operários, principalmente imigrantes”. Esse momento deixa marcas e consequências de uma crise econômica, agravada pelo desemprego, levando à paralisação das obras e ao esvaziamento populacional.

⁷³ Lei nº 248, de 1923.

⁷⁴ Decreto de 26 de maio de 1928.

desapropriação de quarteirões na zona suburbana onde havia ocupações clandestinas, como as do Bairro Lagoinha. Mas o que interessa salientar é a presença do termo jurídico ‘desapropriar’, ‘tirar a propriedade de outrem’, que vai se perpetuar e se fazer presente como instrumento intrínseco na construção do espaço urbano de Belo Horizonte. Exemplos mais afeitos ao objeto de nossa análise podem ser demonstrados através do Relatório Anual da Prefeitura de 1937. Trechos desse documento (1937, p.18-19) se referem a uma ação da advocacia da prefeitura para promover a desocupação de terrenos municipais invadidos por possuidores precários. Ainda no mesmo relatório, no item desapropriação, é mencionado esse instrumento como necessário para a construção da Avenida Pedro II e outras ações com mesmo conteúdo para a construção da represa da Pampulha. Serão vários os decretos e leis que irão desapropriar áreas nas vilas e na zona suburbana, onde certamente havia habitações, imprimindo a máxima de colocar “os fora de lugar” no seu devido lugar, a periferia.

Para Lefebvre (2007, p.05-07), a lógica de imprimir ao espaço social princípios e valores que primam pela divisão e apropriação desigual do solo urbano, por parcelas desiguais e diferentes da sociedade, sustenta uma característica do espaço da “modernidade”, que é o da produção de espaços fragmentados, lotes, que vão produzir guetos marcados pela exclusão, sendo as periferias um exemplo emblemático. Isso se deve ao fato de que a visão de espaço, predominante na modernidade, é aquela em que este é concebido como um produto, coisa a ser comprada e vendida, que somente tem valor de troca, e não de uso. E é exatamente desses “tempos da modernidade” que a nova Capital quer se imbuir e seguir à risca os preceitos.

3.2. O Estado e o mercado na consolidação das intervenções urbanas em Belo Horizonte – dos anos 1940 até os anos 1970

O período de 1940 até o final dos anos de 1970 é marcado pela presença e atuação do Estado na formação e consolidação de um modelo de intervenção urbana, por meio de suas estruturas formais, bem como da ação do mercado, seja financeiro ou imobiliário.

⁷⁵ Lei nº 324, de 1927.

Segundo Guimarães (1991), já no final da década de 1930 e início da década de 1940, o poder público se insere definitivamente no controle do uso e da ocupação do solo, para que a cidade de Belo Horizonte pudesse assumir uma nova função, qual seja, a de centro industrial. Para isso, o poder público passa a se utilizar do planejamento urbano como um instrumento de contenção da “desordem” urbana e como propulsor da industrialização. Nesse processo, havia o pressuposto de que, para as cidades se tornarem modernas, era preciso superar, com toda a racionalidade técnica, os problemas urbanos que a sociedade industrial deixara como legado. Nesse sentido, o poder público passa a atuar não mais de forma episódica, mas como agente planejador e executor de uma nova política deliberada de produção do espaço urbano. Uma nova configuração do espaço urbano emerge como base para a reprodução do capital. Como afirma Harvey (1996), o sistema capitalista, no intuito de sobreviver, precisa produzir espaços para colocar no mercado pedaços da cidade que antes estavam desvalorizados. Para isso, se utiliza de processos que culminam por estender ao espaço urbano da cidade as condições gerais de produção, imprimindo assim a lógica de um espaço urbano passivo e objetificado.

Harvey (1996) entende o papel do Estado tanto como instância que articula, organiza e se organiza para a reprodução socioespacial do capital, por meio de investimentos em vias urbanas, infraestrutura de água, saneamento, quanto como agente que torna possível a “satisfação” de condições físicas, sociais e mentais dos trabalhadores, por meio do processo de reprodução ampliada da força de trabalho.

Durante as décadas de 1940 e 1950, o processo de modernização de Belo Horizonte tem início de forma efetiva, por meio da criação da Cidade Industrial de Contagem e da implantação da Siderúrgica Mannesmann, assim como da criação das Centrais Elétricas de Minas Gerais, em 1951, o que foi importante para fortalecer a cidade e seu entorno. A consequência imediata desse processo, pode-se dizer, foi a intensificação dos fluxos migratórios para Belo Horizonte e cidades vizinhas, em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Devido ao acelerado crescimento da malha urbana, assistiu-se também nesse período ao início do processo de conurbação⁷⁶ no território

⁷⁶ Na década de 1960 pode-se dizer que o entorno da Cidade Industrial se constitui como a primeira frente de conurbação na RMBH, onde se forma um espaço de ocupação contínua agrupando partes de Contagem (Parque Industrial), Belo Horizonte (Barreiro) e Ibirité (Durval de Barros) (PLAMBEL, 1986, p.89).

metropolitano. Destaca-se que a migração estimulou uma intensa especulação imobiliária, que, de acordo com Somarriba (2004), foi fruto, entre outros, de uma posição de total *laissez-faire*, no que diz respeito à política urbana, por parte do poder público, o qual dedicara grande parte de seus esforços a criar condições favoráveis para a industrialização.

Nos Relatórios Anuais da Prefeitura da década de 1940 são identificados trechos em que se tornam evidentes os esforços da prefeitura não só para criar condições para a industrialização, mas também para planejar a cidade, que tem que ser adequada a esse propósito. Nos Relatórios Anuais da Prefeitura de 1948 e 1949, fica clara a preocupação de se aplicar ao espaço da cidade a lógica da funcionalidade, fazendo com que as necessidades da população fossem direcionadas e solucionadas de forma organizada. A criação das chamadas “cidades satélites”⁷⁷, como foram assim designadas num primeiro momento a Cidade Industrial, o Barreiro, a Pampulha e Venda Nova, e cada uma delas com sua função específica, ilustra de que forma o espaço urbano foi planejado, não se incluindo nele, ou pelo menos na parte provida de serviços, a população pobre e favelada. Essa cidade funcional designou como missão para a Cidade Industrial ser o centro fabril. Para o Barreiro, a missão era permanecer como uma região agrícola, mas, de forma contraditória ou não, vários são os incentivos (criação de mercado, hospital, matadouro e a residência da cidade satélite) para que essa região passasse a significar, e fosse realmente, muito mais do que uma fornecedora de gêneros alimentícios. Para a Pampulha estava destinada a missão de ser um centro de diversões e turismo, ao contrário de Venda Nova, destinada a constituir um “belo centro residencial, uma verdadeira cidade popular”, de acordo com o exposto no Relatório de 1949. E, por fim, designava-se Belo Horizonte para ser o centro de atração e controle desse “conjunto harmônico”.

Para a população pobre e sem posses suficientes para adquirir terrenos, mesmo que nas vilas, restavam as alternativas de ocupar áreas mais distantes e de ser constantemente retirada de qualquer área que representasse possibilidades de investimentos urbanos futuros. A foto a seguir ilustra bem esse fato, quando a necessidade de abrir e pavimentar ruas e avenidas justificava a demolição das cafuas.

⁷⁷ Relatório Anual da Prefeitura de 1948, p. 63.



FIGURA 1: Vista da rua Araguari em 1948
Fonte: Relatório Anual da Prefeitura de 1948.

Para efeito do que se objetiva identificar na leitura dos relatórios - perceber a posição oficial do poder público no tocante aos processos de remoção⁷⁸ de população em virtude de grandes obras no espaço urbano de Belo Horizonte -, a construção do Túnel da Lagoinha (estudos para a viabilização dessa obra começam em 1949) e da barragem Santa Lúcia são exemplos marcantes. Para a realização de ambas as obras, não só remoções foram necessárias, como também vários decretos foram editados para que terrenos fossem desapropriados no intuito de desobstruir os locais para a construção. Durante a década de 1950, mais precisamente em 1955, é importante registrar a criação do Departamento Municipal de Habitações e Bairros Populares (DMHBP) - ou DBP, como ficou mais conhecido -, que passa a ser, além de um órgão encarregado do desfavelamento da cidade, a materialização, por parte do poder público, de estruturas

⁷⁸ Este foi, com certeza, o ponto nevrálgico na leitura dos Relatórios Anuais de Prefeito até a década de 1960, pois a expectativa era a de encontrar a fala oficial da municipalidade, transcrita em forma de decreto ou leis, dispondo sobre as ações de remoção de favelas. No entanto, em termos de dispositivos legais, leis e decretos, não há como apontar a forma como se deram os inúmeros processos de remoção de população favelada de áreas que foram urbanizadas. Reflito então se isso, na verdade, significa a total e indescritível invisibilidade política e legal daquela população, que só não permanece invisível porque se encontra nos caminhos da urbanização. Para eles, os urbanistas e planejadores, a favela não representa

formais e legais, que se tornam agências de planejamento da formação socioespacial de Belo Horizonte.

Outro órgão congênere ao DBP era a Fundação da Casa Popular (FCP), criada em 1946, órgão federal cujo objetivo era prover moradias a baixo custo para os setores populares. Para Somarriba (2004, p.50), esses dois órgãos (FCP e DBP) representaram iniciativas institucionais de uma real preocupação com os moradores das áreas pobres⁷⁹ e o atendimento às suas necessidades. Eles possibilitaram que pessoas removidas de favelas localizadas em áreas centrais da cidade fossem transferidas para moradias construídas em áreas periféricas.

No entanto, não se pode perder de foco que permanece o pensamento político ou a visão de que a parte da cidade provida de infraestrutura e, portanto, valorizada, não seria de forma alguma destinada à população pobre e favelada. Na prática, a criação desses órgãos não avançou de fato para uma “solução” definitiva para o problema da habitação e das favelas. É bom lembrar, entretanto, que, se essas ações são fruto de uma perspectiva populista de tratamento da questão das favelas, assim como de uma conjuntura na qual surgem e se fortalecem organizações de moradores favelados, esses sujeitos coletivos e organizados, juntamente com diversos segmentos da igreja católica e organizações estudantis, ocuparam um espaço significativo em ações voltadas para o questionamento e enfrentamento dos problemas urbanos⁸⁰.

Contudo, não se pode omitir que foi através de ações do DBP que, em 1955, por exemplo, realizou-se o Censo das Favelas da Capital, no qual a população favelada foi oficialmente contabilizada, perfazendo um total de 36.432 pessoas, espalhadas em 8.906 unidades residenciais e em 32 núcleos de favelamento⁸¹ (expressão usada na época). A

somente um lugar inadequado para se morar, mas também um modo de vida, uma cultura, um modo de ser do indivíduo favelado, que precisa ser extirpado, removido.

⁷⁹ Mesmo que em alguns trechos do Relatório Anual da Prefeitura de 1957 seja exaltada a construção de um conjunto residencial com 92 apartamentos no Bairro Santa Lúcia por parte do DBP, o fato é que o tema favela continua a ser tratado como assunto de fiscalização de posturas municipais e também como caso de polícia.

⁸⁰ “Foi assim que, na gestão de Amintas de Barros (1959/1963), caracterizada pela intensificação das ações de desfavelamento, houve intenso movimento de resistência dos moradores de favelas, que buscavam obter, além de melhorias urbanas, a desapropriação de terrenos particulares recém-ocupados, a venda de terrenos da administração municipal pela prefeitura e a legalização da posse de terrenos ocupados há mais tempo” (SOMARRIBA, 2004, p.50).

⁸¹ Relatório Anual da Prefeitura de 1956, p. 78.

intenção desses estudos pode ser entendida a partir de trechos dos Relatórios Anuais da Prefeitura de 1952 e 1958. Era necessário cumprir uma determinação constante no chamado Serviço do Plano Diretor, criado a partir do Plano Programa da Administração, em 1951, que pretendia “reordenar a expansão desordenada por quase 40 anos, da zona suburbana, de bairros e vilas que emergiram sem obedecer ao plano urbanístico orientado” (1952, p.22). Dessa forma, os estudos sobre as favelas, e não com as favelas, serviriam somente para planejar formas de conter seu crescimento, assim como prever sua extinção como estratégia para proporcionar, por exemplo, o prolongamento de vias públicas.

Mas, como foi dito anteriormente, as forças do mercado também se fizeram presentes e decisivas na formação socioespacial de Belo Horizonte. Em trechos dos Relatórios de 1952 e 1953 há indicações de que espaços e regiões dentro da cidade já estavam sendo mais valorizados não só pelos investimentos em infraestrutura, mas também pelas ações especulativas.

As forças do mercado, nas suas mais variadas vertentes (comercial, fabril, industrial, imobiliário), terminam por imprimir a sua lógica de crescimento e expansão para o espaço urbano de Belo Horizonte, e toda a disposição de sua estrutura urbana (bairros, vilas, favelas, áreas comerciais, áreas de lazer) foi se estruturando e conformando, por meio da prioridade dada à abertura de grandes vias e às necessidades de reprodução do capital.

É perceptível uma mudança no conteúdo dos Relatórios Anuais da Prefeitura durante os primeiros anos após a instalação do regime militar, não só na disposição das informações sobre a cidade, como também a gritante falta de menção à questão do déficit de moradia. No tocante às favelas, pode-se perceber, em alguns trechos dos relatórios, a constatação por parte da prefeitura de que, à medida que se executa a política de desfavelamento de uma área, outros núcleos habitacionais vão surgindo e estendendo-se pelas diversas partes da cidade, “como um fenômeno incontrollável”, nos dizeres dos prefeitos da época.

Um dado importante para a análise nesta pesquisa é o de que, em 1966, pela primeira vez, a retirada de uma população para a execução de obras de abertura de avenida é

objeto de uma lei. Segundo o Relatório Anual da Prefeitura de 1966, a Lei nº 1.258 estabeleceu a necessidade do desfavelamento, ou seja, da remoção de famílias, pelo DBP, da Avenida Teresa Cristina para a realização de obras. É fato que esse assunto já havia sido mencionado como projeto a ser executado pelo DBP no Relatório Anual da Prefeitura de 1958⁸².

Pode-se dizer que a década de 1960⁸³ foi marcada por vários decretos e leis que declararam de utilidade pública, para fins de desapropriação, vários terrenos necessários tanto para abertura quanto para o prolongamento de avenidas e túneis. Essa prática é a opção clara por um modelo de urbanização no qual Estado e mercado se articulam utilizando gastos de investimentos em abertura de vias e em infraestrutura para supostamente “satisfazer” condições físicas, sociais e mentais dos trabalhadores, mas que, de fato, estão promovendo a valorização imobiliária diferenciada do espaço urbano.

O discurso que dá suporte à prática desses agentes (Estado e mercado), apesar de não ser possível identificá-lo nos relatórios, sugere ser necessária a criação de ambientes urbanos, nos quais as avenidas radiais, perimetrais e, mais tarde, as vias expressas apontassem para a criação e recriação de caminhos rápidos, pois o tempo é o motor da história de uma cidade moderna.

⁸² “É ainda projeto do Departamento a remoção de barracões existentes na Avenida Teresa Cristina, pois, somente assim poderá continuar o prolongamento dessa via pública” (1958, p.32).

⁸³ Um dado marcante também da década de 1960 foi a realização do Iº Seminário Nacional de Habitação e Reforma Urbana que tinha, entre seus objetivos, a definição de uma política nacional de habitação popular. A repercussão do Seminário em Minas Gerais pode ser percebida quando, segundo Guimarães (1992, p.06), o governo (na época sob a administração municipal de Amintas de Barros) chama para si a responsabilidade de tratar a questão da moradia popular e, em especial, a das favelas. Nessa perspectiva foi proposta a construção de uma grande área de conjuntos habitacionais destinada a abrigar a população favelada de Belo Horizonte, à época calculada em, aproximadamente, 120 mil pessoas, morando em 25.076 domicílios. Foi proposta, também, a urbanização de quatro favelas localizadas em áreas adjacentes da cidade, centrando o foco no direito de permanecer no local ocupado e na implantação de infraestrutura urbana nas favelas. O Estado chegou a assinar decreto desapropriando a área necessária à realização das obras. No entanto, o golpe militar de 1964 fez o governo municipal (administração Jorge Carone) voltar atrás na decisão.

3.3 – Do “boom” das remoções de favelas em Belo Horizonte ao seu reconhecimento institucional – dos anos de 1970 a 1988

O período tratado será, em termos numéricos, talvez o mais significativo quanto às ações de remoções, as quais, já há muito tempo, se haviam tornado um fenômeno recorrente na formação socioespacial da cidade de Belo Horizonte.

A institucionalização ou a legalização desse procedimento, agora não só como política de governo, mas também oficializado por meio de decretos e leis, é mais facilmente visualizada nos Relatórios Anuais da Prefeitura de 1970 a 1988 do que nos períodos anteriores.

O Relatório Anual da Prefeitura de 1970 demonstra de forma clara o início do que se está chamando de “boom” ou explosão do fenômeno de remoções de favelas em decorrência da implantação de grandes obras viárias. O primeiro decreto que chama a atenção é o de nº 1.843, de 1970, que autoriza a desapropriação de imóveis, por exemplo, para dar continuidade à construção do Túnel da Lagoinha-Concórdia, obra de grande vulto na cidade. Apesar de constarem no referido decreto somente desapropriações, o que de início poderia indicar a retirada somente daqueles que tinham a propriedade do imóvel, pode-se supor que houve também a remoção daqueles que não a tinham, uma vez que os núcleos favelizados vinham se expandindo rapidamente. O Decreto nº 1.871, de 1970, que declarou de utilidade pública imóveis para fins de desapropriação localizados em áreas que viriam a ser o elevado entre as Avenidas Bias Fortes e Pedro II, contém as mesmas perspectivas do decreto anterior. Pode-se citar, ainda, a Lei 1.989, de 1971, e o Decreto nº 2.786, desse mesmo ano, que declaram de utilidade pública e desapropriam imóveis para a abertura da Avenida Cristiano Machado e o prolongamento da Avenida dos Andradas, respectivamente.

Para coordenar toda essa política institucionalizada de erradicação de favelas do espaço urbano de Belo Horizonte, foi criada, em 1971, a Coordenação da Habitação de Interesse Social (CHISBEL). O órgão era encarregado, segundo dizeres do próprio relatório, do “total desfavelamento da capital, através de convênio com o BNH e COHAB”. Para isso foi previsto um núcleo de triagem em Belo Horizonte, com

capacidade para abrigar 150 famílias, prevendo custo em torno de um milhão de cruzeiros. A CHISBEL foi encarregada também de propor um Plano de Desfavelamento para a região de Belo Horizonte, a ser executado entre 1972 e 1974. De acordo com o Relatório Anual da Prefeitura de (1978), a CHISBEL expressa claramente não só sua filosofia de trabalho e método, mas também um discurso da preocupação do órgão com o favelado, afirmando que é importante ele sair do “*status*” de morador de favela e ir para um bairro:

A CHISBEL, desde sua criação, vem mantendo a mesma filosofia, qual seja, o de adotar o critério de somente desfavelar áreas para aonde o melhoramento público seja imediato. Tal filosofia de trabalho foi tomada em virtude das experiências adquiridas por longos anos, onde ficou comprovado que se uma área desfavelada não receber imediatamente a obra ou melhoramento programado, ela é em grande maioria, refavelada. [...] Apesar da urbanização ser uma das metas da CHISBEL, o elemento humano – o favelado – sempre recebeu do órgão o tratamento primordial; a preocupação em atendê-lo e orientá-lo no sentido da mudança do “*status*”, principalmente da Via Expressa, onde 40% dos favelados para lotes próprios, na maioria das vezes adquirido com a ajuda fornecida pelo órgão (p.239).

É apresentado no Relatório Anual da Prefeitura de 1971 um Plano de Desfavelamento (veja nos Anexos) proposto pela CHISBEL para o período 1972 - 1974 na região de Belo Horizonte, que demonstra no mínimo duas lógicas de intervenção para o espaço urbano de Belo Horizonte. De um lado, mantém-se a coerência com o pensamento de épocas anteriores, de afastar de forma recorrente a população para locais sempre distantes do centro (ou de áreas prestes a receber investimentos) e, conseqüentemente, sem infraestrutura. A consequência é clara: a continuidade de um processo de favelização, ou seja, a manutenção de um habitar de forma precária, sem serviços urbanos básicos e também o constante surgimento de locais sempre desvalorizados diante do mercado imobiliário. Por outro lado, no planejamento da CHISBEL para o período de 1972 a 1974, apenas 21% dos gastos eram destinados à aquisição de terrenos, elaboração de projetos, construção de casas e erradicação das favelas. Observa-se assim que, mesmo sendo uma ação que o governo supostamente priorizava, não se pensava em investir ou disponibilizar grandes quantias em dinheiro para a execução das remoções.

Ainda no ano de 1971, de acordo com dados do Relatório Anual da Prefeitura de 1975, foram desfavelizadas partes da Favela “Pindura Saia” para construção do Mercado

Distrital do Cruzeiro. Já no ano de 1972, seguindo as metas propostas no Plano, a CHISBEL implementou o desfavelamento de duas áreas, a da “Favela Prudente de Moraes”, e a da “Favela São Bernardo” (a primeira para abertura de rua e a segunda ampliação do canil da prefeitura), assim como de partes das áreas das favelas da “Pedreira Prado Lopes”, “São Vicente”, “Morro do Papagaio” e “Morro do Querosene”. O fator comum da “necessidade” do desfavelamento desses locais e, conseqüentemente, da remoção da população ali residente estava na abertura de ruas e avenidas. Em 1973 tem-se a continuação do desfavelamento da “Favela São Vicente” e da “Favela do Perrela”, para alargamento do leito do Ribeirão Arrudas e várias outras obras⁸⁴, sempre com a justificativa de abertura de ruas avenidas, como a Avenida Cristiano Machado. Em 1974 a novidade são os desfavelamentos da “Favela Santa Lúcia” e da “Favela do Acaba Mundo”, ambos para recuperação ou construção de barragens que, em tese, visavam impedir inundações de casas de moradores também favelados. Consta que na “Favela Santa Lúcia” foi necessária a remoção de 359 famílias, e na “Favela do Acaba Mundo”, 120 famílias⁸⁵ para a realização das obras citadas. É interessante notar que o processo de desfavelamento tanto poderia ocorrer por demanda do poder público (municipal, estadual ou federal, empresas públicas) e por agências como o DAE (Departamento de Águas e Energia Elétrica), quanto por pedido de particulares⁸⁶, como fica evidenciado em relatório da própria CHISBEL (1978):

A programação da CHISBEL é baseada nas solicitações feitas pelos órgãos executores das melhorias ou obras. Os diversos setores da Prefeitura, Estado e União, ou até mesmo particulares (nesses casos quando há cobertura legal) projetam a referida melhoria ficando a cargo da CHISBEL a desocupação da parte favelada, deixando-a em condições de receber as mencionadas obras (p.239).

O intenso movimento de remanejamento de população de um lado para outro da cidade pode ser percebido através da Tabela 2, que ilustra o que estamos chamando de “boom” das remoções executadas pela CHISBEL em Belo Horizonte.

⁸⁴ Ver Relatório Anual da Prefeitura 1975, p. 294.

⁸⁵ Ver Relatório Anual da Prefeitura de 1975, p. 294-v.

⁸⁶ De acordo com Relatório Anual da Prefeitura de 1975, página 294-v, áreas próximas à Associação Beneficente Paulo de Tarso foram desfavelizadas, ou seja, removidas a pedido da própria entidade, e os custos para a ação foram arcados também pela Associação.

Tabela 2

Evolução das remoções entre 1971 e 1982 em Belo Horizonte

Ano	1971	1975	1976	1977	1978	1979 ⁸⁷	1980	1981	1982	Total
Especificação	1974									
Número de áreas envolvidas	146	32 ⁽⁸⁸⁾	18	26	34 ⁽⁸⁹⁾	54	46	38	28	422
Número de famílias removidas	2.490	1.479	950	1.089	2.293	445	414	351	377	9.888
Número de pessoas removidas	10.771	8.952	4.703	3.268	10.751	24.535 ⁽⁹⁰⁾	1.938	1.320	1.956	68.194

Fonte: Dados dos Relatórios Anuais da Prefeitura de 1975, 1976, 1977, 1978, 1980, 1981, 1982. Elaboração e sistematização pela autora.

Os dados da tabela revelam questões relevantes acerca do volume populacional “movimentado” pelo poder público, representado pela CHISBEL, em pouco mais de uma década na cidade de Belo Horizonte. Considerando-se que, nos anos de 1980, o número de habitantes da capital mineira girava em torno 1.780.000⁹¹ (um milhão setecentos e oitenta mil) pessoas, é significativo que, em uma década, a política de desfavelamento da administração municipal tenha removido, especialmente para a periferia, um total de 68.194 (sessenta e oito mil cento e noventa quatro) pessoas. É bastante provável que desses números tenham vindo a se somar ao déficit habitacional existente, pela ausência de uma política habitacional realmente voltada para as classes pobres e trabalhadoras. Mesmo que dessas 68.194 pessoas, 22.299 tenham sido remanejadas em função dos riscos das enchentes, continua significativo o número de moradores removidos sem a justificativa do risco. Além dos números e percentuais, é importante registrar que “o desfavelamento feito pela CHISBEL mediante indenização em dinheiro – em valor insuficiente para adquirir um terreno – culminava por provocar o surgimento de novas favelas em áreas mais distantes e o adensamento das existentes”

⁸⁷ Especificamente no Relatório Anual da Prefeitura de 1979, não constam os trabalhos realizados pela CHISBEL. As informações sobre o número de remoções de áreas, famílias e pessoas foram retiradas do Relatório Anual da Prefeitura de 1980.

⁸⁸ Este número é a soma de 31 áreas citadas no Relatório Anual da Prefeitura de 1975, página 296-v, mais um item chamado Diversos que, no relatório, significa “inclusive ajuda em material de construção”.

⁸⁹ Para uniformizar a contagem, a autora optou por contar todas as ruas constantes no item Diversos, ou aquelas citadas em um único item, separadamente.

⁹⁰ Consta como esclarecimento no Relatório Anual da Prefeitura de 1981, página 66 que, das 24.535 pessoas removidas, 22.299 eram pessoas desabrigadas pelas enchentes (suponho que as enchentes de 1979/80).

(GUIMARÃES, 1992, p.06). Acrescenta-se a isso o processo de desfavelamento “sem precedentes”, de acordo com a mesma autora, quase sempre justificado pela necessidade de implantação de obras, na grande maioria relativas ao sistema viário.

Questionar sobre o destino dessa população é importante, visto que, a partir da década de 1970, as indenizações em dinheiro passaram a ser o procedimento mais usual. O que ficou perceptível é que esse deslocamento da população em função da desocupação de áreas visadas para realização de obras viárias resultou na ocupação de terrenos periféricos e áreas menos valorizadas, na região metropolitana⁹² da capital. Por mais que a CHISBEL insistisse no discurso de “valorização” do favelado, procurando “orientá-lo para a construção da casa própria, com recursos da CHISBEL e do interessado, a fim de evitar a formação de novas favelas e integrando-o em outro meio social”, o fato é que não só o valor das indenizações era insuficiente para comprar uma moradia em bairros ou loteamentos já aprovados, como não se conseguiu efetivar nenhum planejamento ou política responsável na área da habitação. Infelizmente, não há como mensurar o número de pessoas ou de famílias que devem ter passado por processos de remoção mais de uma vez, tanto nas décadas de 1970 e 1980, quanto nas décadas seguintes.

É possível concluir que os trabalhos da CHISBEL, que praticamente se encerram nos anos posteriores à criação da URBEL (Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte), em 1983, tenham fracassado pelo menos em um dos seus propósitos: o de tentar “conscientizar” o favelado para que não retornasse às favelas ou fizesse opção pelo aluguel.

É possível elaborar outra interpretação a respeito desse discurso da CHISBEL. A ideia de que culpa ou a responsabilidade por morar em uma favela, assim como o empenho em não morar, seja inteiramente do próprio indivíduo passa pela construção necessária de consenso geral, o que permite ao poder público se eximir da responsabilidade de adotar uma política que dê concretamente respostas para tal situação. A perspectiva então é a consolidação desse tipo de consenso para a manutenção do próprio poder político do governo. Nesse sentido, o poder público pode se eximir da responsabilidade,

⁹¹ Dados disponíveis no site: www.etg.ufmg.br

pois é a capacidade individual em conexão ou não com as ações do mercado que “resolve” o problema da moradia.

De 1983 a 1988 pode-se dizer que Belo Horizonte viveu o início de duas alterações importantes na configuração institucional de sua administração, que teriam implicações não só na política de remoções, quanto no modelo de cidade. A primeira foi a criação da URBEL⁹³, que disse a que veio quando iniciou, em 1986, a implantação do Programa Municipal de Regularização de Favelas – PROFAVELA⁹⁴. Esse programa tem como ações principais a intervenção em algumas áreas⁹⁵ de favela com a pavimentação de ruas, revestimento de becos, contenção, rede de esgoto, ligações domiciliares, drenagem, escadarias e praças.

Fora as intervenções, uma segunda alteração se dá em torno do que viria a ser uma política futura, que são as pesquisas realizadas com moradores de áreas identificadas como de propriedade pública, visando dar início ao processo de titulação dos ocupantes. Talvez este seja o embrião dos Planos Globais Específicos, que vieram mais tarde. Entretanto, o fundamental no PROFAVELA, segundo Fernandes (1998, p.148), é o reconhecimento do direito de posse dos favelados, tratando-os como “sujeitos de direitos”, cidadãos com um lugar na cidade e, portanto, tendo direito a acessar os serviços urbanos básicos (saneamento, energia elétrica, segurança pública, entre outros). No entendimento de Afonso e Azevedo (1987, p.127), a aprovação de uma lei pioneira como o PROFAVELA, no apagar das luzes do regime militar, “só pode ser entendida” se se levar em conta a influência de assessores do prefeito na época, ligados à Pastoral de Favelas. Mas acrescenta-se a esse dado a probabilidade de o Legislativo “não ter ideia clara do alcance desse instrumento legal, considerando-o apenas como mais uma lei de cunho social para não ser cumprida, fato muito usual no País”.

⁹² Guimarães (1992, p.07) fala do deslocamento da população para novos lugares, em especial junto aos centros de emprego industrial – as cidades vizinhas de Betim e Contagem –, onde uma ampla área em torno da FIAT foi invadida.

⁹³ Decreto nº 4.521, de 5 de setembro de 1983.

⁹⁴ Lei nº 3.995 de 16 de janeiro de 1985.

⁹⁵ De acordo com Relatório Anual da Prefeitura de 1987, página 244, as áreas que receberam intervenções foram: Átila de Paiva, Praça da Associação, Leonina, Morro do Querosene, Nova Cachoeirinha, Santa Sofia, Cabana do Pai Tomás, Três Marias, São Jorge, São José, Aeroporto, São João Batista, Copacabana, Caetano Furquim e Gorduras.

Considera-se também o advento da Constituição em 1988, com toda a gama de direitos sociais, políticos, econômico se ambientais , como um marco no que se refere à Política Urbana, que implicaria, na prática, discussões fundamentais sobre o espaço das cidades. Temas como a função social da propriedade da terra urbana, desapropriações com justa indenização, planos diretores, são somente o início de um processo de reformas que viriam a dar outra tônica para as questões socioespaciais urbanas.

Apesar de não haver dados sistematizados sobre o número de remoções de moradores de favela entre 1985, data da criação do PROFAVELA, e 1996, ano em que foi criado o Programa de Reassentamento de famílias removidas em decorrência da execução de obras públicas (PROAS), supõe-se que houve um arrefecimento na longa prática de remoções, pelo menos em se tratando do poder público municipal. Mas, como será visto nos próximos itens, essa prática continua sendo exercida por outra esfera, o governo estadual.

3.4 – A remoção de população dentro do contexto democrático: de 1988 a 2005 – retrocesso ou avanço para um modelo de gestão do espaço urbano?

A cidade de Belo Horizonte pós-1988 passou por gestões municipais que, de forma geral, tiveram como norte do discurso oficial a transformação da favela em vila e da vila em bairro. Como clara demonstração de uma visão evolucionista da forma de organização e transformação do espaço urbano, o que se presencia é a absorção rápida e eficaz dessa visão de produção da cidade, não só pelos gestores e agentes econômicos, mas também pela população pobre e favelada.

3.4.1 – Da ideia de incluir para se transformar – pequenas remoções para virar vila e depois bairro

No período entre 1989 e 1992, ainda houve pequenos processos de remoção de população em virtude de obras públicas, mesmo que de forma menos intensa que em anos anteriores. De acordo com Relatório de Prefeitos de 1989, dentro das atividades

realizadas pela URBEL, houve a remoção e o assentamento de 16 famílias que moravam no leito da RFFSA e que foram transferidas para o Bairro Providência, e também a remoção e assentamento de 27 famílias que moravam em trechos da Avenida dos Andradas, num total de 43 famílias. Outra questão interessante citada no mesmo relatório é a criação do chamado Conselho Comunitário, o qual, pelo que parece, é um órgão criado para dar assessoria à Presidência da URBEL na definição e execução da Política de Urbanização e Habitação, mas que não é mencionado em nenhum outro relatório posterior.

O Relatório Anual da Prefeitura de 1992 tem partes reveladoras da ideia evolucionista do desenvolvimento de uma favela:

Com o objetivo de operacionalizar a Lei do Programa Municipal de Regularização de Favelas (PROFAVELA), a Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL) tem atuado em duas linhas de ação complementares: a promoção de melhorias urbanas que tornem possível transformar as favelas em vilas, e regularização fundiária destas áreas urbanas, com a entrega de títulos de propriedade aos moradores (p.49).

Observa-se neste trecho a visão não só de um processo evolucionista e etapista pelo qual uma favela tem que passar até se chegar, talvez, à sua extinção, total ou parcial, como também a ideia de que, para se legalizar a posse de uma moradia, esta tenha que passar pelo crivo da técnica urbanística. Em mais um trecho do mesmo relatório, evidenciam-se ainda duas questões interessantes: o embrião de uma prática que, anos mais tarde (em 1996⁹⁶), viria a se tornar um programa institucional de remoção e reassentamento, e a passagem da tutela da favela de uma instituição (URBEL) para outra (regiões administrativas).

[...] ao invés de transferir a população favelada para conjuntos habitacionais – salvo em casos de obras públicas – a URBEL leva às favelas, em convênio com outros órgãos públicos e entidades internacionais ou em regime de mutirão, pequenas obras de drenagem, contenção de encostas, muros de arrimo e pavimentação [...] Reurbanizadas, as favelas são transformadas em vilas, condição que torna possível efetivar a regularização fundiária. Depois desta

⁹⁶ Através do Decreto nº 8.543 de 6 de janeiro de 1996, é instituído o PROAS – Programa de Reassentamento de famílias removidas em decorrência da execução de obras públicas e, posteriormente, da Lei nº 7.597, de 6 de novembro de 1998, que dispõe sobre o assentamento de famílias que são removidas em função de obras públicas e são reassentadas com a compra de outra moradia, em local seguro e digno. O PROAS trabalha com critérios como tempo de moradia, definição do que seja uma moradia e valor máximo de aquisição de uma nova casa.

etapa, as vilas são elevadas à condição de bairros transferindo-se para o âmbito das administrações regionais da Prefeitura (p.49).

Nesse relatório (1992), não consta qualquer dado referente à remoção de população, somente programas (Programa Vila Melhor) voltados para pequenas intervenções, convênios feitos com CEMIG e COPASA para ligações de luz e redes de água em favelas e ações do próprio PROFAVELA. Informa-se também que, até aquele momento (1992), haviam sido distribuídos 3.000 títulos de posse.

A transformação da favela em bairro é o tema de um estudo realizado por Freire (2007), tendo por objeto o “Programa Favela Bairro⁹⁷” realizado em Acari, na cidade do Rio de Janeiro. A pesquisa de campo feita pela autora tinha o objetivo de analisar a percepção dos moradores sobre as formas de apropriação e classificação do espaço, este agora alterado pela implantação de uma política pública, que visava, através de intervenções físicas e trabalhos educativos, transformar a favela em bairro popular.

Ainda no período de 1989 a 1992⁹⁸, gestão de Eduardo Azeredo na prefeitura de Belo Horizonte, foi criado o Projeto Alvorada, cujo objetivo, de acordo com Conti (2004), era:

a melhoria da qualidade de vida da população dos assentamentos informais, que seria alcançada através de um conjunto de processos que atuavam contemporânea e paralelamente: o processo de regularização fundiária, o processo de requalificação físico-urbanística e ambiental e o processo de organização social, este último visando integrar as comunidades dos assentamentos informais às comunidades limítrofes, completando, assim, o processo de integração das favelas com a cidade formal. [...] o processo de regularização fundiária desempenhava um papel importante e fundamental, na medida em que a transferência da propriedade do solo dos proprietários aos residentes representava, segundo técnicos e administradores locais, um passo

⁹⁷ Originalmente, o Programa Favela-Bairro (1993) foi criado pela prefeitura do Rio de Janeiro com o objetivo de « integrar as favelas à cidade ». O Programa Favela-Bairro resulta de um processo progressivo de avaliação das dificuldades e limites das experiências empreendidas até a década anterior, especialmente do fracasso e alto custo político das políticas remocionistas, assim como da necessidade de consolidar projetos pontuais de urbanização considerados bem-sucedidos, tal como o Projeto Mutirão, desenvolvido pela prefeitura no início dos anos 1980, utilizando a mão de obra local para a realização de obras de infraestrutura nas favelas. De maneira geral, pode-se dizer que o Programa Favela-Bairro surgiu da percepção, no âmbito municipal, de que era preciso criar uma forma de intervenção global nas favelas que promovesse sua « integração » e não mais a sua extinção, concentrando esforços de diversos órgãos e secretarias dos sub-programas de regularização de favelas. Essa percepção foi fortalecida no início dos anos 1990 pela realização da Conferência Mundial Rio-92, durante a qual se realizou o Primeiro Seminário sobre Áreas Favelizadas, Política de Urbanização e Meio Ambiente, e pela discussão pública em torno da elaboração do primeiro Plano Diretor da Cidade, sancionado no mesmo ano (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2003).

⁹⁸ Apesar de ter sido criado nesse período, parece que esse projeto só tomou “corpo” a partir de 1994.

importante para a melhoria da qualidade de vida. A ideia subjacente era a de que a conquista da propriedade proporcionaria maior segurança a essa população que, tendo reconhecidos os direitos de cidadania, poderia investir seus recursos na melhoria ou na manutenção de seus locais de moradia. (p.200).

Essa perspectiva é citada pelo ex-prefeito de Belo Horizonte, Fernando da Mata Pimentel, segundo Filgueiras (2009, p.66), quando discursou no lançamento do Programa Vila Viva na rádio Itatiaia, em 25 de maio de 2009, dizendo que a capital mineira seria a primeira cidade a transformar a favela em bairro, com a implantação desse programa nos aglomerados. Na verdade, a ideia expressa (porém não assumida) por trás desses projetos que objetivam transformar a favela em bairro é a visão da favela como algo que não faz parte da cidade, por isso denominações como formal e informal, legal e ilegal. Essa visão demonstra o verdadeiro “não saber” como proceder frente a algo que cresceu, se desenvolveu e manifestou-se fora das legislações urbanísticas pensadas pelos idealizadores da cidade. As favelas têm uma lógica própria de construção e disposição de casas, de becos e até das ruas. Seu espaço e suas divisões internas têm referências que foram construídas a partir do cotidiano, e não através de uma técnica que parte de uma racionalidade muitas vezes não vivida por quem a idealiza. Entender toda essa complexidade que representa o lugar favela pode ser trabalhoso, então, a melhor opção é desconsiderar essas características e modificá-la ou revitalizá-la à imagem e semelhança da cidade planejada pela técnica.

3.4.2 – Gestões democráticas e a prática das remoções: “Remover agora só por obras ou risco”

A análise dos anos seguintes a 1992, no que se refere aos governos que se sucederam na administração da cidade de Belo Horizonte, permite dizer que foram gestões que, pelo menos no início (gestão Patrus Ananias, de 1993 a 1996), propuseram outras concepções para o que mais tarde viria a representar uma mudança institucional nas relações do poder com os movimentos sociais, em relação à visão de cidade e, conseqüentemente, de favela. Bedê (2005) fala dos quatro eixos de campanha que iriam

nortear a gestão da chamada Frente BH Popular⁹⁹, pela qual Patrus Ananias se elegeu no final de 1992, que são:

eixo político pautado pela cidadania e democracia; eixo econômico trata da geração e distribuição da renda; eixo social trata do direito à cidade e da justiça social e o eixo que trata da descentralização, transparência, modernização e participação na gestão administrativa (p.82).

Essa contextualização é importante, pois, no que se refere ao tratamento ou à visão sobre as favelas, há uma mudança significativa de perspectiva no assunto da remoção de moradores. Se, por mais de oito décadas, teve-se como prática das gestões que passaram pela prefeitura de Belo Horizonte, assim como do Estado, a remoção de favelas, por vezes inteiras, no intuito claro de extirpá-las, o que se percebe a partir desse período é a proposta de inclusão da favela à cidade por meio de sua urbanização.

Como foi mencionado no subtítulo “Remover agora só por obras ou risco”, a tônica das propostas das gestões administrativas municipais seguintes foi priorizar programas, projetos e políticas urbanas nos quais a prática de remover uma determinada população do seu lugar de origem seria justificada apenas em caso de perigo iminente ou de necessidade de realização de uma obra com vistas à urbanização. Foi nessa época que se criou o Orçamento Participativo (OP)¹⁰⁰, um instrumento de gestão voltado não só para identificar necessidades sociais - demandas por obras, inclusive em favelas -, mas também para a mobilização e a articulação da população. Não se pretende aqui fazer um histórico ou até mesmo um balanço do Programa do Orçamento Participativo durante a década de 1990, mas somente introduzir uma reflexão acerca do papel desse instrumento no que tange à tentativa de se destinarem recursos financeiros e humanos para a urbanização de vilas e favelas.

⁹⁹ Nome dado à composição eleitoral feita por cinco partidos, sendo eles: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Verde (PV) (BEDÊ, 2005, p.79).

¹⁰⁰ Implantado em 1993 no governo de Patrus Ananias, é uma prática que já vinha sendo adotada em governos progressistas, em sua maioria liderados por petistas, de discussão pública da destinação de parte dos recursos municipais a investimentos em vários setores sociais e urbanos, através da constituição de conselhos setoriais e regionais. (BEDÊ, 2005, p.155-172). Ver mais sobre Orçamento Participativo em Costa (2003), Pádua (2006), Santos e Avritzer (2005), Souza (2003).

Nos Relatórios Anuais da Prefeitura de 1994 e 1996, são listadas várias propostas de obras¹⁰¹ a serem realizadas por meio do OP em vilas e favelas, e uma novidade em termos de planejamento é a elaboração dos chamados Planos Globais Específicos para esses locais. Vale citar ainda que, para atender à intensa demanda por uma política pública voltada para o provimento de moradias para a população de baixa renda, a administração municipal criou o Orçamento Participativo da Habitação (OPH)¹⁰².

Na avaliação que Bedê (2005) faz sobre a trajetória da gestão da Frente BH Popular em Belo Horizonte, no que se refere ao OP:

as obras pontuais aprovadas no Orçamento Participativo para favelas atendem apenas paliativamente problemas críticos relativos a acessibilidade, salubridade e segurança, sem que as intervenções estejam inseridas num planejamento global que lhes dê sustentabilidade (p.177).

Entende-se, assim como a autora, que a realização dos chamados Planos Globais Específicos (PGEs), citados acima, contribui para uma visão mais geral e estrutural das vilas, por meio de uma análise que integra as dimensões física, social e econômica do local. Apesar de a realização de diagnósticos e estudos socioeconômicos sobre favelas ser feita já há algumas décadas, o PGE significa um avanço nesse tipo de estudos, uma vez que a metodologia utilizada incorpora a participação da comunidade moradora do local. Com isto, busca-se uma melhor qualidade das informações, na medida em que a análise da realidade e do cotidiano passa a incorporar a visão daqueles que os vivenciam. Pressupõe-se dessa forma que as informações teriam uma melhor qualidade para mais bem evidenciar a realidade e o cotidiano.

Outros projetos urbanísticos que mantêm a tônica de urbanizar para incluir na cidade são mencionados nos Relatórios Anuais da Prefeitura de 1996, tais como o Projeto Alvorada e a criação do Programa Estrutural em Áreas de Risco (PEAR), assim como a descrição de várias etapas em que se encontrava o Programa de Regularização Fundiária, em algumas vilas¹⁰³ da capital.

¹⁰¹ São exemplos dessas obras aquelas de drenagem pluvial, pavimentação asfáltica e poliédrica, rede de esgoto com ligações domiciliares, terraplanagem e contenção de encostas.

¹⁰² Criado pela Resolução nº II do Conselho Municipal de Habitação de 1994.

¹⁰³ Vila Minaslândia, Vila Dias, Vila Morro do Querosene, Vila dos Marmiteiros, Vila Barão Homem de Melo, Conjunto Santa Maria e Vila Vista Alegre.

Um aspecto importante a ser ressaltado nesse período é a concretização, de forma cada vez mais sistemática, de parcerias financeiras entre prefeitura, governo do Estado, entidades estrangeiras e bancos, no intuito de viabilizar programas e projetos voltados para a “solução” de problemas nas mais diversas áreas. O que fica claro é que essa prática de convênios, parcerias, consórcios, não se torna mais uma simples saída das administrações públicas para burlar a falta de recursos internos, mas, sim, uma visão ideológica de como gerenciar uma cidade e, conseqüentemente, o seu espaço. Vale lembrar a conclusão a que Vainer (2000) chega sobre esse tipo de planejamento urbano estratégico, no qual há a absorção, por parte tanto dos gestores quanto dos cidadãos, de um discurso que enxerga como saída para problemas estruturais a prática “inovadora” baseada na parceria público-privada.

Ainda sobre a remoção de famílias em função de diagnóstico de risco geológico de uma determinada área, uma remoção em especial vale a pena citar, não só pelo número de famílias, mas por ser talvez a primeira remoção de grande porte em que há previsão do local do reassentamento da população removida.

Pelo Decreto nº 2.723, de 1975, algumas benfeitorias foram desapropriadas e declaradas de utilidade pública dentro da favela “Morro das Pedras” no intuito de se implantar ali uma área de segurança do antigo depósito de lixo da cidade. Ou seja, mesmo sendo um local usado para depósito de lixo (tanto residencial quanto hospitalar), foi utilizado por décadas também como alternativa de moradia para os trabalhadores pobres da cidade. Houve nessa área, chamada Vila dos “Milagres” ou “Lixão”, no decurso dos anos, alguns acidentes, como explosões e deslizamentos, que fizeram com que, de 1993 a 1996, fossem removidas dali 364 famílias, somando 1.219 pessoas¹⁰⁴. Essas famílias foram reassentadas no Conjunto Habitacional Boa Esperança, construído para esse fim na região do Barreiro.

A criação de programas que previam a intervenção urbana nas vilas e favelas de Belo Horizonte, quando havia a constatação do risco geológico por equipe técnica, tenta se distinguir claramente das ações que eram praticadas visando à erradicação das favelas. Porém, qual a diferença entre se retirarem algumas partes de uma vila ou favela um dia,

¹⁰⁴ Dados retirados de relatórios internos da URBEL (Diretoria de Mobilização Social -DMS), de março de 2007.

outras partes num outro momento, devido a mais uma obra, e erradicá-la de uma vez, por exemplo? A diferença está na quantidade ou no tempo? Em que pesem os discursos das décadas de 1970 e 1980, e os da década de 1990 apresentarem objetivos diferentes no que tange ao tratamento da questão das favelas, na prática, os cortes e recortes naquela parcela do espaço urbano são feitos presumindo-se, no caso de obras, que algo precisa ser readequado. Para a discussão que interessa aqui, tanto nos processos de erradicação quanto nas pequenas extirpações de partes das favelas, seus moradores são removidos invariavelmente para a periferia. Pode-se pensar que a medida ou diferença esteja na forma: se, antes (décadas de 70 e 80), as remoções eram feitas à força e com o aparato policial, nos dias atuais, dependendo da “necessidade” ou de quanto a resistência represente um empecilho, o uso da força também acontece.

3.4.3 – “Remover agora só por obras ou risco” – mas vilas e favelas continuam no caminho, o que fazer?

É perceptível, na leitura dos Relatórios Anuais da Prefeitura de 1997 até 2005, que o discurso institucional relativo ao tratamento das vilas e favelas de Belo Horizonte passa por dois eixos: substituir intervenções pontuais pelas de caráter estrutural e investir em programas que visem minorar as áreas de risco da cidade. Esta visão é exposta em dois trechos do Relatório Anual da Prefeitura de 1997:

[...] Também foram iniciadas intervenções estruturais em três vilas: Vila Senhor dos Passos, Vila Apolônia e Vila Ventosa, beneficiando cerca de 4.375 famílias, por meio do Programa Alvorada, que representa uma concepção avançada de tratar o espaço informal, substituindo as intervenções pontuais pelas de caráter estrutural.
[...] Através do Programa Estrutural em Área de Risco, foram concluídas 29 obras e encontra-se em andamento mais 23. A ênfase da Urbel neste ano voltou-se para a captação de recursos visando atender às necessidades de investimentos nas áreas de risco (p.64).

Se, pelo lado da prefeitura, pode-se dizer que houve uma espécie de arrefecimento na política de grandes remoções executadas diretamente por um órgão municipal, essa prática continuaria a todo vapor por parte do governo estadual. Mas, na maioria das vezes, em parceria com a administração municipal. Basta lembrar, por exemplo, que

durante as ações para execução do PROSAM¹⁰⁵, conforme citado no Relatório Anual da Prefeitura (1994, p.10), houve a realização, por parte da prefeitura, “de cadastro sócio-econômico e imobiliário de 970 famílias a serem beneficiadas com o reassentamento da Bacia do “Ribeirão Arrudas”. Ao que tudo indica, segundo o documento, foram removidas cerca de 2.500 pessoas que residiam entre os municípios de Belo Horizonte e Contagem nos anos de 1993 e 1996.

No entanto, não só as parcerias entre instâncias municipais, estaduais e instituições privadas foram mantidas no decorrer das décadas de 1990 e 2000, visando ao gerenciamento do espaço urbano, como já foi dito. As obras objeto dessas parcerias continuam, em sua grande maioria, voltadas à adequação de um sistema viário que prioriza e incentiva o transporte individual, e não o coletivo.

No Relatório Anual da Prefeitura de 1997 ficam evidenciados esses aspectos, no que se refere à execução de obras voltadas para dar soluções ao sistema viário e, conseqüentemente, remover vilas e favelas que estiverem no percurso projetado.

[...] Também foi criado o Programa Pedro II. Este visa a remoção e o reassentamento de cerca de 2.000 famílias que vivem na Vila São José, para permitir o prolongamento da Avenida Pedro II. Para tanto, será necessário viabilizar convênios e parcerias com outras esferas de governo e até instituições estrangeiras, no sentido de levantar os recursos necessários. Por enquanto, este Programa encontra-se em fase de planejamento e captação de recursos (p.66).

Nos Relatórios Anuais da Prefeitura de 2002 e 2003 interessa salientar duas questões. A primeira é que permanece a tônica de priorização de investimentos em programas de prevenção em áreas de risco na cidade de Belo Horizonte, como o PEAR, a formação dos Centros de Referência em Áreas de Risco (CREAR), assim como programas que dão suporte para as famílias desabrigadas que aguardam em imóveis alugados até o seu

¹⁰⁵ Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Bacias dos Ribeirões Arrudas e Sarandi/Onça (MG). Este programa foi coordenado por uma Unidade de Gerenciamento (UGP) instituída junto à Secretaria de Estado do Planejamento, tendo como executores a COPASA, Prefeituras Municipais de Belo Horizonte e de Contagem e a Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM/MG). Informações acessadas através do site: www.hidro.ufrrj.br/pqaceivap em 25/04/2010.

reassentamento definitivo, como o Programa Bolsa Moradia¹⁰⁶. Outra questão importante que se evidencia, não só nos relatórios de 2002 e 2003, mas até mesmo nos relatórios a partir de 1994, é que, se as décadas de 1970 e 1980 representaram os anos do “boom” das remoções, as décadas de 1990 e 2000 foram e continuam sendo as do “boom” dos conjuntos habitacionais.

Para se ter uma dimensão disso, analisando dados dos Relatórios Anuais da Prefeitura de 1994 a 2005, juntamente com dados disponíveis na URBEL¹⁰⁷, chega-se ao número de 44 conjuntos habitacionais construídos (direta ou indiretamente) pela administração municipal, num total de 4.504 famílias a mais residentes nesse tipo de habitação na cidade de Belo Horizonte. Ressalta-se, de acordo com os Relatórios, que a indicação para a ocupação desses conjuntos habitacionais foi, há até pouco tempo, para os sem casa, para os desabrigados em decorrência de chuvas e para o atendimento de alguns programas da Assistência Social Municipal, como, por exemplo, aqueles voltados para a população de rua. Fica bastante evidente que o período pós-Constituição de 1988 representou, na área de políticas urbanas, uma reorientação no que diz respeito ao reconhecimento do direito à posse da terra urbana, do direito à permanência no local de moradia, da legalização de assentamentos já existentes e de um encaminhamento mais digno no caso de remoção em virtude de obras ou risco.

Ao sistematizar os números referentes a remoções de população realizadas no período de 1995 a 2006 tendo como fonte relatórios internos da URBEL, é necessário esclarecer a definição de diferentes modalidades de atendimento ao morador que está sendo removido. De acordo com o Relatório da Divisão de Remoção e Reassentamento, considera-se modalidade de atendimento **reassentamento** quando a família é removida e recebe outro imóvel através de compra monitorada. Ocorre quando o imóvel a ser removido tem avaliação inferior (nos dias atuais) a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)¹⁰⁸, e a família pode comprar outro imóvel até este valor. Já a modalidade **auxílio financeiro** ocorre nos casos em que o morador removido recebe o valor referente a benfeitoria do imóvel, por ter optado em não ser reassentado ou por não se enquadrar nos critérios da

¹⁰⁶ Ver Lei nº 8.566, de 14 de maio de 2003, que altera a Lei nº 7.597, de 1998, que dispõe sobre assentamento de famílias no município de Belo Horizonte e dá outras providências, e cria a Bolsa Moradia.

¹⁰⁷ www.pbh.gov.br/urbel

¹⁰⁸ Ver Decreto nº 13.490, de 19 de janeiro de 2009.

Política Municipal de Habitação. Essa modalidade aplica-se também aos casos em que a avaliação do imóvel é inferior ao limite de R\$20.000,00. A modalidade **indenização total** ocorre quando o valor do imóvel removido é superior ao limite de R\$ 20.000,00). Neste caso, o monitoramento da aquisição de outro imóvel não é obrigatória, e a família tem direito a receber a indenização em dinheiro. Por fim, a modalidade **indenização parcial** ocorre quando apenas parte do imóvel é removida para viabilização da obra, e a família permanece no local. Nesse caso, a indenização é paga para a reconstrução dos cômodos que serão demolidos. Para a análise dos dados da Tabela 3, foi considerada somente a soma das três primeiras modalidades apresentadas separadamente nos relatórios internos da DVRS¹⁰⁹/URBEL, por entender que são essas as situações nas quais o imóvel do morador é removido totalmente. Acrescenta-se que esses números correspondem, no relatório, ao número de pagamentos realizados naquele ano.

Tabela 3

Número de Remoções por obras de 1995 a 2006

De 1995 – 1996	221 remoções
1997	159 remoções
1998	116 remoções
1999	387 remoções
2000	301 remoções (1)
2001	233 remoções
2002	254 remoções
2003	259 remoções
2004	381 remoções
2005	555 remoções
2006	2.133 remoções
Total	4.999 remoções

Fonte: Relatórios da Divisão de Remoção e Reassentamentos (DVRS/URBEL/PBH) 2008. Sistematizado pela autora.

- (1) Esses números representam o total de remoções incluindo a modalidade parcial, interferindo sensivelmente no soma geral.

Os dados acima evidenciam a análise anteriormente realizada, que compara a década de 1990 e parte dos anos 2000 com as décadas de 1970 e 1980, no tocante ao número de

¹⁰⁹ Setor responsável pela execução dos trabalhos relativos aos empreendimentos em que ocorrem

famílias removidas dentro da cidade de Belo Horizonte: há com certeza um arrefecimento da prática de remoções por parte da prefeitura. Mas um fato interessante que os dados da Tabela 3 permitem observar é a discrepância entre o número de remoções realizadas de 1997 até o final de 2006, com os anos anteriores. De acordo com esclarecimentos contidos no próprio relatório, esse aumento espantoso se justifica pela implantação de três grandes obras de cunho viário: o Projeto Linha Verde, o Projeto MG-20 e o Alargamento e Reestruturação da Avenida Antônio Carlos, entre 2005 e 2006, que foram responsáveis por quase quatro vezes o número de remoções na cidade. Ressalta-se que o Projeto Linha Verde será objeto de estudo e análise no capítulo 4 desta dissertação.

Como foi dito, a prefeitura de Belo Horizonte, apesar de não ser mais, como na época da CHISBEL, promotora direta das grandes remoções, não sai do cenário da execução destas em virtude de obras, atuando como executora, por meio de convênios com outros órgãos públicos e também privados. De acordo com Relatórios da DVRS/URBEL (2008), concomitante às remoções realizadas por obras aprovadas no Orçamento Participativo, tem-se um número significativo de obras executadas através de convênios. Foram sistematizados na Tabela 4 os convênios mais relevantes em termos de número de famílias removidas.

Tabela 4

Convênios realizados entre PBH e outras instituições para remoção de famílias em Belo Horizonte

Ano	Entidades envolvidas	Local	Número de famílias removidas
2002	CBTU e PBH	Parte da Vila Dias (Bairro Santa Efigênia)	30
2004	COPASA e PBH	Parte da Vila do Índio	13
2004	MANNESMANN e PBH	Rua Divisa Santa	34
2005	DER e PBH	Parte da Vila Nova Cachoeirinha	148
2006	COPASA/PBH e GASMIG	Rodovia MG-20	491
2006	CODEMIG/DER e PBH (Linha Verde)	Trecho da Avenida Cristiano Machado com Anel Rodoviário	828
2006	PBH/CEF (Vila Viva)	Aglomerado Serra	84

Fonte: Sistematizado pela autora a partir de Relatórios da Divisão de Remoção e Reassentamentos (DVRs/URBEL/PBH) 2008.

Ao término dessa seção, algumas questões merecem ser postas para reflexão. Nos anos de 1970 a 1980, a política de desfavelamento da cidade de Belo Horizonte conseguiu retirar 9.888 famílias do espaço urbano mais central, não prevendo nenhum tipo de encaminhamento seguro – ao não ser algum dinheiro na mão, em alguns casos –, promovendo um movimento de migração intraurbana intenso que resultou, logo em seguida, na formação de novos núcleos de favelas e no adensamento das já existentes. Se a tônica desse processo se ancorava ainda em diversas vertentes discursivas (sanitarista, higienista, limpeza social, desenvolvimento, modernidade), que justificavam a extinção, a extirpação do lugar favela da cidade, é também preocupante o resultado desse tipo de planejamento, baseado em contínuos processos de remoção de população e no estabelecimento de um novo padrão de se morar. A ponderação sobre essa questão importa, pois outro processo de desfavelamento vem se sobrepondo no espaço urbano de Belo Horizonte. Ele se materializa nos dias atuais rebuscado pela retórica da urbanização planejada, a qual promove a continuação da retirada, da saída da favela (ou de partes dela) do lugar onde se manifestava, transformando aquele local num

espaço revitalizado e mais atraente para o mercado financeiro. O desfavelamento sob a ótica da urbanização planejada traz também um elemento relevante para a análise sugerida, que é a oferta de um tipo de moradia para a população removida direcionada para a ocupação de unidades habitacionais. Diga-se de passagem que, no mundo civilizado, por ora urbanizado, e com muita falta de espaço físico disponível nas cidades para a construção de casas, a perspectiva da verticalização é a que mais se encaixa dentro dos padrões urbanísticos tecnicamente viáveis. Essa alternativa se baseia, na verdade, num reacerto entre poder público e favelado, sobre o como e o onde morar; o que resulta, também, numa outra forma de se organizar o espaço urbano.

Dessa forma, talvez não seja necessário procurar respostas à indagação posta no subtítulo desta seção sobre o que fazer com as vilas e favelas que continuam no meio ou em alguns trechos do caminho da urbanização, pois, na verdade, a alternativa continua sendo a mesma de décadas atrás: retirar. Perguntar também se essa prática representa um retrocesso ou avanço para um modelo de urbanização talvez não seja a pergunta certa. É provável que não haja uma pergunta certa, pois o modelo de urbanização posto impede a maioria da população, inclusive aquela alvo potencial de remoções, de enxergar a cidade como uma realidade potencialmente criadora e transformadora, uma obra de todos, e não somente dos urbanistas. Dentro de uma visão em que a cidade simplesmente é vista e percebida como produto da técnica e da racionalidade, hoje hegemônica, conclui-se que as remoções de população são mais um elemento que corrobora esse modelo de urbanização planejada.

Para este estudo importa saber, primordialmente, como a outra parte, os sujeitos historicamente removidos (favelados), avaliam esses novos contornos e desenhos do espaço urbano realizados pelo poder público e de posicionam diante deles. No próximo capítulo essa temática será detalhada, tendo como base uma pesquisa de campo realizada com 10 famílias removidas e reassentadas pelo Projeto Linha Verde, implementado entre 2006 e 2007.

4 O PROJETO LINHA VERDE E A REMOÇÃO DE CINCO VILAS: UMA HISTÓRIA A SE (RE) CONTAR A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS REMOVIDOS

Este capítulo retoma algumas reflexões já esboçadas na Introdução deste trabalho acerca da percepção dos moradores das vilas que foram alvo de remoção pelo Projeto Linha Verde, sobre as várias etapas do processo que culminaram na sua retirada. Da mesma forma, propõe-se identificar, através da fala dos entrevistados que foram removidos e reassentados, sua percepção sobre a cidade de Belo Horizonte, tentando perceber o significado do lugar onde residiam e da participação (ou não) da comunidade nas etapas de elaboração e execução do projeto. É intenção também compreender por meio da análise das entrevistas, como os removidos avaliam a sua vida e o seu cotidiano depois do reassentamento.

Optou-se então por dividir este capítulo em quatro subitens, sendo o primeiro voltado para a abordagem dos aspectos históricos¹¹⁰ da ocupação do lugar, especificamente o trecho onde se localizavam as Vilas São Paulo, Vietnã, Maria Virgínia, Carioca¹¹¹ e Suzana I¹¹², o qual não existe mais em termos de forma e manifestação socioespacial. Não se afirma aqui que lugares desaparecem, mas, dependendo do grau de intervenção urbana, o que se tem é uma modificação brutal, não somente visual (apesar de esta ser a primeira a se perceber), mas de uso, de função e de vivido. Diante de modificações como as impressas pelo Projeto Linha Verde no trecho em questão, é possível afirmar que, quando uma re-configuração socioespacial é imposta, dificilmente sobram

¹¹⁰ Ressalta-se que, no tocante ao histórico de ocupação das vilas, só foi possível obter dados referentes a quatro delas: Vila São Paulo/Modelo, Vila Maria Virgínia, Vila São Miguel/Vietnã e Vila Suzana. Sobre a Vila Carioca não há material relatando seu processo de ocupação. Isso se deve, suponho, ao fato de que não estava prevista a total remoção dessa vila pelo Projeto Linha Verde, e não constava também nenhum estudo ou Plano Global Específico. Da mesma forma, a Vila Suzana I não foi removida na sua totalidade. No entanto, no ano de 2001 foi realizado pela URBEL um Plano Global Específico (PGE), o qual englobava o estudo de mais três vilas, entre elas a Vila Suzana e a Vila São Miguel. Os estudos contidos no PGE apresentam diagnósticos setoriais e integrados sobre aspectos socioeconômicos, organizativos, físico-ambientais e também jurídico-legais de vilas, de modo que essas informações sejam subsídios ou diretrizes para intervenções futuras.

¹¹¹ A Vila Carioca, de acordo com o projeto inicial, não chegou a ser removida totalmente, ou seja, dos mais de 200 imóveis, estava prevista a remoção de apenas 56 pelo Projeto Linha Verde. Mas durante as enchentes de 2008, grande parte da vila que não havia sido retirada foi inundada, levando o poder público (a Prefeitura de Belo Horizonte) a propor a remoção do restante das casas. Essa vila, hoje, também se encontra somente na memória daqueles que ali residiram.

vestígios que permitam identificar o que foi e o que representou aquele lugar para a comunidade que ali residia e também para a cidade.

Harvey (1995, p.01), ao mencionar um problema comum aos arquitetos e planejadores urbanos reunidos na Trienal de Milão, que consistia em saber “como planejar a construção da próxima camada no palimpsesto¹¹³ urbano, de forma a combinar aspirações e necessidades futuras sem violentar em demasia tudo o que já foi feito antes”, comenta a dificuldade de decidir entre conservar o antigo e, ao mesmo tempo, abrir as portas para as imagens do moderno. Esse autor diz que:

Construções degradadas e em ruínas certamente devem ser demolidas, e locais abandonados merecem uma revitalização. Além disso, serão poucos a reclamar do desaparecimento de favelas apodrecidas, indústrias poluidoras, esgotos abertos ou becos infestados de ratos. Mas a opinião pública tem se oposto amplamente à tendência modernista de varrer o passado e reconstruir a vida e paisagem urbana segundo uma imagem totalmente diferente. Atualmente, tendemos a acreditar que a história merece mais respeito do que isso (1995, p.01).

No caso do trecho onde se localizavam as vilas removidas pelo Projeto Linha Verde, essa preocupação de consorciar a realidade de uma comunidade com novas qualidades para o lugar que se propunha ter com a implantação de viadutos não foi motivo de preocupação de seus planejadores. A provável explicação se dá, na verdade, em dois eixos de análise. O primeiro, como foi exposto na citação, refere-se ao fato de que, para muitas pessoas, a única “solução” para lugares cuja imagem está associada ao desagradável, à poluição, à desordem, é a sua extinção. O segundo eixo refere-se à produção do espaço abstrato (LEFEBVRE, 2000), que é imprescindível para que várias cidades contemporâneas reorientem seu fluxo de produção e imprimam a ideia de “aniquilação do espaço através do tempo”. Ou seja, para o tempo de que necessitam as formas urbanas modernas não pode haver nenhum impedimento.

¹¹² No caso da Vila Suzana I, desde o início foi prevista a remoção de somente uma parte. Resta ainda na região a Vila Suzana II.

¹¹³ Segundo Harvey, “é uma paisagem composta de várias formas construídas, sobrepostas umas às outras ao longo do tempo. Em alguns casos, as camadas anteriores são de origem realmente antiga, enraizadas nas civilizações mais velhas, cujas marcas ainda podem ser percebidas por trás do tecido urbano de hoje. Mas mesmo cidades relativamente recentes contêm camadas distintas acumuladas em fases diversas no tumulto do crescimento urbano caótico gerado pela industrialização, pela conquista colonial e pelo domínio neocolonial, em ondas de mudança especulativa e modernização” (1995, p.01).

Ao olhar para as intervenções viárias feitas na interseção entre a Avenida Cristiano Machado e o Anel Rodoviário, quem não sabe ou quem nunca ouviu falar sobre o Projeto Linha Verde não consegue perceber que naquele local existiram vilas e favelas. Afinal, o cenário de viadutos, avenidas largas, espaços verdes vazios e muito concreto condiz muito mais com a maquete planejada e idealizada para os espaços urbanos da modernidade do que um espaço com vilas e favelas.

Na tentativa de mostrar a manifestação da vida e do cotidiano das vilas removidas, apresenta-se inicialmente uma breve análise do seu histórico de ocupação, assim como o perfil socioeconômico de boa parte da população ali residente, mesclado com alguns depoimentos das famílias entrevistadas. Procura-se entender que a formação de vilas e favelas fez e faz parte de um processo por meio do qual formas excludentes são produzidas no espaço das cidades e metrópoles.

Em seguida, procura-se analisar a implantação do Projeto Linha Verde, de forma geral, e o processo de remoção e reassentamento: audiências públicas, reuniões, negociações, saída das famílias. Na sequência, serão tecidas considerações sobre os resultados de uma pesquisa realizada pela URBEL no ano de 2007, relativa ao índice de satisfação dos reassentados. Essa pesquisa apresenta dados relevantes para se entender tanto o rápido abandono dos novos locais de moradia por parte dos reassentados, quanto a satisfação com a nova moradia expressa por 55% dos pesquisados. Por fim, é feita uma análise baseada na percepção de 10 famílias que foram removidas sobre a cidade de Belo Horizonte, a vida na vila onde residiam, os efeitos do Projeto Linha Verde em suas vidas, tentando extrair das entrevistas uma reflexão sobre a participação comunitária durante todo o processo de implementação do projeto.

4.1. No caminho do Linha Verde existiam cinco vilas

Não tinha que tirar todo mundo não, né. Eu acho que se arrumasse aquele rio, porque o problema era aquele rio; se arrumasse ele, eu gostaria de viver ali até hoje. Dava pra construir muita coisa ali sem ter que tirar a gente. (Ex-moradora da vila São Miguel/Vietmã, 33 anos)

4.1.1 Vila Maria Virgínia e Vila São Paulo: histórico de ocupação e perfil socioeconômico das famílias residentes

As duas vilas em questão localizavam-se na área chamada ZEIS 1¹¹⁴ e estavam contidas dentro dos limites da Região Nordeste de Belo Horizonte. A área em que se localizava a Vila São Paulo tem 12.296m², e a da vila Maria Virgínia 11.881m², sendo que ambas se situavam do lado esquerdo da Avenida Cristiano Machado (sentido centro-bairro), junto à via de ligação com o Anel Rodoviário. Apesar de o processo de ocupação das duas vilas ter ocorrido praticamente na mesma década (1960), é provável que a Vila Maria Virgínia tenha lastros de ocupações que datam da década de 1940, quando nas imediações do então bairro São Paulo foi instalado o Matadouro Modelo - importante local de abastecimento de carne para a cidade de Belo Horizonte -, que contava com uma vila operária criada para os funcionários que trabalhavam naquele estabelecimento (Figura 2).

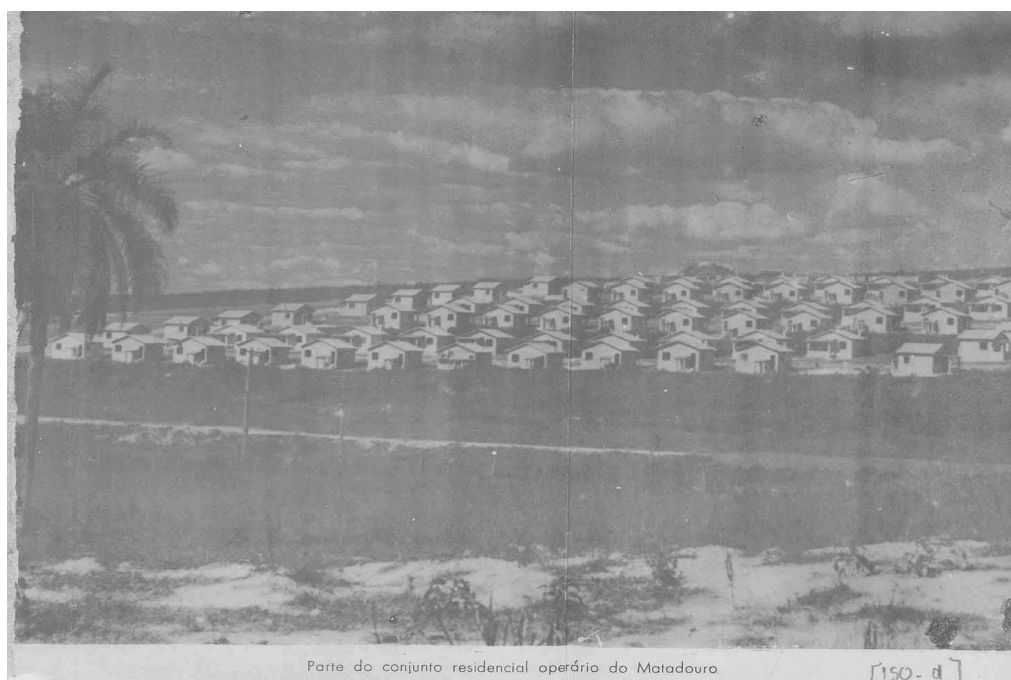


FIGURA 2: Foto de parte do conjunto residencial operário do Matadouro construído no final da década de 1940. Disponível em www.pbh.gov.br/acpbh-relatoriosdosprefeitos1948. Acessado em março de 2010.

¹¹⁴ Regiões ocupadas desordenadamente por populações de baixa renda, nas quais existe interesse do poder público em promover programas habitacionais de urbanização e regularização fundiária, urbanística e jurídica, visando à promoção da melhoria da qualidade de vida de seus habitantes e integração à malha urbana. (Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Belo Horizonte – Lei n.º 8.137. Belo Horizonte: Planejamento, 2000).

De acordo com o *Diagnóstico da Vila Maria Virgínia - Interseções na Avenida Cristiano Machado Linha Verde (2007)*¹¹⁵:

O “Campo do Matadouro”, como era chamada a antiga Vila Maria Virgínia, tem o início da sua ocupação datada da década de 60, sendo as primeiras famílias, cerca de 40, funcionárias da Rede Ferroviária e do Matadouro. A área era assim conhecida por ser um local onde eram despejadas as ossadas não utilizadas pelos curtumes da região (p.10).

Consta que, na construção dos primeiros barracos da Vila Maria Virgínia, inicialmente de lona e depois de madeirite, não se obedeceu a nenhum critério de aquisição do terreno. Os primeiros a chegar e se instalar muitas vezes “reservavam” o pedaço de chão adquirido (não necessariamente na forma de compra e venda, mas de posse). É relatado também, no Diagnóstico, que vários moradores reservavam o espaço adquirido não somente para edificar sua moradia, mas para futuramente obter renda com a venda dessas áreas.

Já a ocupação da Vila São Paulo, outrora conhecida como “Fazenda da Suzana”, se deu às margens do Córrego Cachoeirinha (hoje canalizado), de onde se extraíam, durante a década de 1960, areia e cascalho para abastecer o mercado da construção civil. Havia também ali dois campos de futebol, o do Matadouro e o do Vitória, que eram utilizados, até meados de 1980, como espaço de lazer para as vilas do entorno. Seguem abaixo fotos de uma das primeiras casas da Vila São Paulo, assim como das atividades de extração de areia do córrego Cachoeirinha (Figuras 3, 4 e 5).

¹¹⁵ Como este documento será citado várias vezes durante o trabalho, optou-se por identificá-lo com a seguinte sigla: DVMV (2007). Da mesma forma o Diagnóstico da Vila São Paulo/Modelo – Interseções na Avenida Cristiano Machado Linha Verde (2007), também será citado através da sigla: DVSP (2007).



FIGURA 3: Umas das primeiras casas construídas na Vila São Paulo (ao fundo) e uma máquina de extração de areia.

Fonte: Diagnóstico da Vila São Paulo/Modelo Interseções na Avenida Cristiano Machado - Linha Verde 2007, URBEL/PBH. Acessado em dezembro de 2009.



FIGURA 4: Local de extração de areia.

Fonte: Diagnóstico da Vila São Paulo/Modelo Interseções na Avenida Cristiano Machado – Linha Verde 2007, URBEL/PBH. Acessado em dezembro de 2009.



FIGURA 5: Córrego Cachoeirinha na década de 1960.

Fonte: Diagnóstico da Vila São Paulo/Modelo Interseções na Avenida Cristiano Machado - Linha Verde 2007, URBEL/PBH. Acessado em dezembro de 2009.

As duas vilas (assim como várias favelas de Belo Horizonte daquela época) conviveram com a especulação imobiliária e a ausência de infraestrutura de abastecimento de água e energia elétrica até meados da década de 1980. Há algumas menções a essas situações no DVMV (2007) e no DVSP (2007) que merecem destaque, visto que são informações obtidas por meio de relatos de antigos moradores. Elas ilustram a forma como o poder público pouco investiu ou interveio na infraestrutura urbana de vilas e favelas, o que corrobora as análises já apresentadas em outros momentos deste trabalho:

O local (Vila São Paulo) foi alvo de especulação imobiliária, empreendida em parte por quem exercia atividade de extração de areia, e por outro lado por liderança comunitária do entorno, o senhor Joel Lucas. Este, em processo de capitalização política, incentivou a ocupação das áreas, que já começavam a ser ocupadas com certa supervisão de quem explorava o local. Sugeriu a construção de becos, que vieram a sobrepor-se sobre [sic] a Rua Angola, que, na época da ocupação, devido à atividade extrativista, estendia-se da Av. Cristiano Machado à rodovia (2007, p.09).

Segundo alguns moradores entrevistados (Vila Maria Virgínia), até 1984 todos os ocupantes das Vilas próximas (São Paulo, Vila Andiroba, Vila Boa União) utilizavam a água de cisternas para suprir suas necessidades. Nesse mesmo ano ocorreu a implantação da rede de

água, sendo que foram os moradores que compraram os cavaletes e conseguiram, por meio de negociação, o não pagamento da taxa de ligação. Já a rede de esgoto só foi feita por volta de 1989 e não teve nenhuma intervenção dos órgãos públicos. Alguns moradores puxaram os encanamentos até as bocas de lobo e outros puxavam até o Córrego Cachoeirinha (2007, p.10).

A energia elétrica era puxada para as moradias de um único poste colocado pela CEMIG no local e de uma oficina, “Oficina do Kelé”, existente do outro lado da Avenida, para tanto, cavavam uma canaleta onde enterravam uma mangueira com a fiação. Mais tarde, foi doado aos moradores padrões da CEMIG, pelo Governo do Estado, através do Programa “Com Luz”. Os entrevistados relatam também que onde hoje é a avenida Cristiano Machado, esta era conhecida como “Jacuí Velha”, que se caracterizava como a principal via de acesso do centro para o bairro São Gabriel, sendo também a única via na região a ter rede elétrica (2007, p.10-11).

Ainda no DVMV (2007) e no DVSP (2007), há registro de algumas ações feitas pela polícia na área do campo do Matadouro - local onde se praticava o futebol de várzea -, no sentido de impedir novas ocupações, visto que era uma área propícia para tal. Os relatos encontrados nesses documentos corroboram também as análises feitas sobre as primeiras consequências da política de desfavelamento implementadas pelo poder público nas décadas de 1970 e 1980, como o deslocamento da população removida para outras áreas da periferia da cidade, assim como dos transtornos causados pelas enchentes de 1978 e 1979.

A desativação do campo de lazer que ocorreu anos depois era uma ação anunciada, já que o local era muito visado para futuras invasões e aos poucos foi perdendo a vigilância dos usuários. Soma-se a isso, o fato de que em 1989 a construção da alça do Anel Rodoviário, sentido Venda Nova - Centro acaba por preencher o resto de espaço vazio (o campo) e dessa divisão, a área interna da alça, passa a ser denominada de Vila Maria Virginia, mas que soa estranho para os ouvidos de muitos moradores. Pode-se dizer que era uma só vila antigamente, e não é raro encontrar em ambas as vilas quem desconhece a distinção (2007, p.10-11).

Segundo relatos, durante as enchentes de 1978 a Prefeitura de Belo Horizonte cedeu uma área (antigo Curral da PBH), situado na rua Andiroba para acolher os desabrigados das chuvas. Já no início dos anos 80 vieram famílias da área da Lagoinha que haviam sido desalojadas devido à construção dos viadutos (2007, p.11).

Consta nos diagnósticos das Vilas São Paulo e Maria Virgínia a avaliação de que a “verticalização” (edificação de cômodos em cima dos já existentes) começou por volta da década de 1990, para os filhos e filhas dos primeiros ocupantes, que se casavam e formavam um novo núcleo familiar. Entende-se que esse movimento é a clara materialização da necessidade de moradia para a segunda geração de ocupantes das

vilas. Na ocupação da Vila São Paulo, há uma particularidade em torno do padrão construtivo: as áreas mais próximas à Avenida Cristiano Machado foram ocupadas primeiro, apresentando um padrão construtivo menos precário; e as áreas debaixo do viaduto da BR-262 e na divisa com o córrego Cachoeirinha foram habitadas por último, tendo casas com estruturas mais frágeis. Os aspectos diferenciados no espaço interno da Vila São Paulo não se resumem ao padrão construtivo das casas, mas envolvem a infraestrutura urbana. Ou seja, para quem residia mais próximo ao córrego e ao viaduto, a infraestrutura em termos de esgotamento sanitário e calçamento praticamente inexistia. Quanto mais afastadas da entrada principal da vila (Avenida Cristiano Machado) e mais próximas do córrego e do viaduto as casas estavam, mais precário era não só o seu padrão construtivo, mas também as condições para se instalarem. Isso é uma característica que se percebe em um dos relatos do DVSP (2007) e também nas Figuras 6 e 7, que seguem abaixo:

[...] falta de pavimentação da área, o fato de vários moradores não saberem o nome dos becos, a estrutura das residências e a falta, em vários trechos, até das precárias redes de esgoto. O nível de informalidade é quase total no que diz respeito aos serviços básicos, sendo também inviável o serviço dos correios no local (p.11-12).



FIGURA 6: Foto da Vila São Paulo cortada ao meio pelo córrego Cachoeirinha em 2005.

Fonte: DVRS/URBEL/PBH. Acessado em maio de 2010.



FIGURA 7: Foto de moradias localizadas debaixo do viaduto da BR-262 em processo de desocupação. Essa parte do viaduto ficava localizada dentro da Vila São Paulo.

Fonte: DVRS/URBEL/PBH. Acessado em maio de 2010.

Apesar de não serem a maioria, as moradias construídas tendo como teto o próprio viaduto são uma das faces perversas da problemática relacionada ao não provimento de moradia digna a todos. Provavelmente aqueles que foram habitar nos piores locais das vilas, mais próximas do córrego e debaixo dos viadutos, haviam sido os que chegaram por último ao lugar.

Outro fator comum às duas vilas, já na década de 1990, é o aumento significativo da violência em função do tráfico de drogas. Para os moradores da Vila Maria Virgínia, segundo o Diagnóstico, o advento do tráfico interferiu, inclusive, no potencial sócio-organizativo dos moradores, pois membros do tráfico que também eram moradores passaram, com o tempo, a “reivindicar” sua representação na Associação Comunitária da vila. Além disso, o Diagnóstico informa que a pouca mobilização da Associação Comunitária para ações de interesse coletivo é devida tanto à desmobilização dos próprios moradores quanto à não renovação de lideranças.

Ambos os Diagnósticos contêm também análise sobre a distribuição geográfica do tráfico de drogas entre as duas vilas. Esse trajeto é mencionado tanto no DVMV (2007) quanto no DVSP (2007) da seguinte forma:

Pelo que se pôde perceber, o tráfico tinha uma rede geográfica que percorria a Vila São Paulo, Vila Vietnã, Vila Maria e rua A perto da policlínica no Bairro São Paulo (p.12)

A criminalidade, que antes era desorganizada, passou então a distribuir-se estrategicamente no espaço. Servia-se então das saídas para a Av. Cristiano Machado e para a marginal da rodovia, além dos becos e pontos elevados para miradouro de alguns acessos à vila, e mesmo do córrego como ponto de desova. Em nova configuração o crime se impunha então como uma nova realidade local, de considerável impacto na vida dos moradores, pelo que implica de envolvente (p.11).

O DVMV (2007) traz ainda algumas falas que retratam a percepção dos moradores a respeito do lugar de onde vem a violência e da sua intensidade. Segundo a fala dos moradores entrevistados, a violência vem sempre de um outro lugar, sempre numa relação de fora para dentro. Essa percepção é muito bem analisada por Filgueiras (2009, p.132), ao dizer que tudo que possa lembrar ou ser percebido como mácula, estigma identificador do lugar favela como vinculado a ações de violência, vai ser negado pelos moradores que ali vivem e convivem. Ou seja, há um esforço inconsciente por parte daquela população de negar cotidianamente os estigmas, as marcas que qualificam um morador de favela. É o que Filgueiras (2009) chama de tentativa de limpeza moral. Nos casos em análise, essa forma de enxergar a realidade provavelmente influencia o modo como os moradores avaliam a necessidade da remoção da vila e do reassentamento das famílias, pois a violência seria algo externo à realidade da vila, e sua intensidade é bastante relativizada:

[...] o menor índice de violência analisado pelo morador, está relacionado com a forma como se dá o ato violento, com mais ou menos crueldade, a exemplo, a fala de um deles: “o tráfico aqui (na Vila Maria Virginia) nunca invadiu escolas, centro de saúde, como em outros lugares” (DVMV, 2007, p.12).

Ou seja, os atos violentos por parte do tráfico seriam menos maléficos que os dos traficantes de outras localidades. Parece haver, para os moradores da vila, certa distinção entre o “bom” e o “mau” traficante, de acordo com a forma mais ou menos cruel de se praticar um crime, assim como o maior ou menor respeito por instituições, que talvez simbolizem a diferença entre a civilidade e a barbárie.

Na Vila Maria Virgínia havia, em 2005¹¹⁶, na época da entrada do Projeto Linha Verde, 233 imóveis, sendo 191 deles identificados como domicílios, com uma população residente de 601 pessoas (média de 3,15 habitantes por domicílio). Os 42 imóveis restantes foram identificados como de uso comercial e de serviços, evidenciando um significativo aproveitamento do espaço físico da vila para fins comerciais, o que resulta em valorização da área para a população moradora da vila e do seu entorno. Seguem abaixo fotos que ilustram a ocupação do espaço de parte da Vila Maria Virgínia (parte que dava frente para a Avenida Cristiano Machado) por diversos tipos de comércio. (Figuras 8, 9 e 10).



FIGURA 8: Comércio na Vila Maria Virgínia de frente à Avenida Cristiano Machado em 2005. A sigla MV156 é o que identifica a qual vila pertence, e o número corresponde a uma contagem sequencial.

Fonte: DVRS/URBEL-PBH. Acessado em maio de 2010.

¹¹⁶ Dados extraídos do *Diagnóstico da Vila Maria Virgínia – Interseções na Avenida Cristiano Machado Linha Verde* (2007, p.13).



FIGURA 9: Comércio de motores elétricos na Vila Maria Virgínia de frente à Avenida Cristiano Machado em 2005.
Fonte: DVRS/URBEL-PBH. Acessado em maio de 2010.



FIGURA 10: Comércio de acessórios para veículos na Vila Maria Virgínia de frente à Avenida Cristiano Machado em 2005.
Fonte: DVRS/URBEL-PBH. Acessado em maio de 2010.

A Vila São Paulo/Modelo contava, no ano de 2005, com 398 imóveis, sendo 355 identificados como residenciais e 43 considerados como de uso comercial. Segundo o Diagnóstico, moravam na Vila São Paulo/Modelo 952 pessoas (média de 2,58 de habitantes por domicílio).

Os dados que mostram condições de escolaridade, renda, sexo e idade dos responsáveis pelos imóveis¹¹⁷ caracterizados como domicílios não revelam disparidades relevantes entre as duas vilas (São Paulo/Modelo e Maria Virgínia). Por exemplo, quanto ao nível de escolaridade, 39,46% e 33,52% dos cadastrados na Vila Maria Virgínia e na Vila São Paulo, respectivamente, tinham quatro anos ou menos de escolaridade. O percentual de chefes de domicílio que cursaram o Ensino Médio era de 7,16% e 15,14% na Vila São Paulo e na Vila Maria Virgínia, respectivamente. No que diz respeito à renda, há uma diferença significativa: na Vila Maria Virgínia 51,35% dos responsáveis recebiam entre 1 e 2 salários mínimos; na Vila São Paulo, para essa mesma faixa de renda, o percentual ficou em 41,26%. Os que declararam que tinham renda inferior a um salário mínimo na Vila São Paulo somavam 46,70%, contra 25,95% na Vila Maria Virgínia.

Já no tocante ao sexo dos responsáveis pelos domicílios nas vilas, não há muita diferença, sendo que, tanto na Vila São Paulo quanto na Vila Maria Virgínia, a maioria era de homens. Os dados relacionados à situação ocupacional¹¹⁸ do responsável pelo domicílio colocam a Vila São Paulo em desvantagem, com 19,48% de desempregados contra 10,81% na Vila Maria Virgínia. O percentual de responsáveis pelos domicílios que se encontravam empregados, na Vila São Paulo, era de 29,80%, enquanto, na Vila Maria Virgínia, 25,95% dos chefes de domicílio se declararam empregados. Entretanto, a pesquisa mostrou que, na Vila São Paulo, o percentual de pessoas empregadas com renda inferior a um salário mínimo era maior do que na Vila Maria Virgínia.

¹¹⁷ Todos os dados citados em relação a renda, escolaridade, sexo e idade dos chefes de domicílio das vilas São Paulo/Modelo e São Miguel/Vietnã foram extraídos do *Diagnóstico da Vila Maria Virgínia – Interseções na Avenida Cristiano Machado Linha Verde* (2007) e do *Diagnóstico da Vila São Paulo/Modelo – Interseções na Avenida Cristiano Machado Linha Verde* (2007).

¹¹⁸ Importante lembrar que para os estudos apresentados, a situação ocupacional quando declarada empregado, entendia-se como emprego formal através de carteira ou contrato de trabalho.

4.1.2 Vila Suzana I e Vila São Miguel/Vietnã: histórico de ocupação e perfil socioeconômico das famílias residentes

As duas vilas em questão localizavam-se na área chamada ZAR 2 – Zona de Adensamento Restrito¹¹⁹ - e estavam contidas dentro dos limites da Regional Pampulha, em Belo Horizonte. A área em que se localizava a Vila São Miguel/Vietnã tinha 9.889m², e a Vila Suzana I tinha 51.297m². A Vila São Miguel/Vietnã situava-se do lado esquerdo da Avenida Cristiano Machado (sentido centro-bairro), junto à via de ligação com o Anel Rodoviário, e a Vila Suzana I situava-se também do lado esquerdo da Avenida Cristiano Machado, mas logo após a interseção do Anel Rodoviário da BR-262 com a estação de integração do BH Bus. Em número de habitantes, segundo dados do PRR Linha Verde (2005, p.23), na Vila São Miguel/Vietnã havia 517 moradores, distribuídos em 231 imóveis; já na Vila Suzana I havia 841 pessoas em 394¹²⁰ imóveis.

A existência da Vila Suzana I remonta aos anos de 1950, quando ainda eram predominantes na região as propriedades agrícolas. Segundo os dados descritos no PGE (Etapa 2 – Levantamento de Dados, 2001, p.23-24), havia grande dificuldade de acesso até essa região, o que só foi resolvido na década de 1980, com a construção da Avenida Cristiano Machado, que ligava o centro de Belo Horizonte ao Anel Rodoviário e também à zona Norte da cidade. Outra consequência da abertura dessa via, além da melhoria em relação à acessibilidade, foi o estímulo à ocupação de novas áreas naquela região. A quase totalidade da Vila Suzana I estava situada em terreno da Rede Ferroviária Federal – RFFSA. Alguns moradores alegavam terem sido funcionários da Rede e que as casas onde residiam haviam sido recebidas como forma de acerto trabalhista¹²¹. Na parte do PGE (Etapa 2 – Levantamento de Dados, 2001, p.23-24) intitulada “História das Vilas Suzana I, Suzana II e São Miguel”, são relatados dois fatos que geraram conflitos e mobilização da comunidade durante alguns anos. O

¹¹⁹ As ZAR's são regiões em que a ocupação é desestimulada, em razão da ausência ou deficiência de infra-estrutura de abastecimento de água ou da articulação viária interna ou externa ou de adversidade das condições topográficas e que se subdividem nas seguintes categorias: ZAR 1 e ZAR 2. A ZAR 2 são regiões em que as condições de infra-estrutura e as topográficas ou de articulação viária exigem a restrição da ocupação, caso da Vila São Miguel/Vietnã. (*Diagnóstico da Vila São Miguel/Vietnã – Intervenções da Avenida Cristiano Machado Linha Verde, 2007*).

¹²⁰ No caso da Vila Suzana I houve perda de cerca de 10% do total de imóveis com a remoção de 40 domicílios pelo Projeto Linha Verde nos anos de 2006 e 2007.

¹²¹ Relatos de uma ex-moradora removida em 2007 da Vila Suzana I.

primeiro girava em torno da presença, nas proximidades da vila, do antigo Matadouro (que, mais tarde, virou Frigorífico Modelo), o qual, devido a vários danos ambientais, foi alvo de muitos atritos entre os donos e a população do entorno. De acordo com esse documento:

As atividades do frigorífico sempre causaram grandes transtornos à comunidade, principalmente no que diz respeito à poluição hídrica, do ar e sonora. Os dejetos dos animais abatidos eram jogados no Córrego do Onça e na rede esgoto sem nenhum tratamento prévio, causando muito mau cheiro por toda parte das vilas e bairro. Além disto, a fumaça liberada pelas caldeiras e o barulho gerado pelos equipamentos e pelos animais causavam um incômodo considerável em todo o entorno (p.25).

Foi somente em 1986, depois de várias ações no Ministério Público e intervenções de órgãos como a FEAM e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, que houve avanços significativos para uma solução desses problemas.

O segundo fato decorre da instalação de uma empresa privada (GM Terex) em um grande terreno, o qual culmina por interromper o acesso entre regiões da própria vila, uma vez que limitava a ligação entre algumas vias de acesso. Além disso, a queixa dos moradores era também de que, por ser o terreno muito grande, boa parte dele ficava ociosa, o que contribuía “para ser um ponto de consumo e tráfico de drogas”.

Um último dado sócio-organizativo da Vila Suzana é o surgimento, em 1963, da Associação dos Moradores e Amigos da Vila Suzana (AMAVIS), que representava as Vilas Suzana I, Suzana II e a Vila São Miguel/Vietnã.

Em relação ao perfil socioeconômico da Vila Suzana I, os dados se referem a estudos feitos até o ano 2000, e há a probabilidade de aquela realidade ter sofrido alguma alteração quando da remoção de parte da vila pelo Projeto Linha Verde em 2005. De acordo com o PGE (Etapa 2 – Levantamento de Dados, 2001, p.28-42), a Vila Suzana I apresentava até aquele momento uma população com idade média de 38 anos, mas havia um percentual de 14,66% de pessoas com mais de 55 anos. Já no tocante ao grau de instrução, os dados apontam que 33,33% dos chefes de domicílios residentes na Vila Suzana I tinham até a 4ª série de escolaridade, um grau de instrução bastante baixo, mas que permanece na média se comparado com a Vila São Paulo e a Vila São

Miguel/Vietnã. No entanto, é considerável que 22% dos chefes de família residentes na Vila Suzana I tenham conseguido completar o Ensino Médio, fato que destoa das vilas já citadas. Para finalizar, o estudo aponta que, na Vila Suzana I, 68,75% dos chefes de domicílios recebiam renda entre um e três salários mínimos e 31,25% recebiam de três a cinco salários. Isso significa que, em 2001 (ano em que o PGE foi realizado), os responsáveis pelos domicílios na Vila Suzana I tinham uma renda média de 2,6 salários mínimos, índice que reflete uma posição um pouco melhor em relação às Vilas São Paulo/Modelo e São Miguel/Vietnã.

É interessante observar que, de acordo com o PGE (Etapa 2 – Levantamento de Dados, 2001, p.99), não haviam sido identificadas áreas categorizadas como de risco iminente e alto risco na Vila Suzana I (assim como na Suzana II), apontando para a necessidade de uma ação de remoção ou desapropriação de casas ali localizadas. No entanto, ao se analisar o exposto no PRR Linha Verde (2005, p.27), há uma contradição explícita entre a diretriz desse documento e outro, o PGE. Para o PGE, realizado em 2001, não havia indicação de remoção nem total nem parcial das Vilas Suzana I e II em função de risco; já o PRR Linha Verde (2005) entendeu que, “tendo em vista a conformação local e as características físicas de risco observadas, as áreas foram classificadas como não consolidáveis, sendo proposta a remoção total das duas vilas” (p.27).

Ressalta-se que quando o PRR Linha Verde (2005) propõe a remoção total das duas vilas este considera uma das duas como sendo a Vila São Miguel/Vietnã. Mas afora o fato de que, em relação à Vila São Miguel/Vietnã, havia realmente o indicativo no PGE (Etapa 2 – Levantamento de Dados, 2001, p.99) de remoção total devido ao risco (inundação), a remoção de cerca de 10% da Vila Suzana I não seria necessária se a definição girasse em torno somente da categoria risco. Acrescenta-se também que, como relatado no PGE (Etapa 2 – Levantamento de Dados, 2001), a quase totalidade da Vila Suzana I está em terreno da Rede Ferroviária Federal, e como esta empresa foi privatizada, talvez coubesse a esses moradores, ocupantes de uma área (agora particular), solicitar judicialmente o direito ao usucapião daquele terreno. Nesse sentido, o PGE indica a necessidade de:

[...] traçar os melhores caminhos jurídicos de uma negociação efetiva com a Rede Ferroviária Federal, vendo nesta a melhor forma de se obter a titulação dos moradores da vila Suzana I (p.101).

Outro trecho do relatório do mesmo PGE é ilustrativo da contradição entre direito e poder:

Para as comunidades destas vilas, a questão da regularização fundiária apresenta-se como prioridade, mostrando-se a população ansiosa em resolver os impasses com a RFFSA, a fim de regularizarem sua situação, com a intervenção do Município (p.101).

A contradição é que os apontamentos de um diagnóstico jurídico-legal indicam a possibilidade de regularização fundiária das Vilas Suzana I e II, como uma prioridade para o município, mas, quatro anos depois, esse próprio município promove a remoção de uma parte da população que um dia poderia ter obtido a titularidade de suas casas.

A ocupação da então chamada Vila São Miguel¹²² na década de 1990, mais precisamente no ano de 1993, não apresenta obviamente uma única versão. De acordo com o *Diagnóstico da Vila São Miguel/Vietnã – Interseções na Avenida Cristiano Machado Linha Verde (2007¹²³)*, houve, para alguns, um movimento de ocupação, organizado através de lideranças comunitárias da época, como o senhor Joel Lucas e o Padre Pigi; outros incluem a própria figura do senhor Miguel (antigo extrator de areia do local), como pessoa que também teria chamado as primeiras famílias a ocuparem a área. Há também quem afirme que a notícia das primeiras ocupações extrapolou a fronteira da cidade de Belo Horizonte, motivando várias famílias a saírem do interior e virem ocupar aquela vila.

Abaixo, uma foto (Fig.11) da Avenida Cristiano Machado na década de 1980. Ao fundo, já se percebe uma possível alça de retorno para o Anel Rodoviário BR-262. Anos depois, entre essa alça e o córrego Cachoeirinha, que está mais à esquerda, surgiria a então Vila São Miguel/Vietnã.

¹²² Segundo relatado no documento “Diagnóstico Vila São Miguel/Vietnã – Interseções na Avenida Cristiano Machado Linha Verde” (2007, p.10), havia na área que foi ocupada dois imóveis, um pertencente à Prefeitura de Belo Horizonte e utilizado como suporte para a produção de manilhas, na ocasião já desocupado; e outro pertencente a um senhor chamado Miguel, antigo extrator de areia do local - provável motivo do batismo do lugar como Vila São Miguel.

¹²³ Como esse documento será citado várias vezes como referência, optou-se por citá-lo usando a sigla: DVSMV (2007).



FIGURA 11: Foto da Avenida Cristiano Machado em 1984.
Fonte: Relatório de Delimitação da AEIS. Sudcap, 1984. In:
Centro de Documentação e Informação – SIT/URBEL, 2010.

O relato de uma das entrevistadas, quase que por si só, resgata aquele momento tenso e intenso pelo qual provavelmente a Vila São Miguel e várias outras vilas e favelas de Belo Horizonte passaram para se fundar. A entrevistada, que já havia morado em uma outra ocupação chamada popularmente de Beira Linha (local onde hoje está localizada a estação de Metrô São Gabriel), relata assim sua experiência:

Foi assim. O Joel Lucas, que era meu vizinho e mexia, junto com o Padre Pigi, um dia me chamou pra mexer com esse trem de invasão. Eu fui a treze reuniões. Eu disse que tinha medo de mexer com esse trem de invasão, eu nunca fiz isso. Aí ele disse pra mim: “Não...vamos tentar”... Aí eu fui. Fizemos de lona. A prefeitura deu a lona, mas aí veio a chuva e a lona arrebentou....E a polícia junto de nós, com metralhadora virada pra nós... As construções era todas de lonas e a gente passava as noites com fogueiras acesas, porque não podia dormir por causa da polícia, de cobra, do capim colonhão, né.Tinha reunião quase toda terça-feira, e uma vez o Joel Lucas foi preso. A polícia depois de um tempo não incomodava mais. Depois eu comecei a construir um cômodo grande, mas antes, era de madeirite doada lá do bairro Floresta. Aí, depois, a Prefeitura começou a ajudar nós, pois já tava todo mundo cadastrado, e aí começaram a dar lona. Passava uma pessoa de carro, dava as coisa né; sopão à noite! E nós foi ficando, um ano, dois ano. E aí nós vimos que já tava mais ajeitado, cada um ia fazendo um comodozinho, outro comodozinho....Era aquele povão bão demais! Foi até que começou a virar o Vietnã, né...aquela guerra...prendia....mas foi muito bom viu, foi muita luta, mas foi muito bom! (Ex-moradora da Vila São Miguel/Vietnã de 1993 a 2006, 53 anos).

Uma observação interessante feita no DVSMV (2007:) é em relação à tentativa das próprias lideranças comunitárias (Joel Lucas e Padre Pigi) de fazer uma organização territorial no sentido de que não se ocupasse todo o espaço, preservando, assim, ruas ou vias que possibilitassem o bom acesso ao interior da vila.

Para tanto se serviam de um bambu cuja metragem correspondia ao tamanho da área que a cada interessado cabia. Não foi citado em nenhum dos relatos a criação de critérios para a obtenção da área. Intencionava-se com esta tentativa de organização, além de dirimir conflitos, a reserva de áreas para vias de acesso ao interior da vila, mais largas do que as encontradas após alguns anos de consolidação da ocupação. Na medida em que obtinham condições, os moradores aumentavam suas moradias avançando sobre estas vias, estreitando-as e formando os becos característicos do local (p.10).

A foto a seguir (Fig.12) demonstra que a tentativa de se preservarem espaços internos prevendo a construção e consolidação de ruas foi frustrada frente à demanda por mais espaços de moradia.



FIGURA 12: Foto de um dos becos da Vila São Miguel/Vietnã em 2006.
Fonte: DVRS/URBEL/PBH. Acessado em maio de 2010.

Na imagem é possível perceber a estreiteza do beco, fato que marca a realidade não só daquela vila, mas de várias outras. Os becos estreitos dificultam muitas vezes a chegada de socorro imediato em caso de necessidade. Por outro lado, nas vilas em que o tráfico de drogas está presente em seu cotidiano, esse estreitamento culmina por dificultar a ação preventiva e repressiva dos agentes do Estado, no caso, as polícias. Muitos projetos de urbanização de vilas e favelas terminam por inserir a variável segurança (tanto a relativa ao socorro médico, quanto a relativa à ação militar) como fator que respalda análises que consideram “necessário” um processo de remoção de população pobre e favelada.

No aspecto sócio-organizativo, de acordo com o DVSMV (2007), foi criada em 1994 a Associação Comunitária da Vila São Miguel, a qual teve uma existência breve devido à morte de um dos filhos do seu presidente. Ainda segundo o mesmo documento, fez-se, na época, uma especulação em torno dos motivos do crime, que estariam ligados à própria criação da associação, a qual teria “tomado” espaço de outra já existente, a associação da Vila São Paulo, principalmente no que se refere à captação e distribuição de cestas básicas e vestimentas. Depois desses acontecimentos, o relato é de que houve resistência por parte dos moradores em se organizarem dentro daqueles moldes, e somente em 2003 é que um tipo de associativismo¹²⁴ reaparece na Vila São Miguel/Vietnã, possibilitando a reaproximação não só de entidades filantrópicas, assim como de outras instituições como, por exemplo, a PUC, a FIAT e a SLU.

Nesses nove anos de ostracismo organizativo dos moradores, um tipo de segmento se organizou: o do tráfico de drogas. A entrada definitiva do tráfico de drogas na Vila São Miguel/Vietnã coincide com a chegada do *crack* na cidade de Belo Horizonte, por volta de 1997. Avalia-se que o agrupamento de algumas variáveis num mesmo local propiciou não só a entrada, como a implantação do tráfico de drogas e, conseqüentemente, do crime violento, o que levou aquela vila a ser conhecida como Vietnã. Para o DVSMV (2007, p.11), a existência de uma lacuna em termos associativos dos moradores e a localização da vila entre duas vias de acesso (Avenida

¹²⁴ Em 2003 foi criada na Vila Vietnã, por iniciativa dos próprios moradores, uma associação voltada para ações destinadas a atividades esportivas, educação e dança, configurando-se então em moldes diferentes da mal sucedida experiência de antanho. Com o nome oficial de “Centro de Reintegração Sociocultural Nova Vida”, era mais conhecida como “Casa do Novato”, por ter sua sede na residência do jovem idealizador do projeto, de alcunha Novato, porém chamado Anderson (DVSMV, 2007, p.12).

Cristiano Machado e Anel Rodoviário) facilitam não só a chegada da droga, mas também sua distribuição. Da mesma forma, a estrutura interna (becos estreitos) do local, que dificulta a ação policial e auxilia na proteção física dos traficantes, fez da então Vila São Miguel uma referência no comércio de drogas e na violência gerada por essa atividade. Outra consequência do aumento da violência, de acordo com o mesmo documento, foi a interrupção das ações assistenciais àquela população.

De acordo com o PGE (Etapa 2 – Levantamento de Dados, 2001, p.105) que inclui estudos sobre a Vila São Miguel/Vietnã, há dois apontamentos importantes no que se refere ao aspecto sócio-organizativo dos moradores. Segundo o documento, no item *Deficiências* constata-se tanto a “ausência de um nível mínimo de organização comunitária”, como “inexistência de lideranças formais ou informais identificadas na vila”. Entende-se que uma situação praticamente decorre da outra. Esse documento também aponta uma situação classificada como *Potencialidade*, a qual se resumiria somente na “vontade expressa pela população de ser removida do local, o que facilitará o processo de abordagem, remoção, reassentamento e pós-morar”.

Na sequência de fotos (Figuras 13 e 14) é possível ver a inexistência de separação entre o espaço privado das casas e a rua, na Vila São Miguel/Vietnã, e a ligação viária, que facilita o trânsito da droga e dos traficantes.



FIGURA 13: Foto da via usada como retorno para veículos que acessavam uma das pistas do Anel Rodoviário (sentido BH-Vitória). Bem ao lado da via está a Vila São Miguel/Vietnã. (sem data)

Fonte: site: www.favelaeissoai.com.br. Acessado em abril de 2010.



FIGURA 14: Foto do encontro entre os dois retornos de entrada e de saída para a Avenida Cristiano Machado e Anel Rodoviário, em frente à Vila São Miguel/Vietnã.

Fonte: site: www.favelaeissoai.com.br. Acessado em abril de 2010.

Um trecho do DVSMV (2007) retrata com bastante clareza a predominância e a influência do tráfico de drogas naquela área.

Segundo os relatos, a estrutura local e a forma de comercialização das drogas tornaram o tráfico uma situação envolvente, em parte pelo que rende, por ocorrer nas portas das residências e pela utilização dos muros e paredes das casas como esconderijo. Para ilustrar essa situação, há o relato de uma moradora dizendo que no beco onde morava, tem um portão de entrada (para outras dez moradias) que fica constantemente fechado e ganhou o apelido de “portão bomba”, o qual era muito visado pela polícia devido à suspeita de que as casas constantes nesse beco eram usadas pelo tráfico. Segundo ela esse portão só era aberto (inclusive para os técnicos da URBEL) com autorização do tráfico que comanda o local (p.12).

Apesar de a Vila São Miguel/Vietnã representar, para muitos, um lugar em que não havia nada além do tráfico e da violência, o relato de duas ex-moradoras demonstra a convivência entre cotidianos que, apesar de mesclados por ações violentas e pela fragmentação dos mais elementares direitos fundamentais da pessoa humana, ainda permitem um pouco de esperança e alegria.

Olha eu num tenho nem palavras, nossa senhora! Lá era bão demais. Portanto, até a sopa da polícia ia pra nós lá. Se era dia das crianças, eles davam brinquedo os meninos. No natal então! Era peixe pra nós, muita coisa boa que nós ganhava lá. Era cesta básica! Então, lá era divertido e agora acabou tudo! Lá era bão demais coisinha, lá, tudo...os malandros lá era a mesma coisa de ser um filho da gente, um irmão da gente. Tratava a gente bem demais. É assim, vacilô, tem que cobrar o vacilo mesmo. Mas eles dava a mamães dinheiro, as vezes dava carne, cê precisava de ver, mudei de lá na paz com todo mundo (Ex-moradora da Vila São Miguel/Vietnã de 1993 até 2006, 41 anos).

Não tenho nada a reclamar da vizinhança, mas o que menos gostava era das brigas que tinha lá na vila. Eu lembro que a gente fazia excursão para outros lugares, e tinha também um centro social que era muito bom, ajudava a gente. Lá era muito animado, tinha muita ajuda com cesta básica e foi lá o lugar em que eu cresci e tive minha família (Ex-moradora da Vila São Miguel/Vietnã de 1996 até 2006, 21 anos).

O perfil socioeconômico¹²⁵ das famílias residentes na Vila São Miguel/Vietnã em 2005 mostra que 34,76% dos responsáveis pelo domicílio tinham entre 25 e 35 anos, 22,86% tinham entre 36 a 46 anos e 54,76% dos chefes de domicílio eram mulheres. Na questão renda familiar, os índices apresentados na Vila São Miguel/Vietnã são extremamente

¹²⁵ Da mesma forma que se optou por recorrer ao documento Diagnóstico das Vilas (2007) como fonte preferencial de dados sobre o perfil socioeconômico dos moradores das Vilas São Paulo/Modelo e Maria Virgínia, faz-se a mesma opção para os dados da vila São Miguel/Vietnã.

inferiores aos das demais vilas pesquisadas. Segundo os dados, 44,76% dos chefes de domicílio tinham renda inferior a um salário mínimo e 48,09% recebiam entre um e dois salários mínimos. Isso significa que mais de 90% das famílias moradoras da Vila Vietnã, em 2005, tinham que sobreviver com rendas que não chegavam a três salários mínimos, o índice mais baixo em termos de renda média de todas as vilas até então estudadas.

4.1.3 – Vila Carioca: uma vila à parte

A Vila Carioca se localizava na Regional Nordeste de Belo Horizonte, do lado direito da Avenida Cristiano Machado, sentido centro-bairro. Assim como as vilas São Paulo/Modelo e Maria Virgínia, a Vila Carioca também foi se constituindo ao longo da Avenida Cristiano Machado. A vila possuía até o ano de 2005 um total de 239¹²⁶ imóveis (entre moradias e comércios) e 428 habitantes distribuídos em uma área de 10.721 m², de acordo com o levantamento descrito no PRR Linha Verde (2005). Essa vila não foi objeto de estudo conhecido ou divulgado por algum órgão ou instituição.

Outro fato que se agrega à falta de registro oficial de dados socioeconômicos de uma vila que hoje em dia não existe mais, é que, como ela não seria removida em sua totalidade pelo Projeto Linha Verde, não houve, também, qualquer estudo que culminasse em um diagnóstico social, como os realizados em relação às Vilas São Paulo/Modelo, Maria Virgínia e Vietnã.

Como é descrito no PRR Linha Verde (2005), somente 56 imóveis seriam removidos na Vila Carioca. No entanto, depois da remoção desses imóveis e de concluída a obra (abertura da Rua Angaturama esquina com Avenida Cristiano Machado), houve, no final do ano de 2007 e princípio de 2008, duas graves inundações na parte da vila que ainda permanecia no local. O fato de boa parte da Vila Carioca ter sido construída muito próxima ao nível da Avenida Cristiano Machado seria a causa das constantes

¹²⁶ Esse número foi obtido entre a soma de imóveis retirados pelo Projeto Linha Verde e os imóveis removidos após o período chuvoso. O número total de imóveis na Vila Carioca não é mencionado no levantamento descrito pelo PRR Linha Verde (2005), visto que a mesma não seria removida totalmente.

inundações. Esta seria a explicação para o grande número de moradias com um segundo pavimento, que teria não somente a função de acolher o aumento do núcleo familiar, mas também de proteger e fornecer abrigo no caso de inundações. Apesar de esses eventos terem feito parte da vida dos moradores da vila, pelo menos no período de chuvas, houve especulações¹²⁷ de que essa situação teria se agravado depois das obras da Linha Verde, em decorrência das intervenções feitas no leito do córrego, o que estaria causando refluxo durante as chuvas. Houve então uma forte mobilização¹²⁸ por parte dos moradores e de lideranças comunitárias da Vila Carioca, para que o poder público promovesse a remoção do restante da vila, que padecia com as enchentes. Dessa forma, durante o ano de 2008 e parte de 2009, a remoção e o reassentamento do restante dos moradores foram executados pelo poder público municipal, através da URBEL/PBH, e, desta vez, com recursos do próprio município.

As Figuras 15 e 16 mostram a Vila Carioca com seu espaço já modificado em função das remoções pelo Projeto Linha Verde, assim como imagens de imóveis restantes e que foram removidos após o ano de 2007.

¹²⁷ Informações obtidas com ex-funcionário da URBEL que, no ano de 2008, ficou encarregado do acompanhamento social às famílias que seriam removidas da Vila Carioca.

¹²⁸ Requerimento nº 501/08, de 25/06/08, que solicita à Câmara Municipal de Belo Horizonte audiência pública para discutir situação do processo de desapropriação das famílias da Vila São José e Vila Carioca. Disponível em www.cmpbh.gov.br.



FIGURA 15: Foto aérea do restante da Vila Carioca depois das remoções pelo Projeto Linha Verde (sem data).

Fonte: DVRS/URBEL/PBH. Acessado em maio de 2010.

Pela imagem percebe-se o trecho (à direita da foto) onde se localizavam os 56 imóveis que foram retirados para a abertura da Rua Angaturama, que agora possibilita a ligação direta entre a Avenida Cristiano Machado e o bairro São Paulo. Ressalta-se, entretanto, que, antes das intervenções do Projeto Linha Verde, essa ligação entre Avenida Cristiano Machado e bairro São Paulo era feita pela Rua Angola (à esquerda da foto), utilizada até 2005.



FIGURA 16: Vista parcial da Vila Carioca após o término do Projeto Linha Verde. Esses imóveis foram removidos depois de 2007 por pressões da comunidade em função das constantes inundações da área (sem data).

Fonte: DVRS/URBEL-PBH. Acessado em maio de 2010.

Observe-se a casa de dois andares mais ao fundo, uma moradia típica da antiga vila, cujo segundo pavimento possibilitava abrigo em caso de inundações. É possível ver na foto como a Vila Carioca foi se constituindo bem ao nível da Avenida Cristiano Machado.

4.2 - Projeto Linha Verde: o discurso deslocado da realidade ou uma realidade consensuada através do discurso?

4.2.1 A remoção de cinco vilas: aspectos de um processo contraditório entre o discurso democrático e a participação orientada

Para que as obras referentes à construção de um viaduto na interseção da Avenida Cristiano Machado com a BR-262 fossem realizadas, foi firmado um convênio entre Governo do Estado de Minas Gerais e URBEL/PBH (Companhia Urbanizadora de Belo

Horizonte), de modo que esta elaborasse um Plano de Remoção e Reassentamento (PRR) como forma de atender à condicionante nº 5 da Licença Prévia nº. 1026/05¹²⁹, já que as cinco vilas que seriam retiradas se localizavam em áreas de ZEIS (Zona de Especial Interesse Social), que são de responsabilidade da URBEL.

O segundo objetivo do PRR, visto que o primeiro era a de atender à condicionante ambiental, é entendido como a tentativa de se elaborar um documento conjunto, pactuado entre poder público e comunidade a ser removida, no sentido de dar um direcionamento para as ações de remoção e reassentamento. Segundo o documento (PRR-URBEL/PBH, 2005, p.11), a gestão compartilhada entre poder público e população sobre uma determinada questão é a tentativa de estabelecer “um vínculo ideal da co-responsabilidade”, entendida como a possibilidade de os indivíduos se sentirem realmente envolvidos nos problemas e soluções, percebendo sua participação como essencial.

O que aconteceu, no entanto, foi que a maior parte desse documento já estava pronta quando do início da participação orientada da comunidade das vilas a serem removidas. Denomina-se *participação orientada* aquela participação em que os cidadãos são convidados por qualquer esfera do poder público a se reunirem com ele, por intermédio de seus representantes, para discutir e sugerir caminhos a serem traçados para projetos cuja concepção já está posta. Esses projetos geralmente interferem de forma generalizada na vida de determinadas parcelas da sociedade. Essa participação é considerada “orientada” porque é uma participação dirigida, direcionada para o cumprimento de um propósito almejado pelo próprio poder público, já nos primeiros momentos de discussão, não havendo muito espaço, durante as discussões, para que a população possa alterar o eixo determinante do projeto. Corrobora a tese de que o documento PRR-URBEL/PBH (2005) já estaria pronto na sua íntegra, sem a participação da comunidade em sua elaboração, o fato de ter havido uma única audiência para tratar do assunto das desapropriações e remoções, realizada entre os dias 7 e 20 de julho de 2005, sendo que a entrega do referido documento ocorreu em setembro daquele ano.

¹²⁹ Apresentar Plano de Remoção e Reassentamento para o empreendimento junto à URBEL definindo metodologia, ações e responsabilidades, além de prever equipe técnica específica, dotada de infraestrutura para condução dos trabalhos (PRR-URBEL/PBH, 2005, p.07).

De acordo com o Relatório de Reunião¹³⁰ nº12 - Reuniões para nivelar informações sobre o Projeto Linha Verde -, realizada no dia 17 de agosto de 2005, a URBEL informa, entre outras questões que “o Plano de Remoções será construído em parceria com a comunidade e contemplará todas as necessidades da comunidade”. Mas, na mesma reunião, informa também sobre as opções de reassentamento (edificações; compra de casas e indenizações), já decididas pelo poder público, e anuncia ainda que os trabalhos de identificação dos imóveis (através de um número), assim como os procedimentos para avaliação física das habitações seriam iniciados na semana seguinte. Esse tipo de agenda de trabalho vai de encontro à proposta inicial de se construir o PRR em parceria com a comunidade a ser removida. Ou seja, é muito pouco provável que as reuniões realizadas durante o mês de agosto de 2005¹³¹ com uma comissão de moradores das cinco vilas tenham conseguido convergir para a confecção de um documento amplo, bem elaborado, no qual, além da metodologia para o trabalho social, deveria também haver diagnósticos, aspectos sociais e comunitários das vilas, assim como diretrizes para remoção e reassentamento das famílias atingidas. Importante grifar que nenhuma família entrevistada se lembra de ter participado de reuniões específicas para tratar da elaboração do PRR, ou conhece alguém que o tenha, como ilustram os dois depoimentos transcritos mais abaixo.

Entretanto, a comunidade, liderada pelo Padre Pigi, se organizou para reivindicar um valor maior para as indenizações.¹³² Exemplo é o texto transcrito do original¹³³, em que Padre Pigi chama a comunidade a participar:

¹³⁰ Material intitulado como ANEXOS (1,2,3,4,5) – LINHA VERDE, encontrado nos arquivos da DVRS/URBEL-PBH em 2009.

¹³¹ As listas de presença das reuniões, juntas, somaram 212 participantes distribuídos ao longo de quatro reuniões.

¹³² O referido Padre encaminhou também uma carta ao então Governador do Estado de Minas Gerais (em anexo) Aécio Neves solicitando que ele lesse um documento, produzido pela Avalipresse – Engenharia de Avaliações e Perícias, contratada pela Mitra Arquidiocesana de Belo Horizonte em 2005, e que continha parecer técnico indicando, em síntese, que só era possível reassentar as famílias removidas em áreas próximas, pelo valor de R\$ 56.800,97 (cinquenta e seis mil e oitocentos reais e noventa e sete centavos).

¹³³ O original consta nos Anexos.

CHEGAMOS AO FIM DA NOVELA DA LINHA VERDE

A URBEL já disse que as famílias cujas casas valem menos de 12.500 R\$ vão receber 12.500 R\$ ou se acharem uma casa pronta no valor de até R\$17.000, a URBEL vai comprar para eles.

Quem tem casa de valor maior que 17.000 R\$, vai receber o valor avaliado em dinheiro.

Se você concordar com isso, muito bem.

Se você não concordar com isso, e quiser batalhar para um valor melhor, vai ter UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA NA CAMARA DOS VEREADORES - Avenida dos Andradas na Santa Efigênia – quinta-feira dia 15, às 10 horas da manhã. Leve o máximo de colegas, com faixas e cartazes. Vamos exigir que as famílias mais pobres não sejam obrigadas a se tornarem mendigos na rua ou debaixo das pontes, mas possam encontrar a sua moradia digna na região.

VAMOS EXIGIR UM MINÍMO DE R\$ / 34.000/

Pela Comissão: PE. Pigi

Tanto nesta carta convite, quanto no depoimento de uma moradora que vem a seguir, a insatisfação diante do Projeto Linha Verde se dá muito mais em torno do valor das indenizações do que, por exemplo, sobre a real necessidade das obras e a consequente remoção daquelas comunidades. Segundo uma ex-moradora da Vila São Miguel/Vietnã, de 53 anos, pensionista:

Tanto o Padre Pigi, quanto o pessoal da URBEL chamava a gente pra reuniões. Antes as reuniões era com o Padre Pigi, que falava que cada família tinha que ter uma casa com 2 ou 3 quartos. Mas a URBEL não aceitou. Ele (o Padre Pigi) ganhou muito xingo. Ele dizia pra gente não aceitar proposta de não a de 3 quartos.

A partir do final de 2005 – depois de encerradas as etapas de selagem, cadastro e avaliação física dos imóveis a serem retirados –, o que ocorreu foi um intenso processo de negociação com as famílias. Vale registrar, também, que houve um grande esforço por parte dos comerciantes para que fosse avaliado, além de suas benfeitorias, o chamado lucro cessante¹³⁴. No entanto, apesar de pesquisa realizada por técnicos da própria da URBEL para se avaliar tal possibilidade, essa última avaliação foi vetada por parte do Governo do Estado, financiador do empreendimento.

¹³⁴ Ganho razoável que alguém deixou de obter sobre a coisa a que tinha direito, por culpa ou inexecução de obrigação de outrem. Privação de um lucro ou interesse previsto. Disponível em: www.jusbrasil.com.br

De acordo com dados dos Relatórios da Divisão de Remoção e Reassentamentos (DVRS) da URBEL, durante o ano de 2006 foram realizadas 828 remoções e pagamentos, e, no ano de 2007, houve um número bastante inferior, 146, como mostra a Tabela 5:

Tabela 5

Pagamentos realizados pelo Projeto Linha Verde em 2006 e 2007 por modalidade de reassentamento¹³⁵

Ano	Indenização¹³⁶	Reassentamento Monitorado¹³⁷	Auxílio Financeiro¹³⁸	Total
2006	239(28,9%)	355(42,9%)	234(28,3%)	828
2007	46(31,5%)	62(42,5%)	38(26%)	146
	285	417	272	974

Fonte: Elaborado a partir dos Relatórios da Divisão de Remoção e Reassentamentos, URBEL, 2010.

O número de famílias, tanto em 2006 (28,3%), quanto em 2007 (26%), que optaram por receber o valor de avaliação da benfeitoria (menos de R\$17 mil na época) é muito significativo. Dado o reduzido valor pago pelas benfeitorias, há uma alta probabilidade de retorno a áreas de risco ou áreas passíveis de remoção futura.

A distribuição percentual entre as três modalidades de pagamento realizadas em 2006 se manteve praticamente a mesma em 2007, respectivamente, 28,9% e 31,5% para indenização; 42,9% e 42,5% para reassentamento e 28,3% e 26% para auxílio financeiro. Em síntese, o Projeto Linha Verde removeu 974 imóveis (entre moradias, estabelecimentos comerciais e domicílios de uso misto) das cinco vilas em dois anos.

¹³⁵ É comum encontrar nos documentos, como no PRR Linha Verde e Relatórios da DVRS, a expressão “modalidade de reassentamento” como classificação geral para qualquer das opções de pagamento que a família faça, sendo que, na verdade, somente quando a escolha é pela categoria reassentamento monitorado ou unidade habitacional é possível afirmar quando e onde a família foi recolocada. Nas outras opções, não se consegue ter informação do destino da família, pois não há um monitoramento ou acompanhamento do novo local de moradia.

¹³⁶ São pagamentos realizados pela Sudicap (Superintendência de Desenvolvimento da Capital) nos casos em que o valor de avaliação do imóvel ficava acima de R\$17 mil, ou em caso de imóveis de uso diverso ou comercial.

¹³⁷ O pagamento pela modalidade de reassentamento monitorado ocorre quando o processo de aquisição de outro imóvel pela família é monitorado por técnicos (da área física e social), com complementação de recursos por parte da URBEL. No caso poderia haver o complemento até R\$17 mil reais.

¹³⁸ O pagamento pela modalidade auxílio financeiro é feito pela URBEL, quando a família recebe o valor de avaliação do imóvel a ser removido.

Outras oito famílias que, na época do projeto, fizeram opção por morar em unidades habitacionais (apartamentos), a serem construídas em áreas próximas do trecho removido, ainda aguardam, em casas alugadas pelo Programa Bolsa Moradia, por uma definição do poder público. A construção de apartamentos não teria sido viabilizada pelo reduzido número de adesões.

4.2.2 Pesquisa sobre o índice de satisfação dos removidos com o Projeto Linha Verde: desdobramentos de uma política de reassentamento

Em meados de 2007, a URBEL realizou uma pesquisa com parte das famílias removidas e reassentadas pelo Projeto Linha Verde, com o intuito de verificar o índice de satisfação dessas com o projeto e, conseqüentemente, com suas novas moradias. A equipe técnica na época procedeu a três tipos de recortes para delimitar o universo de famílias a serem pesquisadas. O primeiro recorte foi em relação ao da modalidade de reassentamento. Optou-se por pesquisar as famílias de reassentamento monitorado, uma vez que a URBEL, responsável pelas remoções, só registrava o endereço da nova moradia da família removida se esta tivesse sido enquadrada nos critérios para a modalidade de reassentamento monitorado. Tal recorte excluía 66% das famílias removidas dentro da própria modalidade definidora. O segundo recorte se deu por áreas e regiões, dentro da cidade de Belo Horizonte e RMBH, para as quais houve maior migração de famílias da modalidade considerada.

De um universo de 417 famílias efetivamente reassentadas e monitoradas, distribuídas por toda a RMBH, a pesquisa da URBEL abrangeu 66% das famílias removidas para duas regiões administrativas de Belo Horizonte – Norte e Nordeste - e três outros municípios da RMBH, totalizando 278. Dentro das áreas escolhidas houve ainda um terceiro recorte: foram selecionados os bairros¹³⁹ de Belo Horizonte e os municípios¹⁴⁰ da RMBH que receberam os maiores contingentes de famílias removidas. Segundo

¹³⁹ Bairros da região Norte de Belo Horizonte escolhidos pela pesquisa: Conjunto Jardim Felicidade, Primeiro de Maio, Tupi e Aarão Reis. Na região Nordeste os bairros foram: São Paulo, Jardim Vitória, Ribeiro de Abreu e Paulo VI. (URBEL-PBH. *Relatório Final do Projeto Pós-Morar – Interseções na Avenida Cristiano Machado – Linha Verde*. Belo Horizonte. 2007, p. 07. (VERSÃO PRELIMINAR)

informações do Relatório Final do Projeto Pós-Morar (2007), a pesquisa seria aplicada então, em uma amostra de 129 famílias. No entanto, problemas em se conseguir localizar os moradores que haviam sido selecionados pela amostra fizeram com que a equipe técnica substituísse os não encontrados, como é explicado no trecho abaixo:

Ao começarmos a aplicação dos questionários nos deparamos com a situação na qual grande parte dos sorteados já não estavam morando no local adquirido pelo Projeto Linha Verde ou não foram encontrados após várias visitas. [...] Diante do fato de não ter encontrado o número de reassentados proposto para a amostra, optamos por substituir os não encontrados, até conseguirmos o total pretendido inicialmente.”
(*Relatório Final do Projeto Pós-Morar – Intervenções na Avenida Cristiano Machado – Linha Verde - PBH/URBEL, 2007, p.11-14*).

Dessa forma, a pesquisa que objetivava apurar o índice de satisfação das famílias removidas e reassentadas pelo Projeto Linha Verde conseguiu identificar respostas de 99 das 129 famílias escolhidas. Há então dois problemas: o primeiro, de ordem metodológica, e o segundo, as implicações das falhas do primeiro. O fato de o próprio Relatório não mencionar os critérios definidores para a substituição dos moradores não encontrados, se sorteio ou amostra aleatória, significa que não houve probabilidades iguais de todos do universo serem contemplados na amostra final. Entende-se que os 99 casos pesquisados (famílias entrevistadas) não atingiram o grau de confiabilidade¹⁴¹ necessário para que essa amostra fosse representativa. Ou seja, um problema metodológico inicial na definição da amostra, que deveria ser de 164 casos e não 129, e, conseqüentemente, a não explicitação do procedimento pelo qual houve as substituições, resultou em dados pouco confiáveis do ponto de vista estatístico.

Apesar de os resultados poderem ser questionados por sua insuficiência metodológica, é preocupante a possibilidade de que uma parcela significativa de moradores que foram removidos e reassentados pelo Projeto Linha Verde há menos de dois anos (data da pesquisa) tenha se mudado ou nunca chegou a comprar¹⁴² a casa por meio do reassentamento monitorado.

¹⁴⁰ Na Região Metropolitana as cidades que tiveram maior número de imigrantes do projeto foram: Vespasiano, Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Contagem.

¹⁴¹ Grau de confiabilidade de 95% e margem de erro de 5%.

¹⁴² Aqui cabe um esclarecimento. Como a autora da dissertação fez parte da equipe de técnicos sociais do Projeto Linha Verde que aplicou os questionários nas famílias reassentadas, pôde verificar que, ao se chegar num determinado endereço, no qual a família estaria morando, um vizinho ou até mesmo o morador da casa respondia que aquelas pessoas por quem procurávamos nunca haviam estado ali. Portanto, tudo indica que, apesar do monitoramento feito pela URBEL na aquisição da moradia, havia

Há nisto certa semelhança com o que Valladares (1978, p.17) identifica em relação aos conjuntos habitacionais construídos para os favelados removidos dos morros cariocas: tais conjuntos “representavam uma área de passagem, uma área de trânsito”, sendo abandonados mais tarde, e seus moradores retornavam às favelas. Muitas das casas adquiridas pelo Projeto Linha Verde podem também ter servido somente como uma saída temporária diante de uma situação de remoção imposta. Ou seja, mesmo com toda a metodologia de remoção e reassentamento executada já há alguns anos pela URBEL/PBH, por meio do PROAS (Programa de Reassentamento de Famílias removidas em decorrência de execução de obras públicas), que prevê, entre outras coisas, a participação do removido na escolha do imóvel a ser adquirido – supondo-se que, se a família escolhe, é porque tem intenção de permanecer no local -, a fixação de população em novas moradias não tem alcançado o resultado esperado.

Na verdade, pode-se inferir que vários são os motivos que poderiam ter levado essas famílias a se mudarem tão precocemente¹⁴³ do local escolhido por elas mesmas. Talvez o motivo menos aparente, mas um dos que merecem atenção, seja aquele relacionado com a forma e as circunstâncias para a escolha do novo local de moradia. Ou seja, apesar de ser dado à família o direito de escolha da nova moradia, e não simplesmente esta ser “empurrada” para qualquer lugar distante, como se fazia até meados de 1980, ao que tudo indica essa possibilidade não produz uma relação direta de apropriação ou desejo real de permanecer no novo lugar. O fato é que não foi uma escolha deliberada da família deixar sua casa de origem e escolher outra, mas, sim, a determinação de um decreto, não restando a ela qualquer opção senão aceitar. Isto quer dizer que é muito pouco provável que uma família que é submetida a um processo de remoção e tem sua vida, suas relações econômicas e sociais remexidas e alteradas, caminhe para a escolha da nova moradia como se isso fosse a materialização do sonho da casa própria. Há ainda outras considerações importantes sobre as dificuldades reais enfrentadas por algumas famílias removidas pelo Projeto Linha Verde – apresentadas em estudo anterior (LOPES, 2008) -, que podem contribuir para explicar a saída da família reassentada da nova moradia. Ao analisar os resultados da pesquisa sobre o índice de satisfação dos

formas de se burlar o processo, fazendo com que o poder público pagasse por uma casa que não seria habitada por aquela família removida.

¹⁴³ Acredita-se que o tempo de dois anos é um período de curta permanência num imóvel, quando se leva em consideração, por exemplo, que grande parte dos moradores de vilas e favelas não consegue ter renda

reassentados realizada pela URBEL, foi possível tecer considerações acerca das consequências econômicas e até mesmo das dificuldades no restabelecimento dos vínculos sociais e comunitários para as famílias removidas, como mostram as passagens do estudo a seguir destacadas:

[...] Quanto ao indicador mudança ou não da situação ocupacional, apesar de somente 24% dos entrevistados ter relatado que sim, sua situação sofreu alteração, não podemos diminuir a importância da mesma, principalmente por que pelo menos 15% das alterações estão relacionadas à não adaptação do morador ao novo local de moradia; mesmo após quase um ano de reassentamento. Aqui fica demonstrado, que está havendo uma dificuldade por parte da família reassentada em reorganizar e ampliar sua vida social e comunitária.

[...] No momento em que sinalizo a importância de se discutir a dificuldade ou não com o pagamento de taxas, essa temática na verdade perpassa no mínimo por três dimensões; a do enfrentamento de uma nova realidade, que é a da “vida dentro da formalidade”; a dimensão do planejamento financeiro, ou melhor, dizendo, da falta de recursos financeiros para arcar com as contas e, finalmente, com a possibilidade de retorno para áreas degradadas ou de risco, por não conseguirem superar essas duas situações (LOPES, 2008, p.41).

O estudo resgata a fala¹⁴⁴ de duas famílias pesquisadas, que mostram a importância da solidariedade econômica entre os moradores da vila e que os laços comunitários desfeitos não se reconstróem facilmente.

Por dois dias eu não tinha feijão e nem gás, e não conhecia ninguém aqui que eu pudesse pedir emprestado; se fosse na Vila, rapidinho eu arrumava. (Ex-moradora da Vila São Miguel/Vietnã. Mora hoje (2007) no Conjunto Jardim Felicidade, região Norte de Belo Horizonte).

Eu até hoje ainda faço algumas compras nos supermercados lá da Avenida Cristiano Machado. (Ex-moradora da Vila Maria Virgínia. Mora hoje (2007) no Conjunto Jardim Felicidade, região Norte de Belo Horizonte).

Importante frisar que as vilas e, conseqüentemente, sua população foram alvo de ações filantrópicas, as quais se perderam após o processo de remoção. Essa é uma questão que pode ter interferido, e muito, no pós-reassentamento, como rompimento de um suporte econômico, mas, às vezes, também emocional.

ou reserva suficiente para se mudar de suas casas quando bem o desejarem. Afinal, a valorização de imóveis atinge inclusive as áreas de vilas e favelas.

¹⁴⁴ A primeira fala é mencionada no estudo monográfico realizado por Lopes (2008, p.05). Mas a segunda fala advém das anotações de seu diário de campo, que a autora preenchia após a aplicação do questionário nas famílias reassentadas.

Ainda na perspectiva de avaliação da pesquisa sobre o índice de satisfação das famílias removidas pelo Projeto Linha Verde, foi possível observar uma melhora na qualidade de vida dos pesquisados, nos termos das respostas apresentadas na análise dos questionários. No entanto,

Quando tentamos perceber nas respostas apresentadas pelas famílias pesquisadas, o que seria para elas uma melhora ou não da sua qualidade de vida após o reassentamento, verificamos que medir essa variável não é simples, pois a mesma é composta por outros indicadores, como por exemplo, todo o grupo de vantagens relatadas pelas famílias no novo local de moradia. Nesse sentido, concluímos que em razão de 54 famílias terem respondido que encontraram algum tipo de vantagem (morar perto de equipamentos sociais, o comércio ser satisfatório, ter linhas de ônibus que atendem sua demanda, lugar tranquilo, boa relação com a vizinhança) no novo local de moradia, entende-se que houve sim para elas, uma melhora em termos de qualidade de vida. No entanto, é importante ressaltar que se para os outros 45 entrevistados as desvantagens encontradas também se relacionam com o que podemos chamar de questões de infra-estrutura urbana e social (poucas linhas de ônibus, comércio distante e caro, pior qualidade no Centro de Saúde, maior índice de violência, baixa qualidade das escolas, relação ruim com a vizinhança atual), as mesmas citadas pelas 54, esse fato merece atenção dos órgãos responsáveis pelas políticas de acompanhamento no pós reassentamento (LOPES, 2008, p.43-44).

Por fim, um último aspecto até agora não abordado diz respeito ao sentido do fluxo migratório dos removidos pelo Projeto Linha Verde, o qual serviu inclusive de recorte para a pesquisa sobre o índice de satisfação dos reassentados. Como aponta o Gráfico 1 a seguir (Migração por Região), muitas famílias, em meio às opções de bairros e regiões para “escolher” uma nova moradia, “optaram” por áreas não muito próximas ao seu local de origem - como, por exemplo, outros municípios da região metropolitana de Belo Horizonte (23,30%). Isto pode ser considerado como um movimento tendencial de um *desfavelamento de novo tipo* e um favelamento da periferia. O que caracteriza esse movimento institucional que aqui designo como *desfavelamento de novo tipo* é a materialização, nos dias atuais, de projetos ou programas públicos que, rebuscados pela retórica da urbanização planejada e participativa, promovem a contínua retirada das favelas (ou de partes delas) do lugar onde estavam, transformando aquele local num espaço revitalizado e mais atraente para o mercado imobiliário. Isso porque tal prática - *desfavelamento* - é incorporada pelas gestões municipais e estaduais como forma de se planejarem e se estruturarem parcelas do espaço urbano (no caso as favelas), em função da realização de grandes obras viárias. Atribui-se a essa prática o caráter de ser *de novo tipo*, pois vem acontecendo após os anos de 1990 em Belo Horizonte, associada a

projetos estruturantes que têm agora o componente da participação popular (mesmo que *orientada*) como ingrediente ao qual se atribui novidade no exercício da democratização da gestão das cidades.

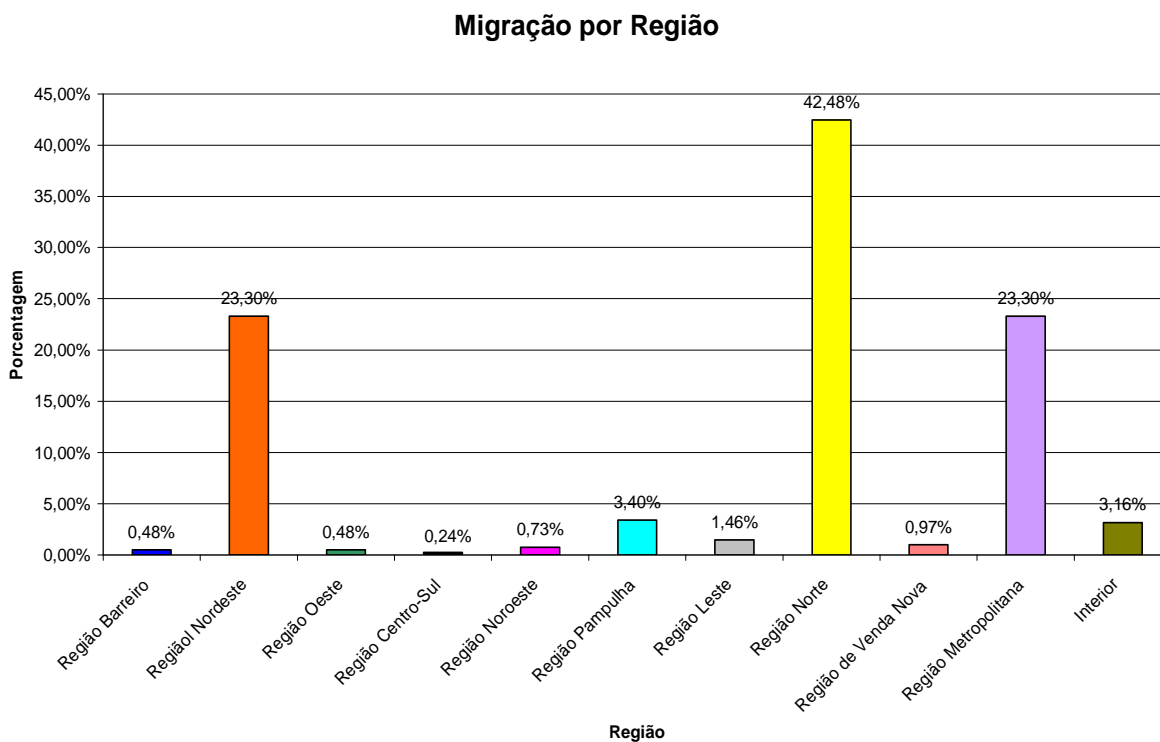


GRÁFICO 1: Porcentagem de famílias da modalidade reassentamento monitorado por região escolhida.
Fonte: URBEL/PBH. *Relatório Final do Projeto Pós-Morar – Interseções na Avenida Cristiano Machado – Linha Verde*. Belo Horizonte. 2007, p.07 (**VERSÃO PRELIMINAR**).

Como fica evidenciado no gráfico, mais de 23% das famílias foram reassentadas em bairros de outros municípios da RMBH, nos quais é provável que a infraestrutura urbana e social e de serviços esteja bem aquém daquela dos locais da moradia de origem. Outras considerações são necessárias, visto que, não só na execução de projetos de intervenção viária, mas também na implementação de programas municipais e federais de urbanização de vilas e favelas, o deslocamento da população removida para áreas mais distantes e carentes de serviços de infraestrutura se transformou numa constante.

As discussões que afloram a cada processo de remoção de população - seja em torno dos valores que não são suficientes para a compra de outra moradia na mesma região; seja em relação ao aumento da especulação imobiliária nas regiões próximas às

intervenções, ou até mesmo quanto à acomodação das comunidades, que não buscam os direitos de usucapião -, têm marcado a prática institucional de contínuo desfavelamento da cidade de Belo Horizonte, uma situação que tem sido motivo de inquietação e de questionamentos. Ao ler trechos do documento “Manifesto contra o Programa Vila-Viva”¹⁴⁵ (2008), que repudia as obras de caráter estruturante em vilas e favelas de Belo Horizonte, um “programa de desfavelização forçada, claramente voltado para a lógica da exclusão urbana”, percebem-se também outras nuances importantes que corroboram a ideia aqui sustentada de um movimento contínuo de *desfavelamento de novo tipo* na cidade de Belo Horizonte:

[...] A verdade é que o esgotamento das áreas edificáveis nas regiões mais valorizadas da cidade chamou a atenção do capital imobiliário para as vilas e favelas, tidas, até então, como capital morto.

[...] A mega-intervenção geralmente inclui a construção de uma grande avenida que divide a vila atingida ao meio, acelerando direta e indiretamente o processo de expulsão das famílias pobres das áreas afetadas.

[...] Como a maioria dos moradores e moradoras das vilas atingidas não possui título de propriedade de seus imóveis, geralmente fruto de ocupação, o cálculo das indenizações por desapropriação não leva em consideração o preço do lote, mas apenas as benfeitorias realizadas no imóvel. Assim, as indenizações sempre ficam aquém do valor real, o que não permite à família indenizada comprar uma nova moradia na região.

O alerta passa, primeiramente, por identificar o movimento do poder público, no sentido de imprimir em partes do espaço urbano de Belo Horizonte - no caso as favelas, antes dadas como capital imobiliário morto ou sem atrativos - a chamada revitalização, o que resulta em possíveis favorecimentos ao mercado imobiliário por meio da valorização da terra. Uma segunda preocupação diz respeito aos baixos valores indenizatórios recebidos pelas famílias removidas, não permitindo à maioria delas adquirir outra moradia na região. Uma das possibilidades de enfrentamento da questão da especulação imobiliária dentro do mercado informal, em áreas que serão removidas, seria a busca pelo usucapião administrativo¹⁴⁶, quando se tratar de terreno particular, ou a titulação dos imóveis passíveis de serem regularizados, o que resultaria num maior valor agregado nos casos de indenização.

¹⁴⁵ Documento completo no site: www.midiaindependente.org/pt/blue/2008/10/429697.shtml.

¹⁴⁶ Ver Lei federal nº 11.977, de 2009, a mesma lei do Programa Minha Casa, Minha Vida.

O “Manifesto contra o Programa Vila-Viva” alerta também para as consequências do Projeto Linha Verde, que estaria levando à favelização da periferia da RMBH.

[...] Assim, sejam eles indenizados, reassentados nos apartamentos, ou mesmo aqueles que permanecem na vila, a tendência é que os moradores das favelas afetadas inchem o déficit habitacional ou protagonizem novos assentamentos "clandestinos", porém em áreas mais periféricas, desprovidas de equipamentos e serviços, longe do local de trabalho, longe dos olhos das elites. Esta é a lógica perversa da segregação sócio-espacial realimentada pela política pública da Prefeitura de Belo Horizonte. As elites buscam resolver os problemas urbanos a seu modo, lançando mão de medidas incapazes de impedir que esses problemas se renovem. Os moradores removidos da Vila São José ou do Taquaril continuarão vivendo precariamente, provavelmente de aluguel e não mais em Belo Horizonte, mas em algum município da região metropolitana, como Ribeirão das Neves, Vespasiano ou Santa Luzia. Afinal, a Prefeitura prioriza as obras, mas nunca o reassentamento das famílias removidas.

É crucial a desmistificação do que se considera favelização da periferia da RMBH, para que não haja o entendimento ou a ideia de que famílias moradoras de vilas e favelas removidas levariam consigo, para qualquer outro local de moradia, todos os estigmas concernentes ao lugar favela. A definição de um processo de favelização não está ligada de forma alguma ao modo de vida, hábitos e cotidianos de uma determinada população. Ao contrário, como já havia sido alertado por Valladares (1978), quando analisa o “insistente” crescimento das favelas no Rio de Janeiro depois de cada processo de remoção:

A favela não é simplesmente resultante de uma crise habitacional no contexto de um processo de urbanização acelerado. Não se trata apenas de uma questão de déficit de moradia ou de incapacidade do mercado imobiliário (setores público e privado) de produzir habitações populares em ritmo capaz de atender a uma demanda crescente. A favela resulta, sobretudo, da exploração da força de trabalho em uma sociedade estratificada, onde as desigualdades tendem a se perpetuar e o processo de acumulação de capital é cada vez maior. Resulta ainda de uma situação onde o uso do solo é cada vez mais determinado pelo seu valor, e onde o controle do espaço urbano é exercido pelas ou em nome das camadas dominantes” (p.44).

Da mesma forma, o processo de favelização da periferia da RMBH é entendido primeiramente como uma das consequências do fenômeno de remoções de populações, que imprimirá no espaço urbano daquela região uma contínua desigualdade estrutural, assim como o agravamento de uma situação já posta de exclusão socioespacial.

4.3 A percepção das remoções feitas pelo Projeto Linha Verde por famílias removidas: a lógica de uma cidade não vivida sobreposta a uma vida real

A pesquisa de campo (entrevistas) pretendeu estabelecer umnexo explicativo entre visão de cidade (no caso, Belo Horizonte), processo de remoção pelo Projeto Linha Verde e vida pós-reassentamento, por meio da percepção de famílias removidas, de modo a verificar as representações que legitimam e/ou interrogam essa política, aqui considerada como um *desfavelamento de novo tipo*.

Para isso, partiu-se de algumas concepções elaboradas durante a escrita da dissertação, que consistiam na formação e perpetuação de espaços excludentes na cidade de Belo Horizonte, assim como na “naturalização” do fenômeno de remoções, o qual reforça a exclusão territorial por meio, inclusive, da estigmatização do lugar. Procurou-se também identificar o contexto no qual a participação das famílias removidas foi requerida como forma de referendar o projeto de intervenção.

Caldeira (1984, p.144) define a entrevista como um processo que promove “uma articulação dos elementos encontrados, uma ordenação original de coisas velhas, de pedaços de imagens, experiências e opiniões [...] que a memória guardou”. Foi nesse sentido que se tentou organizar, por meio das falas das entrevistadas, elementos do conhecimento e da memória, de modo que, mesmo que a interpretação dada fosse de “segunda ou terceira mão”, tais elementos fossem reconstruídos de uma forma coerente.

4.3.1 Notas sobre a metodologia de pesquisa de campo

Uma questão difícil enfrentada no decorrer da pesquisa de campo: a relativa proximidade da autora com o que foi seu objeto de trabalho durante dois anos. Entretanto, se tal proximidade não existisse, talvez este trabalho nem tivesse sido feito. Com certeza, é um desafio para qualquer pesquisador ter que se reaproximar de indivíduos com os quais se manteve, por vários meses, uma relação intermediada por instituições, exercendo o papel de executora do processo de remoção. Voltar depois de

alguns anos e restabelecer o diálogo, mesmo que só o necessário para o bom andamento de uma entrevista, é angustiante, mas, ao mesmo tempo, provocador.

Era importante manter, ao mesmo tempo, certo distanciamento daquele papel técnico exercido durante a execução do Projeto Linha Verde e fazer com que o entrevistado entendesse que foi justamente por estar lá que sua história de vida e suas percepções se tornaram importantes para um trabalho científico.

Segundo Haguette (2003), quando se pretende investigar fenômenos sociais, descobrir o “sentido” que as coisas têm para a ação humana, algumas técnicas baseadas em métodos qualitativos, como a observação participante, a entrevista e a história de vida, se mostram mais apropriadas para um estudo empírico. No caso dos indivíduos pesquisados, a opção foi pela técnica da entrevista dirigida¹⁴⁷ ou semi-estruturada, entendendo que era necessário dar “voz” aos pensamentos, racionalizações, sentimentos, inquietudes e representações daqueles que, ao ver desta pesquisa, foram e continuam sendo submetidos a um fenômeno muito presente na construção das sociedades urbanas, que é a remoção e o reassentamento de populações pobres.

Para a realização da pesquisa de campo foram necessários recortes, tanto do público a ser entrevistado, quanto do espaço geográfico. Foram entrevistadas 10 famílias removidas e reassentadas dentro de uma das modalidades de reassentamento, denominada “reassentamento monitorado”. De acordo com essa modalidade, as famílias não só puderam “escolher” a nova moradia, mas também tiveram a anuência do poder público, baseado em alguns critérios, para tal decisão. Mas não poderia ser qualquer família dentro dessa modalidade. Optou-se então por escolhê-las relacionando a distância da nova moradia em relação ao local da antiga casa, as vilas. Dessa forma, como o recorte primeiro foi em relação ao trecho do Projeto Linha Verde, a segunda escolha centrou-se no grupo de famílias que conseguiram comprar uma nova moradia nas imediações das vilas que foram removidas; focando, assim, nos bairros Primeiro de Maio e São Paulo.

¹⁴⁷ Segundo RICHARDSON, (1999, p.163) a entrevista dirigida “desenvolve-se a partir de perguntas precisas, pré-formuladas e com uma ordem preestabelecida. O entrevistador dirige o processo evitando qualquer “desvio” do entrevistado”.

Abaixo seguem duas figuras que ilustram e visualizam as escolhas feitas. Através da visualização projetada pelo programa Google Earth, é nítida a pequena distância entre o local (áreas hachuradas) onde se localizavam as três vilas removidas totalmente - Vila São Paulo, Vila Vietnã e Vila Maria Virgínia - e as atuais residências das entrevistadas. Ressalta-se que o local é um emaranhado de vias (Avenida Cristiano Machado com Anel Rodoviário) que se cruzam e se interpõem, não existindo, à época da foto aérea, nenhum rastro de vegetação no espaço que sobrou.



FIGURA 17 - Localização das famílias entrevistadas residentes no bairro São Paulo, Belo Horizonte – MG.

Fonte: Elaboração da própria autora a partir da inserção da localização das casas no Programa Google Earth.



FIGURA 18 - Localização das famílias entrevistadas residentes no bairro Primeiro de Maio, Belo Horizonte-MG.

Fonte: Elaboração da própria autora a partir da inserção da localização das casas no Programa Google Earth.

A pesquisa de campo começou no mês de fevereiro de 2010, por meio de contato telefônico com uma ex-moradora da Vila São Paulo, que hoje reside no Bairro Primeiro de Maio, região Nordeste de Belo Horizonte, e foi concluída no dia 20 de março de 2010. Essa moradora ¹⁴⁸ se mostrou sempre muito solícita. Imaginei que, devido a essa sua disponibilidade para falar, conseguiria não só ter informações sobre as outras famílias que constavam na minha lista, mas também circular com mais liberdade e tranquilidade no seu bairro. Realmente posso dizer que essa ex-moradora da Vila São Paulo foi fundamental para o início da pesquisa, pela sua gentileza, amabilidade e confiança nos propósitos do trabalho. Precisava salientar que estava ali para ouvir sobre a sua vida e dar voz às pessoas que talvez não tivessem tido a oportunidade de se expressar durante o processo de remoção. Era necessário estabelecer com elas, naquele

¹⁴⁸ Em setembro de 2007, eu estive na casa desta moradora, como Técnica Social do Projeto Linha Verde, para a aplicação da pesquisa que tentava verificar o índice de satisfação de uma parcela das famílias com o Projeto Linha Verde.

momento, uma relação de confiança mútua, principalmente porque todas as conversas seriam gravadas, com a permissão de cada entrevistado.

A partir das informações dessa primeira fonte e de nossas “andanças”¹⁴⁹, consegui entrevistar mais três famílias no bairro Primeiro de Maio, as quais, da mesma forma, demonstraram confiança e liberdade para responder às perguntas. Ao marcar com essa ex-moradora uma visita às famílias que estavam morando no bairro São Paulo, ela não compareceu. Percebi então que talvez fosse hora de caminhar sozinha e novamente recorri a uma moradora que também havia me recebido muito bem à época da pesquisa de Pós-Morar da Linha Verde, em 2007, naquele bairro. Ela havia morado na Vila São Paulo e conseguiu permanecer perto do local de origem, no Bairro São Paulo. Apesar de não se encaixar no perfil de pessoas que eu iria pesquisar, pois recebeu indenização por benfeitoria, forneceu informações sobre quem eu ainda poderia encontrar na sua vizinhança.

Estabeleci com todas as entrevistadas uma rotina para “quebrar o gelo”. Ao chegar, me reapresentava e perguntava se lembravam de mim. Algumas se lembravam, outras não. Perguntava se tinham disponibilidade de tempo para uma entrevista, a qual fazia parte de um trabalho para a universidade. Não tive nenhuma recusa. Mas, no momento em que pedia autorização para gravar a conversa, argumentando que não conseguiria anotar tudo e que cada palavra era importante, percebia nitidamente certo constrangimento¹⁵⁰. Dizia que se houvesse algum problema eu não gravaria. Nesse momento, talvez por um misto de confiança e desejo de falar, acabavam concordando com o uso do gravador. As entrevistas duravam entre 45 a 60 minutos e, logicamente, eram interrompidas por risos e também por lágrimas.

As entrevistas foram feitas a partir de um roteiro pré-determinado, pensado de acordo com os três eixos de discussão que estruturam a lógica desta dissertação: o entrevistado e sua visão sobre Belo Horizonte; o entrevistado, sua vida na vila, a remoção e o seu reassentamento na nova casa; e, por último, o entrevistado e sua percepção sobre a sua

¹⁴⁹ Ela se prontificou a ir comigo a três casas dentro do bairro Primeiro de Maio para que eu pudesse realizar as entrevistas.

¹⁵⁰ Era nesse momento em que lembrava da passagem em que Bourdieu (1997) fala da violência simbólica que é exercida pela própria presença do pesquisador diante do entrevistado. Diminuir essa violência conferida pelo *status* de pesquisador é uma recomendação constante do autor.

participação no Projeto Linha Verde. O roteiro (que está reproduzido no Apêndice) sofreu às vezes mudanças em sua ordem, de acordo com a fala de cada entrevistada, visto que cada pessoa tem uma forma singular de perceber e interpretar as situações, apesar de o pesquisador quase sempre procurar as regularidades.

Abaixo, o perfil e traços marcantes de cada entrevistada:

Ex-moradora da Vila São Paulo, 53 anos, natural da cidade de Dionísio, residiu na vila durante 32 anos. Trabalha como revendedora de produtos de beleza desde a época em que morava na vila. Pessoa bastante falante, lembra com muito orgulho do fato de que exercia liderança e tinha carisma entre os mais jovens da vila. Era uma pessoa respeitada e muito solicitada pelas mães. Ajudava a organizar festas comunitárias e excursões para os moradores. Hoje fala com bastante pesar e ressentimento da perda de tudo isso, e também de que seu filho não recebeu o valor de indenização que deveria. Diz que, com o dinheiro que ele recebeu, o que deu para fazer foi comprar um barracão em outra área pública perto dali. A casa onde reside é dividida em dois andares, e ela a comprou juntamente com outra família removida. As duas juntas pagaram R\$34 mil pelas moradias.

Ex-moradora da Vila São Paulo, 34 anos, faxineira. A remoção realizada pelo Projeto Linha Verde foi a sua segunda experiência, pois já havia sido removida em 1994, quando ainda morava com sua sogra, para a construção da Estação do Metro no Bairro São Gabriel. Enquanto morou na vila tinha, junto com a sogra, um pequeno “buteco” na beira da Avenida Cristiano Machado. No entanto, elas não eram donas, somente alugavam o ponto, e, portanto, no momento da indenização não receberam nada pelo local, mas, sim, o proprietário. Fala que depois de perder essa fonte de renda não teve outra opção a não ser realizar faxinas. Não gostava de morar na Vila São Paulo, se sente mais feliz na nova casa adquirida juntamente com a sogra e com um cunhado. No mesmo lote são três casas separadas e com uma escritura que elas ainda não registraram. As três casas ficaram num total de R\$65 mil, e todos tiveram que inteirar, já que todos receberam R\$17 mil.

Ex-moradora da Vila São Miguel/Vietnã, 53 anos, pensionista. Foi uma das primeiras ocupantes da vila no ano de 1993. Ao falar dos momentos que se seguiram à ocupação, a sua expressão é de certeza, de que não havia outra possibilidade de adquirir uma moradia se não fosse por meio da ocupação. Junto com um de seus filhos, mantinha um barraco sempre aberto para atividades culturais que se realizavam na vila. Quando conversei um pouco com seu filho, (antes de começar a entrevistá-la), percebi uma fala politizada, com uma visão diferenciada de direitos sociais. Só depois de entrevistar Amália é que fui ver que as raízes dos pensamentos do filho partiram dela. Não gostava de morar na vila nos últimos anos devido ao aumento do tráfego, o que geralmente denomina de “guerra”. No entanto, é a única que, por exemplo, questionou a construção do CAMG. Segundo ela, o dinheiro que construiu aquele “palácio” poderia ter feito muitas casas para as pessoas que precisam.

Ex-moradora da Vila São Paulo, 36 anos, natural de Teófilo Otoni, residiu na vila durante 12 anos. Foi vítima de uma grande enchente em 1999, já em Belo Horizonte, em que perdeu praticamente tudo. Na época, segundo ela, foi oferecido o Abrigo Granja de Freitas, mas não aceitou. Conseguiu reconstruir

sua casa de dois andares. Gostava de morar na vila pela facilidade de acesso a tudo, e sua única queixa era a enchente. Apesar de sentir mais feliz na vila por causa da vizinhança, das amizades, prefere estar morando na sua nova casa porque é mais segura.

Ex-moradora da Vila São Paulo, 51 anos, natural de Estrela do Indaiá, residiu na vila por 11 anos e lá vendia galão de cloro. Hoje não vende mais e está praticamente sem renda, procurando trabalho. A vila significou para ela desespero e acha que o Projeto Linha Verde tirou as famílias de lá por causa das enchentes.

Ex-moradora da Vila São Paulo, 45 anos, natural de Caratinga, morou na vila durante 29 anos. Pessoa introspectiva, sofreu muita discriminação devido a uma doença de pele. Gosta do lugar onde mora, principalmente porque é do lado de sua irmã, que cuida dela. Voltou a estudar e faz cursos de bordados no Centro Comunitário do Bairro São Paulo.

Ex-moradora da Vila São Paulo, 66 anos, aposentada, natural de Canção, perto de Minas Novas. Morou muito anos na ocupação do São Gabriel, mais conhecida como Benedito Xavier. Quando foi removida para construção da Estação do Metrô, comprou uma casa na Vila São Paulo, onde residiu por mais de 10 anos. Gostava de morar na Vila São Paulo, apesar de ser ruim por causa das enchentes. Diz que a primeira indenização foi melhor que a do Linha Verde, pois, na primeira, além do dinheiro, ganhou também uma geladeira. Na indenização do Linha Verde ela conseguiu, junto com os filhos, comprar uma casa com escritura.

Ex-moradora da Vila São Miguel/Vietnã, 21 anos, doméstica, vive com mais 11 pessoas na casa comprada por R\$17 mil. Morou na Vila Vietnã por 10 anos e sente saudades. Tem um sonho de se mudar para um lugar que tenha rua, e não beco, como a cidade de Itabira, onde está a maior parte de sua família. Da laje de sua casa dá para ver onde eram as vilas, mas não consegue se lembrar onde era sua casa.

Ex-moradora da Vila São Miguel/Vietnã, 41 anos, residiu na vila desde os primeiros tempos da ocupação. É a única entrevistada que fala da convivência com o tráfico, dizendo que “os malandros lá era a mesma coisa de um filho da gente”, e ainda davam dinheiro para sua mãe comprar carne, remédio. Se emociona e chora ao falar da solidariedade presente entre os moradores da vila. O problema lá era só a polícia, que não respeitava, batia nos meninos e entrava na casa das pessoas sem mandado.

Ex-moradora da Vila São Miguel/Vietnã, 33 anos, faxineira, residiu na vila por 11 anos. É alegre e muito agradecida ao Linha Verde por ter agora uma casa que pode deixar para os dois filhos. Apesar disso, fala que seria mais feliz se morasse na vila e sem enchente. Sente falta da irmã que também morava na vila e não conseguiu comprar uma casa na redondeza, indo morar no Bairro Baronesa. Essa separação prejudicou as duas, pois, ambas se revezavam no cuidado dos filhos. No caso de Carla, isso dificulta que ela permaneça empregada.

Como se pode notar, as entrevistas aconteceram somente com mulheres. Das dez entrevistadas, cinco eram casadas ou tinham companheiros; no entanto, no momento da

entrevista, eles não estavam presentes. Apesar de algumas entrevistas terem ocorrido aos sábados, os maridos não se encontravam em casa.

4.3.2 A cidade, a vila e a casa: compreendê-las para entender o significado do processo de remoção

A representação de cada uma dessas três dimensões do sujeito social no espaço urbano influencia o tipo de posicionamento que as famílias removidas têm diante de processos de remoção. O significado desse processo remoção diante de um outro, cuja base está na construção da autoimagem de sujeito historicamente excluído dos direitos à cidade formal, é construído concomitantemente à consolidação do fenômeno das remoções como práticas de governos, os quais apregoam a inevitabilidade da ação em prol de um progresso em nome de “todos”.

A visão sobre a cidade de Belo Horizonte a partir das falas das entrevistadas é construída no bojo de dois discursos. De um lado, a forma idealizada de ver a cidade grande como um espaço que oferece oportunidades¹⁵¹ de emprego e de estudo, atendimento à saúde etc., melhores do que a cidade do interior, uma vez que grande parte da primeira geração de pessoas que ocuparam as favelas na cidade veio do interior de Minas Gerais ou de outros Estados. De outro lado, a coisificação da cidade, vista como algo distante, mistura de espaços não compartilhados, não vividos, uma exposição inconsciente de um sentimento de não apropriação, de não pertencimento, o qual mais tarde traz a família removida de volta para seu espaço, que é o da vila.

Gosta de morar em Belo Horizonte? Gosto, acho uma beleza! Tem tudo aqui, posto médico... mas também tem o mendigo, que vem sofrê aqui...muitos falam que vieram de longe. BH em geral não tem nada que não goste. Mas tem muita coisa imbutida. Muita favela ainda, muita gente desabrigada.

Você passeia em Belo Horizonte? Não. Só saio para ir no médico ou receber. Mas quando eu gostava de sair, eu gostava demais do Jardim Zoológico. O Parque Municipal eu gosto de ir pelo menos um pouquinho lá dentro, embora ele ta muito precário lá dentro, mas ta

¹⁵¹ Oportunidades essas que nem sempre se materializam para elas, haja vista as dificuldades em encontrar emprego, por exemplo.

bão ainda pra poder andar lá dentro. (Ex-moradora da Vila Vietnã, 53 anos).

Ah eu gosto da... acho que de tudo... Ah, as escolas públicas dão muita oportunidade... além da pública, os cursos da ONGs, meus meninos ta tudo formando pela ONG...tem muito equipamento que dá oportunidade. Acho a cidade linda né, até as favelas... se você varrer bonitinho, plantar, fica bonitinho o lugar.

Não passeio não. Eu gosto de ir na Igreja. Eu passeio mais é na Igreja. Não gosto de shopping nem nada. Quando eu saio...de Belo Horizonte pra mim passear, eu vou até Itabirito, uma cidadezinha mais perto. (Ex-moradora da Vila São Paulo, 53 anos).

Gosto de morar sim. Acho que aqui as coisas são mais fáceis do que no interior. Acho que é muito bom morar nesse bairro, tem sacolão perto, açougue. De menos que eu gosto é da droga mesmo. Tirando isso num tenho nada de queixa.

Não passeio não. Aqui não tem nada pra passear não. Tem um parque de lazer lá em cima...daqui uns dia tá tudo quebrado. Eu vou mais é pra roça. Gosto muito de roça. O que tem mais pra ir mesmo é Jardim Zoológico, porque o Parque Municipal mesmo, virou um antro de droga né, só vê maloqueiro lá. (Ex-moradora da Vila Vietnã, 41 anos).

Segundo Lefebvre (2001, p.30), “o direito à cidade está no direito dos cidadãos-cidadinos e dos grupos que eles constituem, de figurar sobre todas as redes e circuitos de comunicação, de informação e troca”. O que se depreende das falas dos entrevistados, entretanto, é que tais espaços - onde se desenvolvem as redes e circuitos a que Lefebvre se refere - não estão disponíveis para as famílias pobres. Não se trata de estarem proibidos formalmente, mas de não serem acessíveis em termos de custo, distância e opções de lazer que interessam a elas ou, até mesmo, pelo tipo de frequentadores. Reforça-se, assim, de forma sub-reptícia, o ciclo vicioso da exclusão socioespacial. Aos sujeitos pobres resta o espaço “conhecido”, familiar, da vila, das cidades de origem, do rural.

Gostava de morar na vila? Gostava, gostava! Gostava das crianças, dos vizinhos, e eu tinha prestígio lá, né, porque eu era voluntária da GEDECOM¹⁵². Eu fazia novenas nas casas, eu ajudava as pessoas da igreja que iam rezar. A gente fazia festa de Natal. O que mais eu gostava era...fazia especial, ia pras cachoeiras, passear.

Como era sua vida lá na vila? A vida lá dentro era boa. Os outro falava que lá era violento, num era não. Lá fazia curso, fazia bazar. Os outros olhavam assim...tinha até medo, mas num era assim não. Mas dava enchente sempre. Mais era no Natal, Ano Novo. Mas a gente limpava o balde e fazia churrasco e pronto. Ah, o povo lá era unido, parecia que até a enchente unia todo mundo. Um ia para casa do outro para ajudar, “nossa, vão logo que é Natal”. E nós bebia uma pinguinha. Cê chegava lá, o povo tava ouvindo o som numa altura e tudo dançando com as vassouras. Outros lavando

¹⁵² Grupo de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente, entidade localizada na Vila Suzana, regional Pampulha.

roupa, numa alegria só. Povo de fora via...ô coitado! Num era assim também não!

*O que significou a vila na sua vida? A vila significou pra mim a minha vida do interior, e onde eu recomecei aqui em Belo Horizonte. Tive meus filhos, **criei raízes, tive muitas amizades, muitos afilhados, enfim, foi a minha vida.** (nessa hora se emociona e chora). (Ex-moradora da Vila São Paulo, 53 anos).*

*Pra te falar a verdade **eu num gostava dali não.** Tinha muito pessoal vendendo droga na porta... Ai você tinha que ficar...tipo assim...reprimida, dentro da sua própria casa!*

*Ah, **quando a gente mudou pra lá era calmo. Era gostoso, a gente ficava conversando...sabe.** Foi a minha primeira casa...tinha que gostar né, não tinha nenhuma, né, ganhei! Lembro que lá embaixo (casas que ficavam próximas ao córrego) tinha festa, eles vinham pedir panelão pra fazer canjica lá...mas aqui perto de casa não.*

O que significou a vila pra mim? Ah, não sei. (Ex-moradora da Vila São Paulo, 34 anos).

*Gostava muito. Eu gostava de tudo...até da vizinhança. Às vezes tinha vizinho que a gente xingava, brigava, mas depois tava todo mundo conversando de novo. Num era aquele pessoal que ficava guardando rancor...Só não gostava as vezes que a polícia ia lá em casa e...**num é porque a gente tinha convivência (se refere aos traficantes) que a gente era um deles.** Até as enchentes ali a gente levava em consideração. Chovia, enchia tudo de barro, e a gente ligava o som e ia limpando o chão...numa alegria, tudo bom. A gente tem a casa boa hoje em dia, não precisa preocupar com a chuva, com enchente...mas lá embaixo até enchente era diversão pra gente. Eu falo que tinha vez... "hoje nós não limpa enchente". E ia pro lado limpando...apesar que a gente perdia alguma coisa, salvava o que dava, mas fora isso a gente limpava enchente com alegria, mesmo sabendo que tinha época ali no Natal que a gente limpava a casa toda, quando pensa que não, vinha outra enchente de novo. **Mas tinha festas! Era tudo na rua, num precisava convidar.** Se a festa tava na rua, a gente já tava entrando. No Natal ali embaixo, era tudo na rua. Tinha vez que a gente deixava de sair pra lugar bom, pra ficar ali..., que a festinha era tudo ali mesmo. A gente comprava os negócio e fazia tudo ali mesmo. Um chegava, outro chegava. Festa de aniversário então! Era a mesma coisa. Então era muito bom ali, até nisso.*

*Nossa! Ali significou muita coisa de bom. Como se diz, a maioria das coisas de bom que eu tenho, que são os meus filhos, foi lá. De tudo, **a vila significou muito pra mim, tudo o que eu tenho hoje.** (se emociona e chora nesse momento) (Ex-moradora da Vila Vietnã, 33 anos).*

A vila é o lugar que coloca o sujeito excluído e estigmatizado mais próximo do seu próximo, que é o seu vizinho, a sua comunidade. É no espaço da vila que esse sujeito se identifica como povo (coletividade), que luta, sofre e “dá a volta por cima” depois de cada enchente. Se a cidade (Belo Horizonte) é a idealização de uma realidade da qual muitas vezes o removido não se apropria, a vila talvez seja o que há de mais real, porque é sentida e vivida. Quando Caldeira (1984, p.115) analisa os significados para os moradores dos chamados “bairros dormitórios”, afirma que, apesar de passarem pouco

tempo no bairro, esse espaço tem para eles um grande significado, pois “é aí onde está assentada a sociabilidade, baseada nas redes de parentesco, vizinhança e colegismo; é aí onde transcorre a vida”.

Da mesma forma, as vilas representaram para as famílias removidas o local onde puderam desfrutar de maior sensação de pertencimento no espaço urbano de Belo Horizonte. Para essas pessoas, a cidade não lhes dá a possibilidade de exercer nenhum tipo de poder, de influência; tampouco lhes concede qualquer reconhecimento. A cidade flui, cresce e se “moderniza”, sem que a interferência dessas famílias seja notada, ou desejada. Diferentemente, a vila, expressão de exclusão do próprio espaço da cidade formal, consegue, inclusive por meio das adversidades provocadas por essa exclusão, ser o espaço de materialização da vida cotidiana em todas as suas esferas. A vila representa para as entrevistadas tanto coisas boas quanto coisas ruins. Proporciona alegria, assim como tristezas. E é justamente nessa trama de opostos que se materializa a riqueza das possibilidades de seu uso, diferentemente da cidade formal.

Já o espaço da casa revela o que vários urbanistas e planejadores ainda não conseguiram perceber nas suas idealizações de alternativas de moradia popular. A casa, para as famílias removidas, definitivamente não é algo que tenha simplesmente um valor de troca. O seu valor é de uso, o que significa que, em processos de remoção e reassentamento como os de que se trata aqui, a melhor saída institucional não pode ser a “simples” retirada de uma família de uma moradia e o seu assentamento em outra. Mesmo que esse processo passe pela escolha “dirigida”, a grande questão continua sendo que as famílias não foram consultadas sobre a necessidade de fazer uma obra que destruiria suas casas, e nem se elas gostariam de ali permanecer. Mas, não seria óbvio achar que o sentimento preponderante de qualquer morador das vilas removidas seria o de querer sair o mais depressa possível? Esta é a ideia que conduz certas mentes pensantes sobre a cidade, que não entendem quando há resistência das famílias em sair de suas moradias em vilas alvo de remoção. Pois, como não querer sair de um local e de uma casa com inúmeras situações de precariedades? Alguns dos trechos das entrevistas abaixo jogam luzes para um melhor entendimento da questão.

Onde preferia estar morando? No sentido de moradia, é lote, de casa, era aqui (casa atual do reassentamento) né. Agora, se fosse lá, com a vizinhança que tinha lá, com a vida que eu tinha lá, se essa casa fosse

lá e sem enchente? Ah! Era o céu (risos). Mas pra gente conseguir alguma coisa tem que mudar, muda outra. (Ex-moradora da Vila São Paulo, 53 anos).

Ah! Aqui! Porque aqui é bem fechado, até a casa é bem melhor. Aqui a gente tem um pé de jabuticaba que vai dá muita jabuticaba. Aqui é mais difícil porque a gente tem que pagar IPTU, outras coisas, mas é bem melhor de todos os lugares que a gente tem morado. (Ex-moradora da Vila São Paulo, 66 anos).

Eu preferia estar morando na vila. Não acostumei com esse lugar que moro. Se eu tivesse essa casa que eu tenho lá na vila eu seria mais feliz. A vizinhança aqui é boa, mas as amizades que eu tinha lá, não tenho aqui. (Ex-moradora da vila Vietnã, 21 anos).

Na minha casa velha mesmo. Porque eu gostava mais de lá. Ainda mais que a minha casa lá tava toda arrumada né, toda reformada! Meu marido reformou, colocou cerâmica em tudo. Era pequeninha né, num era uma casa grande igual essa daqui, mas era uma assim...mais gostosinha. (Ex-moradora da Vila Vietnã, 41 anos).

A casa envolve tanto noções ligadas ao subjetivo, ao emocional, quanto a elementos relativos aos processos de urbanização. Como já exposto por Valladares (1978), a moradia tem funções importantes devido à sua localização, acesso a serviços e meios de subsistência, assim como redução de gastos formais. A casa adquire centralidade na medida em que a renda ou a falta dela, por exemplo, impõe restrições à maneira de viver e de morar, como salientado também por Filgueiras (2009). Segundo essa autora, a localidade e todas as características de homogeneização das condições de vida do lugar (como situações de enchentes, tráfego, acesso fácil a equipamentos sociais) contribuem para o compartilhamento entre os moradores das concepções da casa e do lugar.

Continua sendo tarefa árdua para os planejadores do espaço urbano entender que não é possível a transposição pura e simples tanto de uma moradia quanto do local onde ela se encontrava, a não ser pelas maquetes, onde as peças são postas e dispostas sem nenhuma interferência da realidade.

Entretanto, embora algumas entrevistadas afirmassem não ter se acostumado com o novo local de moradia, ou que estariam mais felizes lá na vila (tendo a casa atual) ou até mesmo que já se adaptaram e estão mais felizes na casa nova do que na antiga, quase todas afirmaram não só que as vilas tinham que sair para o “Linha Verde passar”, mas também que essa obra seria importante para Belo Horizonte.

Embora pareça haver uma contradição, principalmente entre aquelas que ainda mantêm um sentimento de nostalgia ou de boas lembranças dos tempos em que moravam na vila, ela se dá somente na aparência. Para ilustrar vejamos:

Você acha que a sua vila tinha que ser retirada para que o Linha Verde acontecer? *Com certeza. **Tinha que melhorar lá também né? Ficou muito bonito lá. Cê vê cumé que muda né...aquelas casinha tudo embolada uma na outra, aquela mistura lá... Tinha que tirar mesmo. Apesar que eu gostava de lá...tirou foi melhor também, né?*** (Ex-moradora da Vila Vietnã, 41 anos).

*Acho que sim. Tinha sim. **A gente gostou da Linha Verde ter tirado a gente de lá.*** (Ex-moradora da Vila São Paulo, 66 anos).

Acho que tinha que sair sim. Foi melhor. (Ex-moradora da Vila São Paulo, 45 anos).

*Tinha que tirar a gente sim. O rio não dava a gente sossego. **Acho que o Linha Verde tirou a gente por causa da enchente.*** (Ex-moradora da Vila São Paulo, 51 anos).

Tinha...tinha, porque tava no meio do caminho, né. Era o lugar que tinha. Não tinha como fazer a Linha Verde se não retirasse as casas. (Ex-moradora da Vila São Paulo, 53 anos).

*Foi Deus que mandou tirar com a Linha Verde. Porque aquela guerra que tinha no Vietnã, tava se transformando em guerra né? Embora a retirada da linha verde, saiu de repente, sem a gente esperar. **Igual... eu fiquei até com uma depressãozinha...bem forte mesmo, porque nós ficamos como os que queria tirar proveito da URBEL. Eu pensava que Deus podia dá a nós condições de comprar longe dali, pra num vê tanta guerra. Mas não de saí assim de repente, que a URBEL, a Linha Verde precisasse...e saí tão por último, e além de tudo mal vista. Então isso causou um ressentimento. Nós levamos prejuízo, mas já passou.*** (Ex-moradora da Vila Vietnã, 53 anos).

Uai, se era para o bem da cidade, né? Se era uma coisa pra benefício! Foi bom por causa que beneficiou muita gente lá embaixo, por causa da enchente, né? Tirou muita gente da área de risco. (Ex-moradora da Vila São Paulo, 36 anos).

Não todo mundo né? Eu acho que dava pra...eu não sei, né, esses projetos aí é difícil. Mas dava pra construir muita coisa ali sem ter que tirar a gente. (Ex-moradora da Vila Vietnã, 33 anos).

O que significaria essa oscilação entre o desejo de permanecer na vila, a forte identificação com o lugar e o discurso de que a remoção visava ao bem comum e era o melhor para a cidade? Significa que o ocupante de área pública se vê como um sujeito sem direitos, inclusive o de divergir. Esse sujeito atribui às decisões do poder público, isto é, de uma esfera superior, o caráter de inevitáveis e se posiciona de forma subserviente, tomado de uma pequenez gigantesca diante daquele poder. É a expressão

clara dos estigmas da exclusão social e econômica, que se materializam na exclusão territorial. No lugar onde está (física e socialmente), só resta ao sujeito aceitar e viver da forma que puder.

5 CONCLUSÃO

Ao longo desta pesquisa procurou-se analisar um tipo especial de intervenção urbana recorrente na cidade de Belo Horizonte, mas que é também prática constante de várias municipalidades: a remoção de população para execução de grandes projetos urbanísticos. Ressalta-se que a prática da remoção de populações e de comunidades rurais ou indígenas, tanto no Brasil quanto em outros países da América Latina, também se dá em função da implantação de projetos de barragens, hidrelétricas e outros.

Remover, retirar e realocar comunidades tem feito parte das estratégias para tornar realidade um modelo de modernização de cidades, escolhido pelos agentes detentores do capital (privado ou público) e pelos planejadores do espaço urbano. Neste trabalho, as práticas de remoções de população são entendidas primeiramente como um fenômeno que vem fazendo parte do processo de estruturação socioespacial das cidades desde o século XIX. Com características distintas, dependendo do período histórico e social de cada cidade, essa prática já foi caracterizada como um tipo de “aburguesamento” do espaço urbano e também como um meio de realizar processos de “gentrificação”, que consistem na expulsão de moradores de baixa renda de determinados locais e a instalação de moradores de maior poder aquisitivo nesses mesmos locais, após terem sido reformados.

Como já mencionado, no caso desta dissertação a opção foi pelo estudo de um projeto de intervenção viária na cidade de Belo Horizonte, denominado de Projeto Linha Verde, que removeu e reassentou, no prazo de dois anos, mais de 900 famílias, totalizando mais de 2.000 pessoas.

A hipótese ou a pergunta básica era saber se a participação de um indivíduo nas etapas de um projeto de remoção fazia com que este se adaptasse mais facilmente às mudanças que o novo espaço de moradia iria lhe imputar e dele se apropriasse a ponto de não se mudar desse local rapidamente. Essa questão advém do fato de que, atualmente, no período pós-Constituição de 1988, uma variável avançada em sua essência, mas destituída de alguns sentidos na prática, vem se fazendo necessária como condição democrática para a execução de projetos de intervenção urbana: a participação popular.

Essa participação popular/comunitária de populações diretamente atingidas por projetos e políticas que de alguma forma promovem algum tipo de alteração em suas vidas, vem se materializando por meio de fóruns, conselhos ou audiências públicas, em momentos posteriores à elaboração ou planejamento de vários projetos. Ou seja, primeiro a demanda é pensada, planejada e projetada pelos detentores do saber e da técnica. Mas para se dar ao processo pinceladas de democracia, esses projetos são postos para a apreciação (quase no sentido da contemplação) e discussão, as quais tendem a cumprir uma mera formalidade institucional. Dito isso, apresentam-se aqui dois problemas: um de ordem temporal e outro de ordem conceitual.

O problema de ordem temporal é justamente o que a palavra quer dizer: relativo ao tempo medido, previsto, geralmente curto demais para se discutirem as várias nuances e consequências desses projetos para a vida de determinada parcela da população. Uma constatação é de que o tempo para a realização da “obra” (visão estreitamente física das intervenções) está sempre à frente, numa velocidade bem superior, ao tempo da reflexão, da argumentação e da decisão. É uma disputa, até hoje desigual, entre o tempo necessário para um pensamento mais reflexivo, que muitos caracterizam como lento, e o tempo buscado para a modernização das cidades. Nessa disputa, aparentemente, um lado vem se tornando hegemônico, que é o de um “fazer irrefletido”, no qual o indivíduo (removido), ao acreditar numa realidade objetiva, engendrada pelos artífices da cidade como uma necessidade coletiva, termina por abdicar de um fazer reflexivo.

O problema de ordem conceitual se desdobra em dois: no entendimento consensual acerca da função da democracia formalizada nas esferas de participação, e na influência da participação popular, a qual se dá através da fala argumentativa, cujo pressuposto é a igualdade de condições para deliberar.

No caso do Projeto Linha Verde, como já explicitado no Capítulo 4, constata-se que, no plano do discurso, o Plano de Remoção e Reassentamento (PRR) deveria ter sido resultado de um consenso com as famílias moradoras das vilas. O que foi possível identificar é que esse suposto desejo de exercício democrático por parte do poder público não conseguiu ser efetivado. Da mesma forma, em vários trechos das entrevistas analisadas, a perspectiva de construção conjunta do PRR não se confirmou, assim como a participação dos moradores das vilas se reduziu a reuniões informativas e orientadas

para um processo já em pleno andamento. Tanto nas entrevistas com membros de dez famílias removidas e reassentadas, quanto na análise feita sobre os resultados da pesquisa acerca do índice de satisfação de um grupo de reassentados pelo Projeto Linha Verde, fica claro que não há como comprovar uma relação direta entre participar das etapas do projeto de remoção e maior apropriação do novo espaço de moradia. Nessa constatação estão implícitas duas questões importantes que implicam a não comprovação da hipótese levantada no início. A primeira é de que a única forma efetiva de participação que algumas famílias tiveram na execução do Projeto Linha Verde foi em relação à escolha da nova moradia, e que, mesmo assim, era uma participação não autônoma, mas sim consensuada em virtude de a URBEL não comprar casas em áreas de risco ou casas que apresentassem riscos construtivos, de acordo com os padrões da engenharia civil. Ou seja, não só as famílias não participaram de forma decisiva das etapas construtivas e deliberativas do Projeto Linha Verde, como também não foram consultadas ou ouvidas acerca da necessidade de realização de uma obra que mudaria suas vidas por completo. A segunda é que, se tentarmos referendar a hipótese entre participação e maior apropriação da nova moradia, que implicaria um tempo maior de permanência no local, não se explica o fato de 24% das famílias, em menos de dois anos de reassentamento, não se encontrarem mais residindo nas casas que, em tese, elas mesmas escolheram. Ou seja, da mesma forma que os outros 76%, elas também participaram do processo orientado e não autônomo de escolha do imóvel. O que as fez mudar em um tempo tão curto? A resposta precisa não existe, mas isso indica que, em relação à escolha e permanência no novo habitat, outras variáveis, tais como quebra de vínculos familiares e sociais, aumento de gastos financeiros e significado diferenciado do que seja moradia, mais vinculada ao valor de uso do que ao de troca, podem dizer muito acerca desse processo de saída.

Defendem-se aqui alguns pressupostos, igualmente sistematizados em relatório produzido pela Relatoria Especial da ONU (2010, p.10), quando o assunto se refere a projetos que envolvam despejos e remoções de população. O primeiro pressuposto é de que, nos casos em que as remoções forem consideradas legítimas, e legítimas, aqui, entendam-se obras que tenham relevante interesse público, o qual deve ser sempre estabelecido da forma mais participativa possível, estas devem dar atenção e considerar as visões daqueles que vivem nas áreas que serão removidas. O segundo é que no momento da análise sobre a “necessidade de adequação de um projeto de infra-estrutura

e urbanização”, esta deve ser feita de forma transparente, com espaço para apresentação de alternativas por parte de todos os atingidos. E, por último, o relatório indica que todos aqueles que serão atingidos “devem receber informação adequada e oportuna, participar democraticamente”, propondo alternativas que minimizem os impactos que por eles serão sentidos com o seu deslocamento.

No entanto, apesar de tais pressupostos serem avançados em comparação ao que se tem hoje em termos de atuação do poder público, ainda não satisfazem a ideia, já exposta anteriormente, de que a população deve ser consultada e participar de forma deliberativa sobre a real necessidade de realização e os objetivos de qualquer obra que lhe afete a vida.

Uma questão também posta como de análise necessária durante o trabalho foi compreender a remoção de população dos espaços do *devido* como um dos pressupostos para que se materialize um projeto de modernização de cidade. O que foi possível extrair é que, no âmbito da práxis urbana, a reificação ou “coisificação” da cidade, conseqüentemente do espaço urbano, explicita uma representação em que esta passa a ser vista e percebida como uma localidade de bons negócios e de investimentos seguros para o capital financeiro. A cidade, dentro dessa perspectiva, deixa de ser vista como espaço resultante de uma gama de processos sociais, que se manifestam em um ambiente dialeticamente construído, para se tornar, assim como o espaço, mais um objeto disposto em meio a vários outros no mercado de consumo. Aqui está, em parte, a lógica da necessidade de se remexer nos espaços que têm por característica a falta (de infraestrutura e visibilidade no mercado), removendo também aquele que o constitui, para que, dessa forma, seja atribuído ao espaço um novo significado, um novo valor. No entanto, engana-se quem pensa que esse espaço ora “revitalizado”¹⁵³, revalorizado, será apropriado por todos que contribuíram para sua realização. No caso do Projeto Linha Verde, que transformou o espaço onde as vilas se desenvolveram em mais um complexo de largas avenidas e viadutos, quem na verdade se apropria dessas “benesses” senão aqueles que têm carros? Assistiu-se, com as obras do Projeto Linha Verde, à continuidade de uma concepção de planejamento do espaço urbano imposta pelos detentores do capital, que, de um lado, se baseia na prática do *desfavelamento de novo*

¹⁵³ Esse termo é usado pelos artífices da cidade justamente para se dar a impressão de que os espaços do *devido* são desprovidos, inclusive, de vida, de vitalidade.

tipo, e, por outro, usa a estratégia da total utilização dos espaços disponíveis e possíveis para ampliação do lucro.

Outra questão também proposta durante o trabalho foi a de compreender como se dava a percepção por parte das famílias removidas em relação à cidade de Belo Horizonte, ao processo de remoção e à participação nas instâncias de discussão sobre o Projeto Linha Verde. Partia-se do pressuposto de que, se entendêssemos o tipo de representação de cada uma dessas três dimensões, poderíamos compreender, se não no todo, mas pelo menos em parte, o posicionamento que as famílias removidas tiveram diante de todo o processo.

Como foi exposto ao final do Capítulo 4, percebe-se uma visão sobre a cidade de Belo Horizonte, no bojo de dois discursos, que no fundo não são antagônicos, e sim complementares, pois representam as contradições encontradas na realidade concreta. Um primeiro discurso, de base ufanista, tende a ver a cidade como um espaço que oferece melhores condições para o atendimento à saúde, para a escolarização etc., e que oferece boas oportunidades, promessas de uma modernidade não realizada. Num segundo discurso, a cidade é vista como algo distante, uma mistura de espaços não compartilhados, não vividos e, por isso, não passíveis de serem apropriados. É a exposição clara, por parte dos entrevistados, de um sentimento que afirma a não possibilidade de tomar pra si a cidade. A cidade, como obra e possibilidade de transformação, não lhes pertence, e nem eles conseguem ter também um sentimento de pertencimento. Aqui se conclui que o espaço urbano mais próximo de ser seu (da família removida) devido ao seu valor de uso e de pertencimento é a vila. A vila cumpre a função de ser o lugar que põe o sujeito excluído e estigmatizado o mais próximo do seu próximo, em uma rede de conflitos e de solidariedade. E é nesse espaço, nessa parcela de urbano, que esse sujeito se identifica e é identificado como povo, como coletividade.

Considera-se, a partir do que foi exposto que, para não se cair num vazio de palavras, é necessário fazer um último apontamento, correndo o risco de ser mais uma “receita” do como fazer. Infere-se, então, que uma das possibilidades de enfrentamento da prática do *desfavelamento de novo tipo*, que representa hoje uma visão hegemônica sobre a relação estabelecida entre a produção do espaço urbano e seus habitantes, passa pela superação

desse tipo de participação, classificada aqui como *orientada*, visto que seu tempo histórico já está superado. Afirma-se que o tipo de participação popular presente (ou não) na maioria das esferas e instâncias democráticas, conquistadas pós Constituição de 1988, não consegue dar conta das reais necessidades de reorientação do espaço urbano. Sugere-se então fazer o caminho inverso e tornar natural a lógica do dissenso como prática social consciente dos divergentes. Entende-se que a inclusão da prática do dissenso em qualquer esfera ou instância de debate é salutar para que se consiga estabelecer na arena onde disputam as várias políticas do espaço o princípio da igualdade entre os falantes. E que o exercício do direito de discordar possa ser mais uma das formas ou possibilidades de experimentação da apropriação do espaço urbano pelos cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AFONSO, M. R e AZEVEDO, S. de. Cidade, poder público e movimento de favelados. In: POMPERMAYER, M. J. (org). *Movimentos Sociais em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1987.

ALVES, W. R. Os espaços de urgência na valorização do espaço na metrópole brasileira. In: *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*, São Paulo, 2005, p.668-679.

ANDRADE, L.T. Segregação socioespacial e construção de identidades urbanas.; In: Mendonça, J.G.; Godinho, M.H.L. *População, espaço e gestão na metrópole: Novas Configurações, velhas desigualdades*. Belo Horizonte: PUCMINAS, 2003.

ARAÚJO, R.P.Z e COSTA, H.S.M. Conflitos e gestão ambiental no território municipal de Belo Horizonte. In: *XII Encontro Nacional da ANPUR, 2007, Belém: ANPUR*, p.1-25.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Plano Global Específico Aglomerado São Tomás, Aeroporto, Vilas Suzanas I e II e Vila São Miguel. Etapa 2 – Levantamento de Dados – Documentário fotográfico, nov; 2000.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Plano Global Específico Aglomerado São Tomás, Aeroporto, Vilas Suzanas I e II e Vila São Miguel. Etapa 2 – Levantamento de Dados – Textos, jan; 2001.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Plano Global Específico Aglomerado São Tomás, Aeroporto, Vilas Suzanas I e II e Vila São Miguel. Etapa 4 – Diagnóstico, jan; 2001.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. “Plano de Remoção e Reassentamento do Projeto Linha Verde (PRR)”. Belo Horizonte, 2006.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Relatório Final do Projeto Pós-Morar – Interseções na Avenida Cristiano Machado - Linha Verde. Belo Horizonte. 2007 (VERSÃO PRELIMINAR).

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Relatórios anuais da Prefeitura de Belo Horizonte 1899-2005. Disponível no site: www.pbh.gov.br/cultura/arquivo. Acesso iniciado em junho de 2009 até abril de 2010.

BERMAN, M. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BLANK, G. Brás de Pina: uma experiência de urbanização de favela. In: Valladares, L. (ed.) *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p.93-124.

BH – Programa Vila Viva ou Vila Morta? Uma reflexão obrigatória. Por Movimentos Populares em 01/10/2008. Disponível no site: www.midiaindependente.org/pt/blue/2008/10/429697.shtml

BOURDIEU, P. (org.) O espaço dos pontos de vista. In: *A Miséria do Mundo*. Ed. Vozes. 5ª ed. Petrópolis, RJ. 1997.

_____. Efeitos de lugar. In: *A Miséria do Mundo*. Ed. Vozes. 5ª ed. Petrópolis, RJ. 1997.

BRASIL, F de P.D. Participação cidadã e reconfigurações nas políticas urbanas nos anos 90. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, vol.6, nº 2, nov. 2004, p.35-51.

BRASIL. Ministério das Cidades. “Matriz de Indicadores para Avaliação da Pós-Ocupação – Programa Habitar Brasil” – BID/UAS/HBB. IEE, PUC-SP, Relatório nº. 4, março/2006.

CALDEIRA, T.P.R. A política dos outros – O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. Editora Brasiliense, São Paulo, 1984.

_____. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. *Novos Estudos CEBRAP*, n.47, mar.1997, p.179-192.

CAMARGO, C.P.F. et al. 1976. São Paulo 1975 – crescimento e pobreza. São Paulo: Edições Loyola. (Apresentação e Cap.2: *A lógica da desordem*).

CARDOSO, A.L. Avanços e desafios na experiência de urbanização de favelas. In: *Cadernos Metrôpole* 17, 1º sem. 2007, p. 219-240.

CARDOSO, F.H. A cidade e a Política: do compromisso ao inconformismo. In: *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p.135-63.

CASTELLS, M.; BORJA, J. As cidades como atores políticos. *Novos Estudos*, nº 45. São Paulo, CEBRAP, 1996, p. 152-166.

CONTI, A. A política de intervenção nos assentamentos informais em Belo Horizonte nas décadas de 1980 e 1990 e o “Plano Global Específico”. In: *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, vol.11, nº 12, p. 189-216, dez. 2004.

COSTA, G.M. Teoria, pesquisa, problemas e planejamento urbanos no Brasil. In: *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v.6, nº 1, jan/abr.1991.

_____. Exclusão sócio-espacial na era urbano-industrial: uma introdução ao tema. In: *Anais do VII Encontro Nacional da ANPUR*. Recife, MDU/UFPe, vol.2, 1997.

_____. A contribuição da teoria do espaço de Lefebvre para a análise urbana. In: Sessão Livre – Entre a Ordem Próxima e a Ordem Distante. *X Encontro Anual da ANPUR*. Belo Horizonte – 2003.

COSTA, H.S.M. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: Monte-Mór, R.L. (Coord.) Belo Horizonte: Espaços e Tempos em construção. Belo Horizonte, CEDEPLAR/PBH, 1994.

_____. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição em termos? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n.2, 2000, p.55-71.

DA SILVA, C. A. F. A segregação residencial sob a ótica das escolas de Chicago e Neoclássica. *Boletim Goiano de Geografia*. Vol.:13, nº1(29-44), jan/dez. 1993. Disponível no site: www.revistas.ufg.br. Acessado em 30/12/2009.

FERNANDES, E. A regularização de favelas no Brasil: o caso de Belo Horizonte. In: *Fernandes, E. (org). Direito urbanístico. Belo Horizonte: Del Rey, 1998, p.133-168.*

FILGUEIRAS, W. R dos S. Cidade Jardim, fundos: a Vila Monte São José e as imagens sobre o lugar favela. (Dissertação) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, 2009.

FIX, M. A “fórmula mágica” da parceria público-privada: operações urbanas em São Paulo. In: Schicchi, M.C.; Benfatti, D. (orgs) *Urbanismo: dossiê São Paulo – Rio de Janeiro*. Campinas: PUCCAMP/PROURB. 2004, p.185-198.

FRANÇA, J.L. e VASCONCELLOS, A.C. de. Manual para normalização de publicações técnico-científicas. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2007.

FREIRE, L. de L. Da « favela » ao « bairro » : diferentes usos e concepções dos espaços de uma localidade em transformação. Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2007, Porto Seguro, Bahia, Brasil, 2007.

GOFFMAN, E. Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro, 4ª ed. Editora Guanabara, 1988, p.07-113.

GUIMARÃES, B. M. Cafuas, Barracos e Barracões: Belo Horizonte, Cidade Planejada. Rio de Janeiro, (Tese), 1991.

_____. Favelas em Belo Horizonte – tendências e desafios. In: XVI Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 1992. Grupo de Trabalho Estudos Urbanos, representações e políticas públicas, 1992.

HISSA, C. E.V. Fronteiras entre o saber e o fazer. In: *A mobilidade das fronteiras: interseções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002, p. 201-208.

JACOBS, J. Morte e Vida das grandes cidades. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2000, p. 29-96.

JUNIOR, H. A. L. Reassentamento Urbano: um estudo de caso. 2006. 128 f. (Dissertação) – Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho. Programa de Pós-Graduação em Administração Pública/Políticas Sociais.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação urbana no capitalismo tardio. *Espaço & Debates*, n.39, ano XVI. São Paulo, NERU. 1996, p.48-64.

_____. A condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

LAGO, L. C. do. A dinâmica espacial em curso nas metrópoles brasileiras: algumas questões para discussão. In: *Novas periferias metropolitanas – A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul*. COSTA, Heloisa Soares de Moura (Organ.). Belo Horizonte: C/Arte, 2006, p.47-55.

LEFEBVRE, H. A Revolução Urbana. Belo Horizonte. Editora UFMG, 1999.

_____. O direito à cidade. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. A produção do espaço. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio. [S.i..s.n.], 2007 (Prefácio e Propósito da obra). Inédito. Título original: *La production de l'espace*. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

_____. Espaço e Política. Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LOPES, E. Projetos de intervenção no espaço urbano de Belo Horizonte: uma avaliação dos impactos do Projeto Linha Verde sobre as famílias reassentadas. Monografia de Especialização Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2008.

MÉJIA, M.C. Realojamento involuntário da população urbana: Experiências no Banco Mundial – financiados projectos de desenvolvimento na América Latina. In: *Seminário “Involuntary Urban Resettlement and Rehabilitation in Latin América – A Workshop”*. Ouro Preto – MG, Brasil, 1995, disponível no site: www.worldbank.org. Acesso em 07/08/2008.

MELO, A.de P.S. Participação, cultura política e racionalidade: A influência da natureza dos bens produzidos pelo Orçamento Participativo e Orçamento Participativo da Habitação sobre o processo de ação coletiva dos grupos de sem-casas e associações de bairros e favelas de Belo Horizonte. (Dissertação) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2008.

MELO, I. D. de O. O espaço da política e as políticas do espaço: Tensões entre o programa de urbanização de favelas “Vila Viva” e as práticas cotidianas no Aglomerado da Serra em Belo Horizonte. (Dissertação) - Instituto de Geociências, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2009.

MONTE-MÓR, R.L. Do urbanismo à política urbana: notas sobre a experiência brasileira. In: *Planejamento urbano no Brasil trajetória, avanços e perspectivas*. COSTA, Geraldo Magela, MENDONÇA, Jupira Gomes de (Organ.). Belo Horizonte: C/Arte, 2008, p.31-65.

MURTA, Anamaria. *Projeção Inversa: da prática do orçamento participativo à apropriação do espaço urbano*. (Dissertação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, 2006.

OLIVEIRA, F. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, F.; Paoli, M. (org) *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999, p.55-81.

OLIVEN, R. G. A cidade como categoria sociológica. In: *Urbanização e Mudança Social no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980, p.13-30.

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso – Princípios & Procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 4ª edição, 2002.

PEET, R.; WATTS, M. *Liberation ecologies. Environment, development, social movements*. London & New York: 1996, Routledge.

PLAMBEL. “Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – A estrutura urbana da RMBH”. Belo Horizonte, 1986 – 3 vol. Conteúdo: vol.1: O processo de formação do espaço urbano da RMBH 1897 – 1985.

RICHARDSON, R.J. *Pesquisa Social – Métodos e Técnicas*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999. T.A. Queiroz e Edusp, 1979.

ROLNIK, R. Como atuar em projetos que envolvem despejos e remoções? São Paulo, 2010, disponível no site: http://issuu.com/unhousing/docs/guia_portugues

ROLNICK, R. e BONDUKI, N. “Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente da reprodução da força de trabalho” In: Maricato, E (org.) *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa - Omega, 1979, p. 117-155.

RANCIERE, J. O dissenso. In: Novaes, A (org). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras/Brasília: MinC/Rio de Janeiro: FUNARTE. 1996, p. 367-382.

SEPLAG (Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão). “Estudo de Impacto Ambiental (EIA) – CAMG (Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais)”. Belo Horizonte, vol.: 1, Dez/2006.

_____. “Relatório de Impacto Ambiental – CAMG (Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais)”. Belo Horizonte, Dez/2006.

SADER, E. Para outras democracias. In: *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. SANTOS, B. S. e AVRITZER, L. (orgs.). Rio de Janeiro: Ed. 3ª, Civilização Brasileira, 2005, p. 649-669.

SANTOS, B. S. e AVRITZER, L. (orgs.) Para ampliar o cânone democrático. In: *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Ed. 3ª, Civilização Brasileira, 2005, p. 39-71.

SOMARRIBA, M. Efeitos do golpe militar sobre o associativismo urbano. *Revista do Legislativo*. Belo Horizonte: ALEMG, 2004, n. 38, p.44-55.

SOUZA, M.L. Participação popular no planejamento e na gestão das cidades: limites e potencialidades de arcabouços institucionais sob um ângulo autonomista. In: *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2003, p. 321-386.

_____. Planejamento e gestão urbanos críticos vistos a partir de uma perspectiva autonomista. In: *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2003, p. 169-189.

VALLADARES, Lícia do Prado. *Passa-se uma casa – Análise do Programa de Remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar ed. 1978.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria. In: Arantes, O. et alli. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000, p.75-103.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Serão três os blocos de perguntas, os quais estão consubstanciados nos três tópicos do primeiro capítulo.

O primeiro bloco de perguntas vai se dar em torno do que o indivíduo removido pensa sobre a cidade de Belo Horizonte, como ele a vê (moderna, cidade do futuro, cidade que remove, que exclui), assim como ele viu, o que pensou e o que sentiu em relação ao Projeto Linha Verde.

O segundo bloco perpassa por identificar na fala do entrevistado sua percepção sobre o espaço da Vila onde morava, seu cotidiano, sua saída e sua chegada em outro lugar. Tenta-se aqui verificar sentidos de apropriação e produção do espaço antes e depois.

O terceiro bloco perpassa por identificar na fala do entrevistado o que pensa que seja participação, discussão, debate e aprovação de um projeto. Aqui, retomam-se perguntas bem explícitas sobre sua participação ou não, grau de conhecimento sobre o projeto, participação de lideranças, da igreja (outros atores que se envolveram no processo).

Tópico 1: A cidade e o entrevistado (quem é esse morador e o que pensa sobre Belo Horizonte?)

Nome

Idade

Você tem Profissão ou ocupação?

Nasceu em Belo Horizonte? (Se não, em qual cidade nasceu e como veio morar na Vila?)

Em qual Vila você morou e quantos anos morou lá?

O que você acha de morar em Belo Horizonte? Me fale um pouco sobre sua impressão da cidade.

O que é uma cidade moderna pra você?

Você acha Belo Horizonte é uma cidade para todas as pessoas? (o que ela tem que ter?)

Você acha Belo Horizonte uma cidade moderna? O que há de mais moderno aqui?

Do que você não gosta em Belo Horizonte? E do que você mais gosta na cidade?
Você passeia muito em Belo Horizonte nos seus momentos de lazer? Qual o lugar preferido em Belo Horizonte qual o lugar que menos gosta?
O que é uma favela pra você? E o que é uma Vila?
O que significava a vila pra vc?
Você acha que o lugar onde você morava tinha que ser retirado para que o Projeto Linha Verde acontecesse?
Você acha que deveria ser consultado sobre a necessidade de se retirar todas as vilas para que as obras do Projeto Linha Verde acontecessem?

Tópico 2: O morador, a Vila e sua nova casa (a apropriação do espaço em questão)

Você gostava de morar na Vila?
Como era sua casa (quantos cômodos) na Vila?
Como era sua vizinhança? O que você mais gostava e menos gostava na vila?
Como era sua vida, seu cotidiano na vila? Tinha festas ou encontros lá na comunidade?
Quando você tinha que falar para alguém (em uma loja, ou para emprego) onde morava, qual o endereço que dava?
Você alguma vez sentiu preconceito ou foi mal tratado pelo fato de morar naquele local?
Você se sentia dono do lugar onde morava? Por que?
Você alguma vez teve vontade de se mudar lá da vila antes do Projeto Linha Verde?
Como você foi recebido pela sua vizinhança atual?
Onde você preferia estar morando, nessa casa nova ou na sua casa na vila? Por que?
Seus vizinhos atuais sabiam que você estava saindo da Vila X e que estava sendo indenizado pelo Projeto Linha Verde? Houve algum tipo de comentário sobre isso?
Em algum momento sentiu ou sente pré-conceito por parte da nova vizinhança pelo lugar de onde veio?
Você já se adaptou ou está com vontade de se mudar?
Faz diferença para você o fato de ter comprado a casa através de um contrato de compra de venda e ser uma casa em que se pode ter o título de posse?
Você se sente mais dono dessa casa do que a que tinha na Vila? Por que?

Para você que está morando próximo a um dos trechos da Linha Verde, você sente que ela te beneficiou em alguma coisa? Por que?

O que significou o Projeto Linha Verde na sua vida? Por que?

Fazendo uma comparação, você acha que sua vida melhorou ou não? Onde você se considera mais feliz, aqui ou na vila?

Tópico 3: O entrevistado e sua participação no Projeto Linha Verde

Como você e seus vizinhos lá da Vila ficaram sabendo do Projeto Linha Verde?

O que vocês fizeram ao saber do Projeto? Procuraram a prefeitura, a igreja ou alguma associação para ter maiores esclarecimentos?

Quem foram os primeiros a comunicar vocês sobre o que ia acontecer?

Você ou seus vizinhos foram chamados para discutir o Projeto Linha Verde? Teve reuniões, com quem?

O que disseram a vocês moradores, que ia acontecer naquele local onde moravam?

Você entendia o que era explicado, as informações eram claras ou não? Concordava ou discordava das explicações?

Teve resistência por parte da população no sentido de não sair da vila?

Você ficou sabendo ou participou de alguma discussão sobre um Plano de Remoção e Reassentamento, um projeto que falava como ia ser a remoção e o reassentamento de vocês? Conhece alguém que tenha participado?

Foi você, ou outra pessoa que escolheu a casa onde mora? O dinheiro foi suficiente ou teve que inteirar para comprar a casa?

Anexo A:

III. 7-1 [65]

CHISBEL
PLANO DE DESFAVELAMENTO NA REGIÃO DE BELHORIZONTE PROPOSTO PARA O TRIÊNIO
1972 - 1974

ESPECIFICAÇÃO	VALOR A APLICAR Cr\$1.000,00		
	1972	1973	1974
I - APLICAÇÕES EM TERRENOS DOADOS A COHAB-MG			
a - Bairro Visconde do Rio Branco, em Venda Nova, com previsão de construção de 220 casas	2,200	-	-
b - Terreno próximo ao Joquei Club, com capacidade para 500 casas	3,000	2,500	-
c - Segunda etapa do Conjunto Bernardo Montalvo, no município de Contagem - 70 unidades	700	-	-
II - CENTROS DE TRIAGEM			
a - Novo CENTRO DE TRIAGEM DE BELHORIZONTE, de CHISBEL	1,000	-	-
b - Convênio com a Cidade Osanan	500	-	-
III - AQUISIÇÃO DE TERRENO DA CIA. DE DISTRITOS INDUSTRIAIS			
a - Terreno da Vila Operária da Cidade Industrial de Contagem - I etapa com 400 apartamentos em 74 lotes	3,000	3,000	-
b - Terreno da Cidade Industrial de Santa Luzia, urbanização de 500 lotes e sua venda pela COHAB com seis cents quântia de material	1,000	1,000	-
IV - AQUISIÇÃO DE PROJETOS PRONTOS			
a - Aquisição de 3.000 unidades sanitárias (a COHAB deverá ter um auxílio de 1.000 cruzeiros, por unidade, de parte das Prefeituras) ..	7,000	7,000	7,000
b - Aquisição de 3.000 casas tipo COHAB, 1.000 e.s.	12,000	12,000	12,000
V - PROJETOS DE COHAB EM TERRENOS A ADQUIRIR (regular o mercado)			
a - 2.000 unidades sanitárias	3,000	6,000	5,000
b - 2.000 casas COHAB	12,000	12,000	-
VI - ERRADICAÇÃO DE FAVELAS			
a - Convênio INFB - CHISBEL - COHAB - BNH, para a recuperação dos 550 lotes do INFB no Parque Vera Cruz	5,000	5,000	-
b - Desapropriação Pedreira Prado Lopes e Bureco Quente e construção dos primeiros 1.000 apartamentos	4,000	4,000	13,000
TOTAL	54,400	62,500	37,000

FORNE: CHISBEL

Belo Horizonte

Minas Gerais publica edital para obras

Será publicado na edição do Diário Oficial do Estado, o "Minas Gerais", de hoje o edital de licitação para a escolha da construtora que irá cobrir o Ribeirão Arrudas, entre as avenidas dos Andradas e do Contorno, no trecho entre a Alameda Ezequiel Dias ao Túnel da Lagoinha. O edital custa R\$ 100 e as propostas serão abertas no dia 8 de agosto. Ontem, foi lançado pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER) o edital para a implantação da Linha Verde, que ligará o Centro de Belo Horizonte ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins, na Região Metropolitana. A Linha Verde está orçada em R\$ 270 milhões, com recursos do Governo de Minas, por meio da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Mi-

nas Gerais (Codemig).

Já está em andamento a licitação das obras de duplicação e restauração da MG-010, com extensão de 22,1 quilômetros, entre o viaduto sobre a Avenida Dom Pedro I, em Venda Nova, até o Aeroporto Internacional Tancredo Neves. De acordo com o DER, a abertura das propostas para as obras na MG-010 será realizada em 1º de agosto. Já no dia 5 de agosto, serão abertas as propostas do edital para as obras na Avenida Cristiano Machado.

Nessa via, que também integra a Linha Verde, serão realizadas obras para eliminar pontos de congestionamentos e retenções de trânsito nos cruzamentos, entre eles o da Rua Jacuí e avenidas Silvano Brandão, José Cândido da Silveira, Bernardo Vasconcelos, Anel Rodoviário, Sebastião de Brito e Waldomiro Lobo. Viadutos, trincheiras, passarelas para pedestres e rotatórias serão construídos ao longo da Avenida Cristiano Machado. (C.M.)

Linha Verde desapropriará 797 famílias

A construção da Linha Verde vai desapropriar 797 imóveis em quatro vilas ao longo da Avenida Cristiano Machado, em BH. O número faz parte do Relatório de Impacto Ambiental, contratado pela Prefeitura. Cada domicílio está avaliado em R\$ 20 mil, em média, mas as famílias se mobilizam para receber cerca de R\$ 57 mil. O valor incluiria terreno e uma nova casa. A indenização cabe ao Estado. Hoje, haverá audiência pública com a comunidade. Principal acesso ao Aeroporto de Confins, a via receberá seis viadutos e trincheiras. Página 16, Minas

NORDESTE Demolição será em 4 vilas, 3 delas fadadas a sumir do mapa, com indenização de R\$ 20 mil por unidade

Linha Verde desapropria 797 domicílios

ANA PAULA LIMA
REPÓRTER

A construção da Linha Verde vai colocar abaixo 797 domicílios de quatro vilas da Região Nordeste de Belo Horizonte. O número faz parte do Relatório de Impacto Ambiental (Rima) elaborado pela JA Empreendimentos Ltda., contratada pela prefeitura. O documento resume os estudos para licenciamento ambiental das obras na Avenida Cristiano Machado. A via é o principal acesso ao Aeroporto de Confins e, até setembro de 2006, terá viadutos e alças para agilizar o trânsito. O relatório também sugere o reassentamento das famílias em imóveis que custem, no máximo, R\$ 20 mil. Hoje, o secretário municipal de Políticas Urbanas, Murilo Valadares, participa de audiência pública na Escola Municipal Governador Carlos Lacerda, no Bairro Ipiranga, onde discutirá o proje-

to com os moradores. O encontro começa às 19 horas.

As obras na Cristiano Machado estão em fase de licença prévia, mas já são motivo de polémica na região. As desapropriações vão acontecer em quatro vilas. De acordo com o Rima, três delas vão sumir literalmente do mapa, porque terão todas as edificações demolidas. São 251 domicílios na Vila Maria Virgínia; 312 na São Paulo; e 204 na Real, onde ficam as favelas São Miguel e Vietnã. Já na Vila Suzana I, a remoção será parcial, com inutilização de 30 imóveis comerciais, a maioria tipo galpão.

O número de domicílios a ser demolido ainda pode mudar, porque foi estimado a partir de uma foto aérea tirada em 2002, que mostra o local das obras. No relatório consta que a Linha Verde vai custar R\$ 270 milhões, sendo que, deste montante, R\$ 20 milhões serão para desapropriação e remoção.

O Rima também propõe à prefeitura duas formas de atender as famílias desalojadas. A primeira é a compra de nova moradia, em local indicado pelo habitante, por até R\$ 20 mil, sujeita à aprovação pela PBH. A outra é o pagamento de indenização em dinheiro, no valor do imóvel.

O que aflige os moradores é a hipótese de deixar as casas onde vivem há décadas sem o que chamam de "compensação justa". "Os R\$ 20 milhões serão para indenizar postos de gasolina, revendedoras de automóveis e outros tipos de comércio, além de 800 famílias que vivem nas favelas. Nossa preocupação é saber se vão oferecer uma quantia que dê para essas pessoas continuarem a viver naquela região, onde têm metrô, linha de ônibus, hospitais e escolas na porta", diz o padre Pier Luigi Bernareggi, membro do Fórum de Defesa das Famílias Atingidas pela Linha

Verde. "É certo eles mudarem para Ribeirão das Neves, por exemplo, onde nem asfalto existe?", questiona.

Desde meados de junho, os moradores das vilas e favelas da Região Nordeste se mobilizam para negociar a saída para moradias "dignas". Ontem à noite, centenas deles participaram de assembleia na Igreja de São Paulo Apóstolo. Estudo encomendado pela paróquia mostra que uma casa popular na região, com três quartos, custaria R\$ 56.800,97. O valor inclui o terreno, de 200 metros quadrados de área, por R\$ 17.836,66, e a obra, orçada em R\$ 38.964,31. A Urbel vai fazer o levantamento das famílias a serem removidas. O pagamento das indenizações ficará a cargo do Governo do Estado. A Escola Municipal Governador Carlos Lacerda, onde acontece a audiência pública de hoje, fica na Rua Princesa Leopoldina, 490, Bairro Ipiranga.

Em encontro, polêmica sobre indenização e prejuízos

Valores das indenizações para moradores que poderão ter suas casas desapropriadas, medo de prejuízo por parte dos comerciantes da Avenida Cristiano Machado e adjacências, além de pessoas que temem alteração no dia-a-dia de suas rotinas por causa das obras da Linha Verde. Esses foram os temas abordados na noite de ontem durante mais uma audiência pública para discutir o projeto do Governo do Estado, cuja execução ficará a cargo da Prefeitura de Belo Horizonte. A Linha Verde prevê a construção de dois viadutos e oito alças no cruzamento entre a Avenida Cristiano Machado e o Anel Rodoviário, com o objetivo de diminuir o tempo gasto no percurso entre o Centro

de Belo Horizonte e o Aeroporto Tancredo Neves, em Confins.

O encontro, que reuniu cerca de 400 pessoas - entre moradores das favelas que terão de deixar suas casas, comerciantes e vizinhos da Avenida Cristiano Machado -, aconteceu na Escola Municipal Carlos Lacerda, na Rua Princesa Leopoldina, 490, Bairro Ipiranga, Região Nordeste.

Ontem à noite, representantes de todos os interessados expuseram os motivos de suas preocupações ao secretário municipal de Políticas Urbanas, Murilo Valadares, que ouviu, pacientemente, cada um deles.

O Relatório de Impacto Ambiental sugere o reassen-

tamento das famílias em imóveis que custem, no máximo, R\$ 20 mil.

É exatamente nesse ponto que os moradores das vilas São Miguel (Favela do Vietnã), Maria Virgínia e São Paulo (Favela do Matadouro), e parte das construções das vilas Suzana I e Carioca, não arredam o pé. O líder comunitário Gilberto José da Silva garante que nenhum morador irá tomar uma decisão isolada. Eles definiram, segundo o líder, que a proposta justa é que cada morador só deixe sua casa se receber R\$ 56.800,87 - que seria o real valor - ou uma "casa digna".

Murilo Valadares disse que foi ao local para ouvir as propostas e preocupações da população. "Ainda não tem

nada decidido", ressalta. No entanto, ele afirmou que, no processo de remoção de casas na Avenida Pedro II para a construção da Vila São José, apartamentos de dois quartos foram indenizados no valor de R\$ 20 mil. Ele sugeriu que, numa comparação, as indenizações referentes às moradias a serem removidas para as obras da Linha Verde não poderiam ultrapassar R\$ 30 mil.

O comerciante Antônio Pereira da Silva, 71 anos, vendeu duas casas que possuía para construir a Merceria Santo Antônio, que fica na Avenida Cristiano Machado, 5.365, Bairro São Paulo. Ele teme que, com as desapropriações, o movimento caia e ele amargue prejuízos.

Anexo E:

CHEGAMOS AO FIM DA NOVELA DA LINHA VERDE

A URBEL já disse que as famílias cujas casas valem menos de 12.500 R\$ vão receber 12.500 R\$ ou se acharem uma casa pronta no valor de até R\$ 17.000, e URBEL vai comprar para eles.

Quem tem casa de valor maior que 17.000 R\$, vai receber o valor avaliado em dinheiro.

Se você concordar com isso, muito bem.

Se você não concordar com isso, e quiser batalhar para um valor melhor, vai ter UMA AUDIENCIA PUBLICA NA CAMARA DOS VEREADORES - Avenida dos Andradas na S.ta Efigenia - quinta-feira dia 15, às 10 horas da manhã. Leve o maximo de colegas, com faixas e cartazes. Vamos exigir que as familias mais pobres não sejam obrigadas a se tornarem mendigos na rua ou debaixo das pontes, mas possam encontrar a sua moradia digna na região.

VAMOS EXIGIR UM MINIMO DE R\$ / 3.000,00 /

pda Comissão: Pa. Pigi